

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela Lei n. 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato n. 017/2016



EDIÇÃO N. 1702 PALMAS, QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2023

SUMÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	2
DIRETORIA-GERAL.....	5
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA.....	8
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	9
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DA BACIA DO ALTO E MÉDIO ARAGUAIA.....	43
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA	44
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÇU	46
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA	48
14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA	50
15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.....	51
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.....	51
27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.....	52
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FILADÉLFIA	53
7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI	54
8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI	58
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ.....	59
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAGUATINS	60
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS	61



A autenticidade do DOMP/TO poderá ser confirmada no link: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/docsverify/verify/> ou pelo Código QR por meio da chave que se encontra no rodapé da página.

Disponível em: <https://www.mpto.mp.br/portal/servicos/diario-oficial>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 504/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria n. 683/2019, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins - Edição n. 751, de 14 de maio de 2019, que designou membros e servidores para comporem a Comissão do Sistema e-Doc (Documentos Eletrônicos).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 505/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria n. 785/2020, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins - Edição n. 1097, de 26 de outubro de 2020, que criou e designou membros e servidores para comporem a Comissão do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 5 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 519/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010577858202392,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria n. 632/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins - Edição n. 1477, de 21 de junho de 2022, que estabeleceu lotação ao servidor JAIR FRANCISCO DE ASEVEDO, matrícula n. 97509, no Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (CAOPP).

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a 3 de junho de 2023.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 6 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 520/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o teor do e-Doc n. 07010565526202365,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor PATRÍCIO MARQUES DE QUEIROZ, CPF n. XXX.XXX.X41-86, para provimento do cargo em comissão de Assessor Técnico de Tecnologia da Informação – DAM 5.

Art. 2º Revogar a Portaria n. 513/2023.

Art. 3º Esta Portaria retroage seus efeitos a 1º de junho de 2023.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 521/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução CPJ n. 004/2019, e considerando o teor do e-Doc n. 07010578779202315,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a senhora CAROLINE SILVA COSTA OLIVEIRA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi.

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a 31 de maio de 2023.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 522/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o teor do e-Doc n. 07010578913202361,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA para atuar nas audiências a serem realizadas em 7 de junho de 2023, por meio virtual, inerentes à 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 523/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, considerando o Edital n. 20 e n. 22 – MPE/TO, de 18 de outubro de 2022, que traz o resultado final do concurso público e sua homologação, respectivamente, realizado pelo Ministério Público do Estado do Tocantins para o cargo de Promotor de Justiça Substituto,

CONSIDERANDO a ordem de classificação dos candidatos,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir desta data, em caráter efetivo, o candidato DANILO DE FREITAS MARTINS, CPF N. xxx.xxx.x22-87, aprovado no concurso público em referência, para provimento

do cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 526/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, consoante o disposto na Lei Estadual n. 3.464/2019, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o teor do e-Doc n. 07010579030202379,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora CRISTIANE CARLIN, CPF n. XXX.XXX.X51-20, para provimento do cargo em comissão de Encarregado de Área – DAM 4, a partir de 12 de junho de 2023.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA N.: 013/2023

PROCESSO N.: 19.30.1514.0001418/2022-55

PREGÃO ELETRÔNICO N.: 012/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

FORNECEDOR REGISTRADO: DISTRIBUIDORA FLORIANO LTDA

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior,

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA N.: 014/2023

PROCESSO N.: 19.30.1514.0001418/2022-55

PREGÃO ELETRÔNICO N.: 012/2023

4 DIÁRIO OFICIAL N. 1702, PALMAS, QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

FORNECEDOR REGISTRADO: LPK LTDA

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior,

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023

FORNECEDOR REGISTRADO: META COM. DE EQUIP. PARA ESCRITÓRIO LTDA

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior,

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA N.: 017/2023

PROCESSO N.: 19.30.1514.0001418/2022-55

PREGÃO ELETRÔNICO N.: 015/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

FORNECEDOR REGISTRADO: DISTRIBUIDORA FLORIANO LTDA

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior,

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA N.: 019/2023

PROCESSO N.: 19.30.1514.0001418/2022-55

PREGÃO ELETRÔNICO N.: 015/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

FORNECEDOR REGISTRADO: LPK LTDA

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior,

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA N.: 020/2023

PROCESSO N.: 19.30.1514.0001418/2022-55

PREGÃO ELETRÔNICO N.: 015/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO N.: 096/2020

ADITIVO N.: 4º Termo Aditivo

PROCESSO N.: 19.30.1516.0000581/2019-32

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

CONTRATADA: Techservice Serviços de Monitoramento Eletrônicos

OBJETO: Mudança de endereço e ampliação dos serviços de monitoramento de alarme e CFTV para atender o novo prédio da sede das Promotorias de Justiça de Gurupi.

VALOR: O valor total do contrato, que era de R\$ 37.329,00 (trinta e sete mil trezentos e vinte e nove reais), passa a ser de R\$ 39.842,54 (trinta e nove mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

ASSINATURA: 05/06/2023

SIGNATÁRIOS: Contratante: LUCIANO CÉSAR CASAROTI

Contratada: MARCELO MUNDIM PENA JÚNIOR

EXTRATO DE DECISÃO

E-DOC: 07010578972202331

REFERÊNCIA: Decisão n. 1012/2023

ASSUNTO: Reposicionamento da classificação em concurso público – final de fila.

INTERESSADA: Tamara Cordeiro Polo Mendes.

DECISÃO: DEFIRO o pedido de reposicionamento formulado por Tamara Cordeiro Polo Mendes, aprovada em 11º lugar no 10º Concurso para o cargo de Promotor de Justiça Substituto.

DATA DA ASSINATURA: 7 de junho de 2023.

SIGNATÁRIO DA DECISÃO: Luciano Cesar Casaroti - Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

ATO DG N. 006/2023

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 99, inciso XIII, da Resolução n. 008, de 22 de outubro de 2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, e no art. 2º, inciso I, alínea "c", do ATO n. 036, de 28 de fevereiro de 2020, com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o(s) Ato(s) referente(s) a(s) Escala(s) de Férias dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), conforme modificações abaixo relacionadas, realizadas no mês de maio

I - ATO 028/2018, de 14/11/2018 (DOE DO MPTO n. 635).					
Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período Antigo	Período Novo	Motivo
130115	Fernanda Bueno Sousa e Silva	2018/2019	Época oportuna	De 19/06/2023 à 18/07/2023	Alteração
130115	Fernanda Bueno Sousa e Silva	2018/2019	De 19/06/2023 à 18/07/2023	Época oportuna	Alteração
101610	Mariene de Menezes	2018/2019	Época oportuna	De 23/05/2023 à 25/05/2023	Alteração
II - ATO 09/2020, de 24/11/2020 (DOE DO MPTO n. 1117).					
Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período Antigo	Período Novo	Motivo
66307	Anderson Yuij Funakawa	2020/2021	De 18/07/2023 à 28/07/2023 e época oportuna	De 11/07/2025 à 25/07/2025	Alteração
98109	Delimonik Carneiro Lima e Dorta	2020/2021	De 24/04/2023 à 10/05/2023	De 24/04/2023 à 26/04/2023 e época oportuna	Interrupção
115012	Fernanda Alves Matias Costa	2020/2021	De 08/05/2023 à 27/05/2023	De 08/05/2023 à 10/05/2023 e época oportuna	Interrupção
102510	Georges Oliva de Oliveira	2020/2021	Época oportuna	De 05/06/2023 à 24/06/2023	Alteração
85608	Gustavo Jacinto Ramos de Menezes	2020/2021	Época oportuna	De 08/05/2023 à 10/05/2023	Alteração
119007	Jennifer Gomes Martiniano Stongo	2020/2021	Época oportuna	De 23/05/2023 à 11/06/2023	Alteração
119007	Jennifer Gomes Martiniano Stongo	2020/2021	De 23/05/2023 à 11/06/2023	De 23/05/2023 à 28/05/2023 e época oportuna	Interrupção
82607	Juliano Antunes de Mello	2020/2021	De 14/08/2023 à 28/08/2023	De 11/11/2024 à 25/11/2024	Alteração
78307	Liana Klebis Bovo	2020/2021	De 15/05/2023 à 01/06/2023	De 15/05/2023 à 21/05/2023 e época oportuna	Interrupção
1973	Wesley Mauler Costa Castro	2020/2021	Época oportuna	De 10/07/2023 à 27/07/2023	Alteração
III - ATO 011/2021, de 26/11/2021 (DOE DO MPTO n. 1350).					
Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período Antigo	Período Novo	Motivo
76207	Abense Carolina de Oliveira Ramos	2021/2022	De 08/08/2023 à 06/09/2023	De 31/08/2023 à 29/09/2023	Alteração

5590	Alderina Mendes da Silva	2021/2022	De 03/07/2023 à 20/07/2023	Época oportuna	Alteração
139616	Antônio Nelzir Alves Rodrigues	2021/2022	De 01/08/2023 à 18/08/2023	De 01/08/2024 à 18/08/2024	Alteração
107510	Antônio Nilvan Gonçalves da Costa	2021/2022	De 07/08/2023 à 21/08/2023	De 10/07/2023 à 24/07/2023	Alteração
120035	Bruna de Almeida	2021/2022	De 29/05/2023 à 07/06/2023	De 17/07/2023 à 26/07/2023	Alteração
75807	Bruno Machado Carneiro	2021/2022	De 15/05/2023 à 26/05/2023	De 11/09/2023 à 22/09/2023	Alteração
75807	Bruno Machado Carneiro	2021/2022	De 29/05/2023 à 15/06/2023	De 21/05/2023 à 07/06/2023	Alteração
105710	Caio Rubem da Silva Patury	2021/2022	De 12/06/2023 à 26/06/2023 e época oportuna	De 17/07/2023 à 08/08/2023	Alteração
108110	Camilla Ramos Nogueira	2021/2022	De 02/05/2023 à 16/05/2023	Época oportuna	Suspensão
66507	Caroline Nogueira Amorim Rodrigues	2021/2022	De 29/05/2023 à 16/06/2023	De 10/07/2023 à 28/07/2023	Alteração
78107	Caroline Silva Freitas Mendes	2021/2022	De 03/07/2023 à 01/08/2023	De 03/07/2023 à 21/07/2023 e época oportuna	Alteração
121038	Cristiana Costa Sardinha Coelho	2021/2022	Época oportuna	De 11/09/2023 à 22/09/2023	Alteração
114612	Daléthe Borges Messias	2021/2022	De 22/05/2023 à 02/06/2023	Época oportuna	Suspensão
121040	Débora Gonçalves Queiroz	2021/2022	Época oportuna	De 14/07/2023 à 26/07/2023	Alteração
72507	Divino Alves de Lima	2021/2022	De 16/11/2023 à 15/12/2023	De 16/11/2025 à 15/12/2025	Alteração
121006	Edileusa Martins Teixeira Costa	2021/2022	De 03/07/2023 à 14/07/2023	De 15/07/2024 à 26/07/2024	Alteração
76407	Elaine Ricas Rezende	2021/2022	De 17/07/2023 à 31/07/2023	Época oportuna	Alteração
108110	Esméralda de Oliveira Siqueira	2021/2022	De 06/03/2023 à 04/04/2023	Época oportuna	Suspensão
111411	Fabiane Pereira Alves	2021/2022	De 05/06/2023 à 19/06/2023 e época oportuna	De 12/06/2023 à 06/07/2023	Alteração
101510	João Paulo Leandro de Souza Araújo	2021/2022	De 02/05/2023 à 16/05/2023	Época oportuna	Suspensão
79007	José Wilson Menezes dos Santos	2021/2022	Época oportuna	De 12/06/2023 à 29/06/2023	Alteração
82607	Juliano Antunes de Mello	2021/2022	De 04/12/2023 à 18/12/2023	De 23/06/2023 à 07/07/2023	Alteração

6 DIÁRIO OFICIAL N. 1702, PALMAS, QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2023

60206	Kely Fernanda Lara	2021/2022	De 02/06/2023 à 16/06/2023	Época oportuna	Alteração
100531	Lelia Maria Lopes da Silva	2021/2022	De 26/09/2023 à 03/10/2023	Época oportuna	Alteração
104910	Marcello Gasques Bernardelli	2021/2022	De 01/07/2023 à 30/07/2023	Época oportuna	Alteração
110811	Patrícia de Souza Leão Lacerda	2021/2022	De 04/07/2023 à 21/07/2023	De 22/05/2023 à 08/06/2023	Alteração
78807	Paula Cristina de Moura Silva	2021/2022	De 30/06/2023 à 19/07/2023	De 20/11/2023 à 09/12/2023	Alteração
95509	Pedro Descardeci Júnior	2021/2022	De 03/07/2023 à 22/07/2023	De 14/08/2023 à 02/09/2023	Alteração
127314	Rayane Nunes Carvalho	2021/2022	De 10/07/2023 à 27/07/2023	Época oportuna	Suspensão
97709	Renata de Oliveira Pinto Descardeci	2021/2022	De 03/07/2023 à 22/07/2023	De 14/08/2023 à 02/09/2023	Alteração
152718	Sâmia de Oliveira Holanda	2021/2022	De 04/12/2023 à 18/12/2023	De 10/07/2023 à 24/07/2023	Alteração
121031	Zukleia Pereira Cabral Cipriano	2021/2022	Época oportuna	De 08/05/2023 à 21/05/2023	Alteração
IV - ATO 011/2022, de 16/11/2022 (DOE DO MPTO n. 1575).					
Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período Antigo	Período Novo	Motivo
123814	Alessandra Kelly Fonseca Dantas	2022/2023	De 02/05/2023 à 16/05/2023	Época oportuna	Suspensão
122065	Amanda Kalita Costa Soares	2022/2023	De 15/05/2023 à 25/05/2023	Época oportuna	Suspensão
122024	Amanda Lauanna Santos	2022/2023	De 22/05/2023 à 20/06/2023	De 22/05/2023 à 24/05/2023 e época oportuna	Interrupção
122026	Ana Maria Sobrinho Moreira	2022/2023	De 11/09/2023 à 22/09/2023	De 10/07/2023 à 21/07/2023	Alteração
112912	Andreia Alves de Carvalho	2022/2023	De 11/09/2023 à 30/09/2023	De 26/10/2023 à 14/11/2023	Alteração
112912	Andreia Alves de Carvalho	2022/2023	De 04/03/2024 à 13/03/2024	De 22/11/2023 à 01/12/2023	Alteração
122047	Brenna Oliveira Sousa	2022/2023	De 03/07/2023 à 17/07/2023	De 24/07/2023 à 07/08/2023	Alteração
122048	Cássio Bruno Sá de Souza	2022/2023	De 18/04/2023 à 27/04/2023	Época oportuna	Suspensão
86508	Claudemor Pires da Silva	2022/2023	De 03/07/2023 à 01/08/2023	Época oportuna	Alteração
121021	Cleodiana Santana Parente	2022/2023	De 03/07/2023 à 01/08/2023	De 02/10/2023 à 31/10/2023	Alteração

5790	Creusa Barros de Sousa	2022/2023	De 10/09/2023 à 09/10/2023	De 08/05/2023 à 22/05/2023 e época oportuna	Alteração
111611	Crisley Glaucusa Tavares Sales	2022/2023	De 24/07/2023 à 11/08/2023	De 05/05/2025 à 23/05/2025	Alteração
111611	Crisley Glaucusa Tavares Sales	2022/2023	Época oportuna	De 12/07/2023 à 21/07/2023	Alteração
122095	Cristhina Viana Martins	2022/2023	De 19/08/2023 à 17/09/2023	De 08/01/2024 à 25/01/2024 e de 26/06/2023 à 06/09/2023	Alteração
99410	Daniela de Ulysses Leal	2022/2023	De 15/05/2023 à 03/06/2023	Época oportuna	Suspensão
122051	Danielle da Silva Pontes	2022/2023	De 24/04/2023 à 05/05/2023	De 24/04/2023 à 02/05/2023 e época oportuna	Interrupção
122073	David Samuel Rodrigues de Lima	2022/2023	De 22/05/2023 à 02/06/2023	Época oportuna	Suspensão
121040	Débora Gonçalves Queiroz	2022/2023	De 13/10/2023 à 11/11/2023	De 01/12/2023 à 30/12/2023	Alteração
120024	Dejavan Brito Costa	2022/2023	De 01/12/2023 à 20/12/2023	De 05/06/2023 à 24/06/2023	Alteração
8321108	Denise Soares Dias	2022/2023	De 01/05/2023 à 30/05/2023	Época oportuna	Suspensão
113012	Diogo Dos Santos Miranda	2022/2023	De 10/07/2023 à 21/07/2023	De 19/06/2023 à 30/06/2023	Alteração
119009	Diogo Viana Barbosa	2022/2023	De 22/05/2023 à 02/06/2023	Época oportuna	Suspensão
124614	Dionatan da Silva Lima	2022/2023	De 29/05/2023 à 27/06/2023	Época oportuna	Suspensão
124614	Dionatan da Silva Lima	2022/2023	Época oportuna	De 26/06/2023 à 07/07/2023	Alteração
528459	Edith Tedesco Reis	2022/2023	De 08/07/2023 à 06/08/2023	Época oportuna	Suspensão
74907	Emannuella Sales Sousa Oliveira	2022/2023	De 03/07/2023 à 01/08/2023	De 03/07/2023 à 14/07/2023 e época oportuna	Alteração
122056	Érica Williana dos Santos Gomes	2022/2023	De 01/06/2023 à 15/06/2023	De 01/04/2024 à 15/04/2024	Alteração
27600	Fabíoliah Celian Pessoa da Nóbrega	2022/2023	De 03/07/2023 à 01/08/2023	De 10/07/2023 à 08/08/2023	Alteração
115012	Fernanda Alves Matias Costa	2022/2023	De 17/07/2023 à 15/08/2023	De 31/07/2023 à 09/08/2023 e época oportuna	Alteração
138016	Fernando Daniel Pereira Alves	2022/2023	De 24/07/2023 à 04/08/2023	De 12/06/2023 à 23/06/2023	Alteração
60005	Flávia Barros da Silva	2022/2023	De 18/05/2023 à 05/06/2023	De 12/06/2023 à 30/06/2023	Alteração

7 DIÁRIO OFICIAL N. 1702, PALMAS, QUARTA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2023

85408	Flaviano Nogueira da Fonseca	2022/2023	De 03/07/2023 à 13/07/2023 e de 08/01/2024 à 26/01/2024	De 05/07/2023 à 14/07/2023 e época oportuna	Alteração
122074	Flávio Dalla Costa	2022/2023	De 15/05/2023 à 26/05/2023	Época oportuna	Suspensão
139416	Francine Rodrigues de Marchi Oliveira	2022/2023	De 19/06/2023 à 30/06/2023	Época oportuna	Alteração
139416	Francine Rodrigues de Marchi Oliveira	2022/2023	De 20/11/2023 à 07/12/2023	Época oportuna	Alteração
139416	Francine Rodrigues de Marchi Oliveira	2022/2023	Época oportuna	De 08/01/2024 à 19/01/2024	Alteração
139416	Francine Rodrigues de Marchi Oliveira	2022/2023	Época oportuna	De 19/06/2023 à 06/07/2023	Alteração
122058	Gabriel Fernandes Silva	2022/2023	De 01/06/2023 à 30/06/2023	De 03/07/2023 à 21/07/2023 e época oportuna	Alteração
131216	Henrique Garcia dos Santos	2022/2023	De 14/08/2023 à 25/08/2023	De 28/08/2023 à 08/09/2023	Alteração
33401	Iara Regina Brito de Sousa	2022/2023	De 16/05/2023 à 14/06/2023	De 16/05/2023 à 25/05/2023 e época oportuna	Interrupção
122054	Isabella Altah Thame	2022/2023	De 18/04/2023 à 28/04/2023	Época oportuna	Suspensão
102710	Jadson Martins Bispo	2022/2023	De 03/07/2023 à 20/07/2023 e de 08/01/2024 à 19/01/2024	De 08/01/2024 à 25/01/2024 e de 10/07/2023 à 21/07/2023	Alteração
101510	João Paulo Leandro de Souza Araújo	2022/2023	De 21/07/2023 à 07/08/2023	De 06/05/2024 à 23/05/2024	Alteração
122040	Karina Silva Abreu	2022/2023	De 01/05/2023 à 16/05/2023	De 01/05/2023 à 01/05/2023 e época oportuna	Interrupção
158019	Karita Barros Lustosa	2022/2023	De 05/06/2023 à 04/07/2023	Época oportuna	Suspensão
33601	Kelly Cristina Nascente Wanderley	2022/2023	De 02/05/2023 à 13/05/2023	Época oportuna	Suspensão
122100	Leandro Guimarães Nunes	2022/2023	De 19/06/2023 à 18/10/2023	De 10/07/2023 à 08/08/2023	Alteração
1005331	Lella Maria Lopes da Silva	2022/2023	De 17/07/2023 à 28/07/2023	Época oportuna	Alteração
122057	Leticia Sousa Martins	2022/2023	De 04/08/2023 à 02/09/2023	Época oportuna	Suspensão
122045	Luana Borges da Silva	2022/2023	De 08/05/2023 à 19/05/2023	De 06/05/2024 à 17/05/2024	Alteração
61306	Lucius Francisco Júlio	2022/2023	De 01/05/2023 à 30/05/2023	Época oportuna	Suspensão
119020	Luiza Batista Cavalcante	2022/2023	De 13/06/2023 à 30/06/2023	De 08/01/2024 à 25/01/2024	Alteração

119020	Luiza Batista Cavalcante	2022/2023	De 03/07/2023 à 14/07/2023	De 26/06/2023 à 07/07/2023	Alteração
122008	Luiz Felipe da Silva Sousa	2022/2023	De 01/06/2023 à 30/06/2023	Época oportuna	Suspensão
31501	Manuela Nunes Ferreira Câmara	2022/2023	Época oportuna	De 29/05/2023 à 07/06/2023	Alteração
99210	Márcio Augusto da Silva	2022/2023	De 24/04/2023 à 03/05/2023	De 24/04/2023 à 27/04/2023 e época oportuna	Interrupção
20799	Marco Tulio Tavares	2022/2023	De 06/11/2023 à 25/11/2023	De 29/05/2023 à 17/06/2023	Alteração
140516	Maria Aparecida Auricella Araújo Pires	2022/2023	De 16/12/2023 à 04/01/2024 e época oportuna	De 16/12/2023 à 14/01/2024	Alteração
112412	Marina Azevedo Machado Mesquita	2022/2023	De 28/05/2023 à 26/06/2023	De 01/06/2023 à 10/06/2023 e época oportuna	Alteração
8491	Marinete Neves Balista	2022/2023	De 11/09/2023 à 25/09/2023	De 08/01/2024 à 22/01/2024	Alteração
8491	Marinete Neves Balista	2022/2023	De 13/07/2023 à 27/07/2023	De 23/01/2024 à 06/02/2024	Alteração
101610	Mariene de Menezes	2022/2023	De 03/07/2023 à 14/07/2023	De 17/07/2023 à 28/07/2023	Alteração
89708	Márcio Vergílio de Souza	2022/2023	De 01/07/2024 à 30/07/2024	De 10/07/2023 à 08/08/2023	Alteração
86908	Meyre Helen Mesquita Mendes	2022/2023	De 08/05/2023 à 22/05/2023	De 08/01/2024 à 22/01/2024	Alteração
119016	Micelli Angelica Barbosa Portilho	2022/2023	De 17/07/2023 à 04/08/2023	De 03/07/2023 à 21/07/2023	Alteração
83908	Neila Soares de Carvalho Silva	2022/2023	De 12/06/2023 à 11/07/2023	Época oportuna	Alteração
136916	Nubia Lopes de Oliveira Guedes	2022/2023	De 09/10/2023 à 18/10/2023	De 12/06/2023 à 21/06/2023	Alteração
96109	Patricia de Oliveira Cabral	2022/2023	De 22/05/2023 à 02/06/2023	Época oportuna	Alteração
73107	Paulo Santos Pereira	2022/2023	De 22/05/2023 à 31/05/2023	De 03/07/2023 à 12/07/2023	Alteração
122038	Rejanne Fonseca Cabral	2022/2023	De 18/04/2023 à 17/05/2023	Época oportuna	Alteração

73207	Renato Cabral Lemos	2022/2023	De 08/05/2023 a 06/06/2023	Época oportuna	Suspensão
71007	Sarah Cunha Porto Pinheiro Rizo	2022/2023	De 01/07/2023 a 30/07/2023	De 10/07/2023 a 19/07/2023 e época oportuna	Alteração
122023	Tauanny Cristyna Silva Dutra	2022/2023	Época oportuna	De 17/07/2023 a 27/07/2023	Alteração
119613	Vilany Prazeres da Silva Castano	2022/2023	De 02/05/2023 a 31/05/2023	Época oportuna	Suspensão
96209	Walker Iury Sousa da Silva	2022/2023	De 01/02/2024 a 01/03/2024	De 01/06/2023 a 30/06/2023	Alteração

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 6 de junho de 2023.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 169/2023

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução n. 008, de 22 de outubro de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça e pelo Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Departamento de Finanças e Contabilidade, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010578037202373, de 05/06/2023, da lavra do(a) Chefe do(a) Departamento suso,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Jalson Pereira de Sousa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, marcado anteriormente de 04/06/2023 a 03/07/2023, assegurando o direito de fruição desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 6 de junho de 2023.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 171/2023

A DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 99 da Resolução n. 008, de 22 de outubro de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça e pelo Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 3ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010578230202312, de 05/06/2023, da lavra do(a) Procurador(a) de Justiça em exercício da Procuradoria de Justiça suso,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Thiago Marcos Barbosa de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, marcado anteriormente de 01/06/2023 a 30/06/2023, assegurando o direito de fruição desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 6 de junho de 2023.

ALAYLA MILHOMEM COSTA
Diretora-Geral/PGJ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA DA 155ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

12/06/2023 – 14H

– Eleição suplementar de Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma).

Palmas-TO, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ

PAUTA DA 176ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

12/06/2023 – 15H

1. Apreciação de atas;
2. Relatório de gestão do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública – GAESP (interessado: Dr. João Edson de Souza);
3. Relatórios de inspeção do Grupo de Atuação Especial de Combate

ao Crime Organizado – GAECO, do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS e das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Cristalândia (interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público);

4. Readequação do quadro de servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Tocantins. Proposta de alteração:

4.1 Resolução n. 001/2006/CPJ – “Dispõe sobre a regulamentação da organização, atribuição e quantitativo dos Cargos de Apoio Técnico-Administrativo das unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Tocantins”;

4.2. Anexo I da Lei n. 3.472/2019 – “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”;

(proponente: Procuradoria-Geral de Justiça);

5. Autos SEI n. 19.30.8060.0000080/2023-68 – Proposta de alteração da Resolução n. 001/2022/CPJ (proponente: Corregedoria-Geral do Ministério Público; pedido de vista: Procuradoria-Geral de Justiça);

6. E-doc 07010573966202396 – Proposta de alteração da Resolução n. 001/2022/CPJ (proponente: Coordenador do GAESP); e

7. Outros assuntos.

Palmas-TO, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA DA 247ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

13/6/2023 – 9H

1 Apreciação de Atas;

2 E-doc n. 07010574865202332 – Interessado: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins – CESAF/ESMP. Assunto: Encaminha, para aprovação, para fins do parágrafo único do art. 21 da Resolução CSMP n. 001/2012, os seguintes Projetos Pedagógicos:

2.1 Webinário - Inquirição e Dosimetria da Pena em Crimes contra Mulheres. Data de realização: 6 de junho de 2023;

2.2 Simpósio - Aperfeiçoamento Funcional no Tribunal do Juri. Data de realização: 29 e 30 de junho de 2023; e

2.3 Ciclo de Debates - Rede de Proteção efetiva para alcance da aprendizagem de alunos da Educação Básica. Data de realização: 29 e 30 de junho de 2023.

3 E-doc n. 07010463161202254 – Interessada: Promotora de Justiça Thaís Massilon Bezerra Cisi. Assunto: Encaminha, para referendo do Conselho Superior, PORTARIA N. 137/2022

– PRESIDÊNCIA/ASPRE e Portaria CNMP-PRESI N° 78/2022, referente as designações, para integrar comitê e grupos de trabalho, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, da Resolução CSMP n. 001/2012 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

4 E-doc n. 07010555771202364 - Interessado: Promotor de Justiça Airtton Amílcar Machado Momo. Assunto: Solicita prorrogação de prazo, para apresentação da documentação referente ao mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade de Lisboa, a que se referem os Autos CSMP n. 017/2018. (Secretário José Demóstenes de Abreu);

5 E-doc n. 07010555749202314 – Interessado: Promotor de Justiça Célem Guimarães Guerra Júnior. Assunto: Solicita prorrogação de prazo por mais 90 dias, para apresentação da documentação referente ao mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT, a que se referem os Autos CSMP n. 03/2020 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

6 E-doc's n 07010574708202327 e 07010574700202361 – Interessada: Procuradora de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira. Assunto: Resposta ao Ofício Circular CSMP n. 002/2023, que trata da regularidade dos cursos de aperfeiçoamento funcional autorizados por este Conselho Superior – Ref.: Autos CSMP n. 033/2019 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

7 E-doc n. 07010571953202382 – Interessados: Sidney Fiori Júnior, Diego Nardo e Vinícius de Oliveira e Silva, membros da Comissão Eleitoral. Assunto: Encaminha documentos referente ao Processo eleitoral para preenchimento de vaga de membro do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, eleito pelos Promotores de Justiça (Secretário José Demóstenes de Abreu);

8 E-doc n. 07010573297202352 – Interessado: Promotor de Justiça Cristian Monteiro Melo, Presidente da Comissão Eleitoral. Assunto: Encaminha documentos referente ao Processo eleitoral para formação de lista tríplice destinada a indicação de membro do Ministério do Estado do Tocantins para integrar a composição do Conselho Nacional de Justiça, para o biênio 2023 a 2025 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

9 E-doc n. 07010569547202351 – Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Relatório de Inspeção do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

10 E-doc n. 07010570475202393 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Relatório de Inspeção do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

11 E-doc n. 07010572404202325 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Relatório de Inspeção da 2ª Promotoria de Justiça de Cristalândia (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

12 E-doc n. 07010572402202336 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Relatório de Inspeção da 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

13 E-doc n. 07010571940202311 – Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia da decisão de arquivamento da Notícia de Fato n. 2023.0003881 (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

14 E-doc n. 07010571930202378 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia da decisão de arquivamento da Notícia de Fato n. 2023.0003878 (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

15 E-doc n. 07010571933202311 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia da decisão de arquivamento da Notícia de Fato n. 2023.0003879 (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

16 E-doc n. 07010571924202311 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia da decisão de arquivamento da Notícia de Fato n. 2023.0003877 (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

17 E-doc n. 07010576414202331 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia da decisão de arquivamento da Notícia de Fato n. 2023.0003970 (Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira);

18 E-doc n. 07010574003202318 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha cópia da Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2022.010818 - Portaria PA/2415/2023 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

19 E-doc n. 07010575227202339 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha cópia da Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2022.0010932 - Portaria PA/2375/2023 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

20 Autos Sei n. 19.30.1072.0000046/2023-76 – Interessado: Promotor de Justiça João Edson de Souza. Assunto: Requerimento de autorização para residência fora da Comarca (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

21 Autos Sei n. 19.30.9000.0000363/2023-55 – Interessado: Corregedor-Geral Moacir Camargo de Oliveira. Assunto: Proposta de alteração da Resolução n. 010/2015/CSMP - Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público (Relator/Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);

22 Expedientes encaminhando, para ciência, cópias de portarias de instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:

22.1 E-doc n. 07010565123202316 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004568 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.2 E-doc n. 07010565177202381 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008416 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.3 E-doc n. 07010565126202351 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004283 (6ª P. J. de Araguaína);

22.4 E-doc n. 07010565185202328 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008417 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.5 E-doc n. 07010565550202311 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004201 (5ª P. J. de Araguaína);

22.6 E-doc n. 07010565572202364 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004203 (5ª P. J. de Araguaína);

22.7 E-doc n. 07010565577202397 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004205 (5ª P. J. de Araguaína);

22.8 E-doc n. 07010565574202353 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004204 (5ª P. J. de Araguaína);

22.9 E-doc n. 07010566053202313 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010161 (P. J. de Formoso do Araguaia);

22.10 E-doc n. 07010566018202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004656 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.11 E-doc n. 07010566107202341 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008449 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.12 E-doc n. 07010566176202354 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004654 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.13 E-doc n. 07010566857202312 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004661 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.14 E-doc n. 07010566403202341 - Inquérito Civil Público n. 2022.0007581 (23ª P. J. da Capital);

22.15 E-doc n. 07010566508202317 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003248 (7ª P. J. de Porto Nacional);

22.16 E-doc n. 07010566499202348 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003518 (15ª P. J. da Capital);

22.17 E-doc n. 07010566501202389 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003862 (15ª P. J. da Capital);

22.18 E-doc n. 07010567377202379 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004434 (12ª P. J. de Araguaína);

22.19 E-doc n. 07010567270202321 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004660 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.20 E-doc n. 07010567374202335 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004434 (12ª P. J. de Araguaína);

22.21 E-doc n. 07010567802202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009842 (23ª P. J. da Capital);

22.22 E-doc n. 07010567756202369 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010107 (9ª P. J. da Capital);

22.23 E-doc n. 07010567659202376 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002144 (5ª P. J. de Porto Nacional);

22.24 E-doc n. 07010567690202315 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009302 (9ª P. J. da Capital);

22.25 E-doc n. 07010567647202341 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004433 (P. J. de Natalidade);

22.26 E-doc n. 07010567614202318 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008829 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.27 E-doc n. 07010567609202399 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008828 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.28 E-doc n. 07010567604202366 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008827 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.29 E-doc n. 07010567598202347 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008826 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.30 E-doc n. 07010567924202316 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009852 (10ª P. J. da Capital);

22.31 E-doc n. 07010567819202387 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004630 (23ª P. J. da Capital);

22.32 E-doc n. 07010568547202332 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008838 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.33 E-doc n. 07010568536202352 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008839 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.34 E-doc n. 07010568605202328 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008835 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.35 E-doc n. 07010568608202361 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008833 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.36 E-doc n. 07010568572202316 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008837 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.37 E-doc n. 07010569035202393 - Inquérito Civil Público n. 2021.0010042 (13ª P. J. de Araguaína);

22.38 E-doc n. 07010569021202371 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004693 (12ª P. J. de Araguaína);

22.39 E-doc n. 07010569028202391 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004801 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

22.40 E-doc n. 07010568949202337 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008834 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.41 E-doc n. 07010568925202388 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010895 (2ª P. J. de Colméia);

22.42 E-doc n. 07010568930202391 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004533 (2ª P. J. de Colméia);

22.43 E-doc n. 07010568874202394 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008831 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.44 E-doc n. 07010568869202381 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008832 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.45 E-doc n. 07010568864202359 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004528 (27ª P. J. da Capital);

22.46 E-doc n. 07010569190202318 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005141 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

22.47 E-doc n. 07010569290202336 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005753 (14ª P. J. de Araguaína);

22.48 E-doc n. 07010569378202358 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008830 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.49 E-doc n. 07010569398202329 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000073 (14ª P. J. de Araguaína);

22.50 E-doc n. 07010569458202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004782 (P. J. de Itacajá);

22.51 E-doc n. 07010569201202351 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008923 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.52 E-doc n. 07010569477202331 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004770 (P. J. de Itacajá);

22.53 E-doc n. 07010571763202365 - Inquérito Civil Público n.

2022.0008896 (5ª P. J. de Porto Nacional);

22.54 E-doc n. 07010571757202316 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008408 (5ª P. J. de Porto Nacional);

22.55 E-doc n. 07010572120202339 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004840 (12ª P. J. de Araguaína);

22.56 E-doc n. 07010572118202361 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004728 (12ª P. J. de Araguaína);

22.57 E-doc n. 07010569528202323 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004929 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.58 E-doc n. 07010569515202354 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004920 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.59 E-doc n. 07010570222202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008963 (22ª P. J. da Capital);

22.60 E-doc n. 07010570034202391 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004935 (23ª P. J. da Capital);

22.61 E-doc n. 07010570289202354 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004994 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.62 E-doc n. 07010570605202398 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003121 (P. J. de Itaguaitins);

22.63 E-doc n. 07010570622202325 - Inquérito Civil Público n. 2023.0002285 (28ª P. J. da Capital);

22.64 E-doc n. 07010570929202326 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004791 (P. J. de Ananás);

22.65 E-doc n. 07010570793202354 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005067 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.66 E-doc n. 07010570806202395 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004947 (23ª P. J. da Capital);

22.67 E-doc n. 07010570777202361 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008217 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.68 E-doc n. 07010570762202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010123 (1ª P. J. de Miranorte);

22.69 E-doc n. 07010570752202368 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003278 (5ª P. J. de Araguaína);

22.70 E-doc n. 07010570761202359 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004811 (1ª P. J. de Miranorte);

22.71 E-doc n. 07010571056202379 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003340 (24ª P. J. da Capital);

22.72 E-doc n. 07010571190202371 - Inquérito Civil Público n. 2023.0002840 (P. J. de Itaguaitins);

22.73 E-doc n. 07010571173202332 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003469 (6ª P. J. de Gurupi);

22.74 E-doc n. 07010571096202311 - Inquérito Civil Público n. 2023.0001109 (24ª P. J. da Capital);

22.75 E-doc n. 07010571120202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008850 (6ª P. J. de Gurupi);

22.76 E-doc n. 07010571135202381 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004591 (7ª P. J. de Gurupi);

22.77 E-doc n. 07010571537202384 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008219 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio

Araguaia);

22.78 E-doc n. 07010571529202338 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001028 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.79 E-doc n. 07010571509202367 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004157 (P. J. de Formoso do Araguaia);

22.80 E-doc n. 07010571627202375 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010928 (14ª P. J. de Araguaína);

22.81 E-doc n. 07010571681202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0011033 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

22.82 E-doc n. 07010571918202363 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003313 (9ª P. J. da Capital);

22.83 E-doc n. 07010572392202339 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006397 (9ª P. J. da Capital);

22.84 E-doc n. 07010572370202379 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010976 (7ª P. J. de Porto Nacional);

22.85 E-doc n. 07010572338202393 - Inquérito Civil Público n. 2023.0004935 (9ª P. J. da Capital);

22.86 E-doc n. 07010572294202318 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005073 (9ª P. J. da Capital);

22.87 E-doc n. 07010572602202399 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001368 (9ª P. J. da Capital);

22.88 E-doc n. 07010572885202379 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008474 (2ª P. J. de Colméia);

22.89 E-doc n. 07010572869202386 - Inquérito Civil Público n. 2022.0006576 (2ª P. J. de Colméia);

22.90 E-doc n. 07010573037202387 - Inquérito Civil Público n. 2022.0007008 (2ª P. J. de Colméia);

22.91 E-doc n. 07010573412202399 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007623 (9ª P. J. da Capital);

22.92 E-doc n. 07010573324202397 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004622 (14ª P. J. de Araguaína);

22.93 E-doc n. 07010573307202351 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008251 (14ª P. J. de Araguaína);

22.94 E-doc n. 07010573301202382 - Inquérito Civil Público n. 2022.0004861 (5ª P. J. de Araguaína);

22.95 E-doc n. 07010573305202361 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000421 (14ª P. J. de Araguaína);

22.96 E-doc n. 07010573416202377 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007809 (9ª P. J. da Capital);

22.97 E-doc n. 07010574993202386 - Inquérito Civil Público n. 2021.0010228 (P. J. de Wanderlândia);

22.98 E-doc n. 07010575004202371 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005281 (P. J. de Wanderlândia);

22.99 E-doc n. 07010574243202312 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005229 (14ª P. J. de Araguaína);

22.100 E-doc n. 07010574119202349 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005223 (1ª P. J. de Cristalândia);

22.101 E-doc n. 07010574057202375 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008677 (5ª P. J. de Porto Nacional);

22.102 E-doc n. 07010574111202382 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005220 (1ª P. J. de Cristalândia);

22.103 E-doc n. 07010574145202377 - Inquérito Civil Público n.

2023.0000063 (6ª P. J. de Araguaína);

22.104 E-doc n. 07010574332202351 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009532 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.105 E-doc n. 07010574481202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009939 (1ª P. J. de Miranorte);

22.106 E-doc n. 07010574495202333 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005263 (1ª P. J. de Miranorte);

22.107 E-doc n. 07010574406202359 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005195 (23ª P. J. da Capital);

22.108 E-doc n. 07010574396202351 - Inquérito Civil Público n. 2022.0010898 (9ª P. J. da Capital);

22.109 E-doc n. 07010574813202366 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000284 (7ª P. J. de Porto Nacional);

22.110 E-doc n. 07010574881202325 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006436 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

22.111 E-doc n. 07010574963202371 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009700 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.112 E-doc n. 07010575017202341 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008315 (P. J. de Wanderlândia);

22.113 E-doc n. 07010574966202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009662 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

22.114 E-doc n. 07010574932202319 - Inquérito Civil Público n. 2022.000249 (9ª P. J. da Capital);

22.115 E-doc n. 07010573762202355 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005486 (P. J. de Wanderlândia);

22.116 E-doc n. 07010573752202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005348 (P. J. de Wanderlândia);

22.117 E-doc n. 07010573741202331 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008667 (P. J. de Wanderlândia);

22.118 E-doc n. 07010573518202392 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005494 (12ª P. J. de Araguaína);

22.119 E-doc n. 07010573651202349 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008731 (9ª P. J. da Capital);

22.120 E-doc n. 07010573682202316 - Inquérito Civil Público n. 2022.0006256 (9ª P. J. da Capital);

22.121 E-doc n. 07010573657202316 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005130 (1ª P. J. de Miranorte);

22.122 E-doc n. 07010573548202315 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005124 (14ª P. J. de Araguaína);

22.123 E-doc n. 07010573663202373 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005131 (1ª P. J. de Miranorte);

22.124 E-doc n. 07010573613202396 - Inquérito Civil Público n. 2023.0000026 (7ª P. J. de Porto Nacional);

22.125 E-doc n. 07010573519202337 - Inquérito Civil Público n. 2022.0005494 (12ª P. J. de Araguaína);

22.126 E-doc n. 07010573636202317 - Inquérito Civil Público n. 2023.0002786 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

22.127 E-doc n. 07010573983202323 - Inquérito Civil Público n. 2022.0009474 (22ª P. J. da Capital);

22.128 E-doc n. 07010574016202389 - Inquérito Civil Público n.

2021.0003177 (P. J. de Wanderlândia);

22.129 E-doc n. 07010574113202371 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003822 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

22.130 E-doc n. 07010574216202331 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005933 (9ª P. J. da Capital);

22.131 E-doc n. 07010574222202399 - Inquérito Civil Público n. 2022.0007857 (9ª P. J. da Capital);

22.132 E-doc n. 07010574125202312 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005224 (1ª P. J. de Cristalândia);

22.133 E-doc n. 07010574217202386 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003424 (9ª P. J. da Capital);

22.134 E-doc n. 07010574188202352 - Inquérito Civil Público n. 2023.0003790 (9ª P. J. da Capital);

22.135 E-doc n. 07010575487202312 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003811 (P. J. de Novo Acordo);

23 Expedientes remetendo, para ciência, cópias de portarias de instauração de Procedimentos Preparatórios:

23.1 E-doc n. 07010565120202382 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006860 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.2 E-doc n. 07010565416202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.008331 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.3 E-doc n. 07010565375202345 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003516 (15ª P. J. da Capital);

23.4 E-doc n. 07010565384202336 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007378 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.5 E-doc n. 07010565950202318 - Procedimento Preparatório n. 2022.007628 (P. J. de Formoso do Araguaia);

23.6 E-doc n. 07010565887202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005818 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.7 E-doc n. 07010566179202398 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003046 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.8 E-doc n. 07010566217202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010500 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.9 E-doc n. 07010566219202318 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011250 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.10 E-doc n. 07010566336202365 - Procedimento Preparatório n. 2023.000033 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.11 E-doc n. 07010566280202349 - Procedimento Preparatório n. 2022.0009205 (P. J. de Wanderlândia);

23.12 E-doc n. 07010567372202346 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010464 (12ª P. J. de Araguaína);

23.13 E-doc n. 07010567060202332 - Procedimento Preparatório n. 2023.0002981 (6ª P. J. de Gurupi);

23.14 E-doc n. 07010567408202391 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000328 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.15 E-doc n. 07010567094202327 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001239 (28ª P. J. da Capital);

23.16 E-doc n. 07010566884202395 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008961 (4ª P. J. da Capital);

23.17 E-doc n. 07010567208202339 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010776 (P. J. de Itacajá);

23.18 E-doc n. 07010567370202357 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010464 (12ª P. J. de Araguaína);

23.19 E-doc n. 07010567917202314 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010301 (10ª P. J. da Capital);

23.20 E-doc n. 07010567849202393 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010327 (24ª P. J. da Capital);

23.21 E-doc n. 07010567893202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003772 (P. J. de Wanderlândia);

23.22 E-doc n. 07010567870202399 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004462 (23ª P. J. da Capital);

23.23 E-doc n. 07010568084202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010715 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.24 E-doc n. 07010568751202353 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004378 (22ª P. J. da Capital);

23.25 E-doc n. 07010568862202361 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010727 (27ª P. J. da Capital);

23.26 E-doc n. 07010569046202373 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010251 (13ª P. J. de Araguaína);

23.27 E-doc n. 07010569383202361 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010941 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.28 E-doc n. 07010569469202393 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004598 (9ª P. J. da Capital);

23.29 E-doc n. 07010569224202366 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000966 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.30 E-doc n. 07010571753202321 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000164 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.31 E-doc n. 07010571743202394 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000155 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.32 E-doc n. 07010571742202341 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000040 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.33 E-doc n. 07010571772202356 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004060 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.34 E-doc n. 07010571807202357 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011249 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.35 E-doc n. 07010571805202368 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011025 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.36 E-doc n. 07010572124202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011004 (12ª P. J. de Araguaína);

23.37 E-doc n. 07010569728202386 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000472 (10ª P. J. da Capital);

23.38 E-doc n. 07010569718202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010868 (10ª P. J. da Capital);

23.39 E-doc n. 07010569940202343 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010863 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.40 E-doc n. 07010569944202321 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010867 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.41 E-doc n. 07010569951202323 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010881 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.42 E-doc n. 07010569933202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010880 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.43 E-doc n. 07010569928202339 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010866 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.44 E-doc n. 07010569897202316 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004562 (22ª P. J. da Capital);

23.45 E-doc n. 07010569892202393 - Procedimento Preparatório n. 2023.004116 (22ª P. J. da Capital);

23.46 E-doc n. 07010570093202361 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011158 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.47 E-doc n. 07010570449202365 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011186 (P. J. de Ananás);

23.48 E-doc n. 07010570467202347 - Procedimento Preparatório n. 2022.0004668 (22ª P. J. da Capital);

23.49 E-doc n. 07010570517202396 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001448 (28ª P. J. da Capital);

23.50 E-doc n. 07010571020202395 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010999 (27ª P. J. da Capital);

23.51 E-doc n. 07010571198202336 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011187 (P. J. de Ananás);

23.52 E-doc n. 07010572141202354 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011190 (12ª P. J. de Araguaína);

23.53 E-doc n. 07010572149202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000050 (12ª P. J. de Araguaína);

23.54 E-doc n. 07010572134202352 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011190 (12ª P. J. de Araguaína);

23.55 E-doc n. 07010572298202381 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000282 (12ª P. J. de Araguaína);

23.56 E-doc n. 07010572477202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000071 (24ª P. J. da Capital);

23.57 E-doc n. 07010572510202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003415 (10ª P. J. da Capital);

23.58 E-doc n. 07010572519202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011120 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.59 E-doc n. 07010572521202399 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011234 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.60 E-doc n. 07010572508202331 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003413 (10ª P. J. da Capital);

23.61 E-doc n. 07010572557202372 - Procedimento Preparatório n. 2023.0003550 (9ª P. J. da Capital);

23.62 E-doc n. 07010572987202394 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000023 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.63 E-doc n. 07010572991202352 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000047 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

23.64 E-doc n. 07010573008202315 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004995 (22ª P. J. da Capital);

23.65 E-doc n. 07010572761202393 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011223 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.66 E-doc n. 07010573162202397 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000428 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.67 E-doc n. 07010573319202384 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000046 (14ª P. J. de Araguaína);

23.68 E-doc n. 07010573409202375 - Procedimento Preparatório n. 2022.0009121 (P. J. de Wanderlândia);

23.69 E-doc n. 07010573420202335 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000808 (P. J. de Wanderlândia);

23.70 E-doc n. 07010573608202383 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004224 (23ª P. J. da Capital);

23.71 E-doc n. 07010573816202382 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000297 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

23.72 E-doc n. 07010573486202325 - Procedimento Preparatório n. 2022.0004064 (P. J. de Wanderlândia);

23.73 E-doc n. 07010573482202347 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010856 (P. J. de Wanderlândia);

23.74 E-doc n. 07010573472202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008338 (P. J. de Wanderlândia);

23.75 E-doc n. 07010573470202312 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011124 (P. J. de Wanderlândia);

23.76 E-doc n. 07010573755202353 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007279 (P. J. de Wanderlândia);

23.77 E-doc n. 07010573748202351 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008027 (P. J. de Wanderlândia);

23.78 E-doc n. 07010573751202375 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005290 (P. J. de Wanderlândia);

23.79 E-doc n. 07010573510202326 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000282 (12ª P. J. de Araguaína);

23.80 E-doc n. 07010573513202361 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000286 (12ª P. J. de Araguaína);

23.81 E-doc n. 07010573523202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0010817 (12ª P. J. de Araguaína);

23.82 E-doc n. 07010573521202314 - Procedimento Preparatório n. 2022.0010817 (12ª P. J. de Araguaína);

23.83 E-doc n. 07010573511202371 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000286 (12ª P. J. de Araguaína);

23.84 E-doc n. 07010573970202354 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004178 (23ª P. J. da Capital);

23.85 E-doc n. 07010574012202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000319 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.86 E-doc n. 07010574152202379 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000107 (6ª P. J. de Araguaína);

23.87 E-doc n. 07010574106202371 - Procedimento Preparatório n. 2023.0005219 (1ª P. J. de Cristalândia);

23.88 E-doc n. 07010574513202387 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000028 (P. J. de Wanderlândia);

23.89 E-doc n. 07010574422202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006838 (P. J. de Wanderlândia);

23.90 E-doc n. 07010574564202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0009495 (P. J. de Wanderlândia);

23.91 E-doc n. 07010574595202361 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008052 (P. J. de Formoso do Araguaia);

23.92 E-doc n. 07010574787202376 - Procedimento Preparatório n. 2023.0005287 (2ª P. J. da Capital);

23.93 E-doc n. 07010574685202351 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000548 (P. J. de Ananás);

23.94 E-doc n. 07010574847202351 - Procedimento Preparatório n. 2022.0011018 (P. J. de Wanderlândia);

23.95 E-doc n. 07010574999202353 - Procedimento Preparatório n. 2022.0004072 (P. J. de Wanderlândia);

23.96 E-doc n. 07010575006202361 - Procedimento Preparatório n. 2022.0002572 (P. J. de Wanderlândia);

23.97 E-doc n. 07010575009202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000807 (P. J. de Wanderlândia);

23.98 E-doc n. 07010574936202313 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000318 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.99 E-doc n. 07010574938202396 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000067 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

23.100 E-doc n. 07010575266202336 - Procedimento Preparatório n. 2023.0939 (5ª P. J. de Porto Nacional);

23.101 E-doc n. 07010575679202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000240 (1ª P. J. de Dianópolis);

24 Expedientes enviando, para ciência, cópias de portarias de instauração de Procedimentos Administrativos:

24.1 E-doc n. 07010565220202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004158 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.2 E-doc n. 07010565170202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004155 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.3 E-doc n. 07010565201202382 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004156 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.4 E-doc n. 07010565213202315 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004157 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.5 E-doc n. 07010565210202373 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009443 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

24.6 E-doc n. 07010565426202339 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010109 (1ª P. J. de Cristalândia);

24.7 E-doc n. 07010565751202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004225 (P. J. de Natalidade);

24.8 E-doc n. 07010565476202316 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002711 (1ª P. J. de Cristalândia);

24.9 E-doc n. 07010565665202399 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004215 (1ª P. J. de Araguaína);

24.10 E-doc n. 07010565683202371 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004217 (1ª P. J. de Araguaína);

24.11 E-doc n. 07010565844202326 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004246 (P. J. de Arapoema);

24.12 E-doc n. 07010565840202348 - Procedimento

Administrativo n. 2023.0004245 (P. J. de Arapoema);

24.13 E-doc n. 07010565679202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004216 (1ª P. J. de Araguaína);

24.14 E-doc n. 07010565634202338 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004208 (1ª P. J. de Araguaína);

24.15 E-doc n. 07010565631202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004207 (1ª P. J. de Araguaína);

24.16 E-doc n. 07010565636202327 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004209 (1ª P. J. de Araguaína);

24.17 E-doc n. 07010565644202373 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004211 (1ª P. J. de Araguaína);

24.18 E-doc n. 07010565642202384 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004210 (1ª P. J. de Araguaína);

24.19 E-doc n. 07010565650202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004212 (1ª P. J. de Araguaína);

24.20 E-doc n. 07010565657202342 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004214 (1ª P. J. de Araguaína);

24.21 E-doc n. 07010565654202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004213 (1ª P. J. de Araguaína);

24.22 E-doc n. 07010565852202372 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004248 (5ª P. J. de Araguaína);

24.23 E-doc n. 07010565847202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004247 (P. J. de Arapoema);

24.24 E-doc n. 07010566038202375 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004263 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

24.25 E-doc n. 07010566237202383 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003132 (19ª P. J. da Capital);

24.26 E-doc n. 07010566434202319 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010834 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.27 E-doc n. 07010566417202365 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010331 (1ª P. J. de Taguatinga);

24.28 E-doc n. 07010566318202383 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002733 (15ª P. J. da Capital);

24.29 E-doc n. 07010566378202312 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010741 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.30 E-doc n. 07010566451202331 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009937 (1ª P. J. de Miranorte);

24.31 E-doc n. 07010566835202352 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004360 (1ª P. J. de Araguaína);

24.32 E-doc n. 07010566832202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004359 (1ª P. J. de Araguaína);

24.33 E-doc n. 07010566825202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004357 (1ª P. J. de Araguaína);

24.34 E-doc n. 07010566828202351 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004358 (1ª P. J. de Araguaína);

24.35 E-doc n. 07010566800202313 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004352 (1ª P. J. de Araguaína);

24.36 E-doc n. 07010566798202382 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004351 (1ª P. J. de Araguaína);

24.37 E-doc n. 07010566804202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004353 (1ª P. J. de Araguaína);

24.38 E-doc n. 07010566808202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004354 (1ª P. J. de Araguaína);

- 24.39 E-doc n. 07010566819202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004355 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.40 E-doc n. 07010566773202389 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004349 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.41 E-doc n. 07010566769202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004348 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.42 E-doc n. 07010566696202367 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009922 (14ª P. J. de Araguaína);
- 24.43 E-doc n. 07010566777202367 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004350 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.44 E-doc n. 07010566486202379 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004342 (2ª P. J. de Araguaína);
- 24.45 E-doc n. 07010566491202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004343 (2ª P. J. de Araguaína);
- 24.46 E-doc n. 07010567045202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002951 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.47 E-doc n. 07010567430202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004429 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 24.48 E-doc n. 07010567424202384 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010329 (1ª P. J. de Taguatinga);
- 24.49 E-doc n. 07010567331202351 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004424 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.50 E-doc n. 07010567333202349 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004425 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.51 E-doc n. 07010567312202323 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004419 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.52 E-doc n. 07010567328202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004423 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.53 E-doc n. 07010567321202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004422 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.54 E-doc n. 07010567318202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004421 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.55 E-doc n. 07010567309202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004418 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.56 E-doc n. 07010567314202312 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004420 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.57 E-doc n. 07010567303202332 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004415 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.58 E-doc n. 07010567305202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004416 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.59 E-doc n. 07010567307202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004417 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.60 E-doc n. 07010567174202382 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002278 (9ª P. J. de Araguaína);
- 24.61 E-doc n. 07010567345202373 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001832 (19ª P. J. da Capital);
- 24.62 E-doc n. 07010567325202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003045 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 24.63 E-doc n. 0701056776202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004450 (P. J. de Goiás);
- 24.64 E-doc n. 07010567732202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004440 (P. J. de Natividade);
- 24.65 E-doc n. 07010567742202345 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004441 (P. J. de Natividade);
- 24.66 E-doc n. 07010567728202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004437 (P. J. de Natividade);
- 24.67 E-doc n. 07010567697202329 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004435 (P. J. de Natividade);
- 24.68 E-doc n. 07010567711202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004436 (P. J. de Natividade);
- 24.69 E-doc n. 07010567595202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003062 (9ª P. J. de Araguaína);
- 24.70 E-doc n. 07010567897202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004467 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.71 E-doc n. 07010567876202366 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004463 (23ª P. J. da Capital);
- 24.72 E-doc n. 07010567903202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004468 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.73 E-doc n. 07010568012202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004479 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 24.74 E-doc n. 07010568017202394 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010778 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 24.75 E-doc n. 07010568421202368 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004509 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 24.76 E-doc n. 07010568312202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002547 (P. J. de Xambioá);
- 24.77 E-doc n. 07010568300202316 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004503 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.78 E-doc n. 07010568402202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004508 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.79 E-doc n. 07010568226202338 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010925 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 24.80 E-doc n. 07010568760202344 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004530 (P. J. de Arapoema);
- 24.81 E-doc n. 07010568622202365 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010929 (14ª P. J. de Araguaína);
- 24.82 E-doc n. 07010568581202315 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010838 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 24.83 E-doc n. 07010569033202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004545 (3ª P. J. de Tocantinópolis);
- 24.84 E-doc n. 07010569045202329 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010870 (21ª P. J. da Capital);
- 24.85 E-doc n. 07010568912202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004542 (5ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.86 E-doc n. 07010568877202328 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004535 (CAOCCID);
- 24.87 E-doc n. 07010569245202381 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010840 (5ª P. J. de Araguaína);
- 24.88 E-doc n. 07010569283202334 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010602 (14ª P. J. de Araguaína);
- 24.89 E-doc n. 07010569235202346 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010875 (5ª P. J. de Araguaína);
- 24.90 E-doc n. 07010569250202394 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010765 (5ª P. J. de Araguaína);
- 24.91 E-doc n. 07010569279202376 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009855 (14ª P. J. de Araguaína);

24.92 E-doc n. 07010569282202391 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010927 (14ª P. J. de Araguaína);

24.93 E-doc n. 07010571796202313 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011035 (P. J. de Xambioá);

24.94 E-doc n. 07010571878202351 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006997 (P. J. de Formoso do Araguaia);

24.95 E-doc n. 07010571809202346 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004871 (2ª P. J. de Guaraí);

24.96 E-doc n. 07010571778202323 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004261 (P. J. de Alvorada);

24.97 E-doc n. 07010571909202372 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000270 (P. J. de Formoso do Araguaia);

24.98 E-doc n. 07010569520202367 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010922 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.99 E-doc n. 07010569609202323 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004620 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.100 E-doc n. 07010569709202351 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010893 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.101 E-doc n. 07010569688202372 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010544 (3ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.102 E-doc n. 07010569722202317 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010956 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.103 E-doc n. 07010569814202399 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004650 (1ª P. J. de Araguaína);

24.104 E-doc n. 07010569794202356 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004644 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.105 E-doc n. 07010569790202378 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004642 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.106 E-doc n. 07010569792202367 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004643 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.107 E-doc n. 07010569786202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004640 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.108 E-doc n. 07010569789202343 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004641 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.109 E-doc n. 07010569782202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004638 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.110 E-doc n. 07010569778202363 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004636 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.111 E-doc n. 07010569780202332 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004637 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

24.112 E-doc n. 07010569764202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002747 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

24.113 E-doc n. 07010569972202349 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004262 (P. J. de Alvorada);

24.114 E-doc n. 07010570446202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004704 (P. J. de Ananás);

24.115 E-doc n. 07010570440202354 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004703 (P. J. de Ananás);

24.116 E-doc n. 07010570438202385 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004702 (P. J. de Ananás);

24.117 E-doc n. 07010570531202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004779 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.118 E-doc n. 07010570561202312 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011017 (21ª P. J. da Capital);

24.119 E-doc n. 07010570540202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004780 (1ª P. J. de Arraias);

24.120 E-doc n. 07010570917202318 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011126 (P. J. de Ananás);

24.121 E-doc n. 07010570920202315 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010859 (P. J. de Ananás);

24.122 E-doc n. 07010570889202312 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003803 (9ª P. J. de Araguaína);

24.123 E-doc n. 07010570892202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003992 (9ª P. J. de Araguaína);

24.124 E-doc n. 07010570786202352 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004815 (1ª P. J. de Miranorte);

24.125 E-doc n. 07010570775202372 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004813 (1ª P. J. de Miranorte);

24.126 E-doc n. 07010570782202374 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004814 (1ª P. J. de Miranorte);

24.127 E-doc n. 07010570765202337 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010380 (1ª P. J. de Miranorte);

24.128 E-doc n. 07010570770202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004812 (1ª P. J. de Miranorte);

24.129 E-doc n. 07010570817202375 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004817 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

24.130 E-doc n. 07010570816202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004816 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

24.131 E-doc n. 07010570758202335 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010115 (1ª P. J. de Miranorte);

24.132 E-doc n. 07010571018202316 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011130 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.133 E-doc n. 07010571238202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004870 (2ª P. J. de Dianópolis);

24.134 E-doc n. 07010571116202353 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011061 (9ª P. J. de Gurupi);

24.135 E-doc n. 07010571076202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001818 (P. J. de Itaguatins);

24.136 E-doc n. 07010571188202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004857 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.137 E-doc n. 07010571543202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004860 (2ª P. J. de Guaraí);

24.138 E-doc n. 07010571631202333 - Procedimento Administrativo n. 2018.0004317 (14ª P. J. de Araguaína);

24.139 E-doc n. 07010571624202331 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010710 (14ª P. J. de Araguaína);

24.140 E-doc n. 07010571629202364 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004897 (14ª P. J. de Araguaína);

24.141 E-doc n. 07010571948202371 - Procedimento

Administrativo n. 2023.0004916 (P. J. de Goiatins);

24.142 E-doc n. 07010571909202372 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000270 (P. J. de Formoso do Araguaia);

24.143 E-doc n. 07010572187202373 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004927 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.144 E-doc n. 07010572184202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004926 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.145 E-doc n. 07010572189202362 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004928 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.146 E-doc n. 07010572180202351 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004925 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.147 E-doc n. 07010572194202375 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004930 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.148 E-doc n. 07010572197202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004931 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.149 E-doc n. 07010572192202386 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004929 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.150 E-doc n. 07010572128202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003794 (19ª P. J. da Capital);

24.151 E-doc n. 07010572079202317 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009203 (P. J. de Wanderlândia);

24.152 E-doc n. 07010572202202383 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004932 (1ª P. J. de Taguatinga);

24.153 E-doc n. 07010572207202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004933 (1ª P. J. de Taguatinga);

24.154 E-doc n. 07010572122202328 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003756 (19ª P. J. da Capital);

24.155 E-doc n. 07010572455202357 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003904 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.156 E-doc n. 07010572417202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004991 (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública – GAESP);

24.157 E-doc n. 07010572274202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003934 (19ª P. J. da Capital);

24.158 E-doc n. 07010572272202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003986 (19ª P. J. da Capital);

24.159 E-doc n. 07010572484202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002550 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

24.160 E-doc n. 07010572614202313 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011161 (P. J. de Wanderlândia);

24.161 E-doc n. 07010572638202372 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010723 (P. J. de Wanderlândia);

24.162 E-doc n. 07010572480202331 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000152 (6ª P. J. de Porto Nacional);

24.163 E-doc n. 07010572589202378 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005023 (P. J. de Paranã);

24.164 E-doc n. 07010572491202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005003 (P. J. de Itacajá);

24.165 E-doc n. 07010572656202354 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009152 (2ª P. J. de Dianópolis);

24.166 E-doc n. 07010572270202342 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003987 (19ª P. J. da Capital);

24.167 E-doc n. 07010572899202392 - Procedimento

Administrativo n. 2022.0010978 (2ª P. J. de Colméia);

24.168 E-doc n. 07010572768202313 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007902 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.169 E-doc n. 07010572715202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005032 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.170 E-doc n. 07010572935202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000064 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.171 E-doc n. 07010573136202369 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005078 (5ª P. J. de Porto Nacional);

24.172 E-doc n. 07010573118202387 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000117 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

24.173 E-doc n. 07010573248202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004025 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

24.174 E-doc n. 07010573385202354 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010081 (6ª P. J. de Porto Nacional);

24.175 E-doc n. 07010573429202346 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000175 (21ª P. J. da Capital);

24.176 E-doc n. 07010573431202315 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000171 (21ª P. J. da Capital);

24.177 E-doc n. 07010573427202357 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000177 (21ª P. J. da Capital);

24.178 E-doc n. 07010573423202379 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000269 (21ª P. J. da Capital);

24.179 E-doc n. 07010573437202392 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007960 (P. J. de Wanderlândia);

24.180 E-doc n. 07010573313202315 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002552 (14ª P. J. de Araguaína);

24.181 E-doc n. 07010573376202363 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004064 (19ª P. J. da Capital);

24.182 E-doc n. 07010575002202382 - Procedimento Administrativo n. 2022.0004951 (P. J. de Wanderlândia);

24.183 E-doc n. 07010575008202351 - Procedimento Administrativo n. 2022.0003324 (P. J. de Wanderlândia);

24.184 E-doc n. 07010575069202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004299 (19ª P. J. da Capital);

24.185 E-doc n. 07010574960202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000361 (21ª P. J. da Capital);

24.186 E-doc n. 07010575136202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000358 (1ª P. J. de Taguatinga);

24.187 E-doc n. 07010575186202381 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008447 (7ª P. J. de Porto Nacional);

24.188 E-doc n. 07010573673202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000219 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.189 E-doc n. 07010573807202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004172 (19ª P. J. da Capital);

24.190 E-doc n. 07010573702202332 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000560 (14ª P. J. de Araguaína);

24.191 E-doc n. 07010573669202341 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010354 (1ª P. J. de Miranorte);

24.192 E-doc n. 07010573671202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000218 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

24.193 E-doc n. 07010573667202351 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000216 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

- 24.194 E-doc n. 07010573665202362 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000217 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 24.195 E-doc n. 07010573771202346 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004085 (19ª P. J. da Capital);
- 24.196 E-doc n. 07010573569202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000222 (P. J. de Itacajá);
- 24.197 E-doc n. 07010573566202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000223 (P. J. de Itacajá);
- 24.198 E-doc n. 07010573879202339 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005133 (5ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.199 E-doc n. 07010573879202339 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005133 (5ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.200 E-doc n. 07010574011202356 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000427 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 24.201 E-doc n. 07010573943202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000209 (P. J. de Ananás);
- 24.202 E-doc n. 07010574824202346 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003208 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.203 E-doc n. 07010574815202355 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002905 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.204 E-doc n. 07010574831202348 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003224 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.205 E-doc n. 07010574796202367 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001904 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.206 E-doc n. 07010574805202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002246 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.207 E-doc n. 07010574802202386 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001904 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.208 E-doc n. 07010574799202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001972 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.209 E-doc n. 07010574851202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003662 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.210 E-doc n. 07010574867202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002614 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.211 E-doc n. 07010573996202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000335 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.212 E-doc n. 07010573991202371 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000220 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.213 E-doc n. 07010573907202318 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004093 (9ª P. J. de Araguaína);
- 24.214 E-doc n. 07010574030202382 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000655 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.215 E-doc n. 07010574073202368 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004135 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.216 E-doc n. 07010574062202388 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000336 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.217 E-doc n. 07010574254202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004501 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.218 E-doc n. 07010574237202357 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004141 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.219 E-doc n. 07010574213202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004140 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.220 E-doc n. 07010574247202392 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004264 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.221 E-doc n. 07010574116202313 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004139 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.222 E-doc n. 07010574103202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004138 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.223 E-doc n. 07010574128202331 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008752 (15ª P. J. da Capital);
- 24.224 E-doc n. 07010574084202348 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004137 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.225 E-doc n. 07010574080202361 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004136 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.226 E-doc n. 07010574153202313 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008937 (1ª P. J. de Araguaína);
- 24.227 E-doc n. 07010574133202342 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000268 (5ª P. J. de Araguaína);
- 24.228 E-doc n. 07010574478202312 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000827 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.229 E-doc n. 07010574490202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005128 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.230 E-doc n. 07010574484202353 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004878 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.231 E-doc n. 07010574457202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004601 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.232 E-doc n. 07010574471202384 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000813 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.233 E-doc n. 07010574464202382 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004602 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.234 E-doc n. 07010574802202386 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001904 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.235 E-doc n. 07010574503202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001656 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.236 E-doc n. 07010574447202345 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004502 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.237 E-doc n. 07010574439202315 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005127 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.238 E-doc n. 07010574434202376 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001039 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.239 E-doc n. 07010574375202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000332 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 24.240 E-doc n. 07010574453202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005231 (6ª P. J. de Gurupi);
- 24.241 E-doc n. 07010574363202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000205 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 24.242 E-doc n. 07010574466202371 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006985 (P. J. de Wanderlândia);
- 24.243 E-doc n. 07010574418202383 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005286 (P. J. de Wanderlândia);
- 24.244 E-doc n. 07010574424202331 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011123 (P. J. de Wanderlândia);
- 24.245 E-doc n. 07010574430202398 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009334 (P. J. de Wanderlândia);
- 24.246 E-doc n. 07010574552202384 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005265 (3ª P. J. de Tocantinópolis);

24.247 E-doc n. 07010574614202358 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005273 (P. J. de Ananás);

24.248 E-doc n. 07010574618202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005275 (P. J. de Ananás);

24.249 E-doc n. 07010574616202347 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005274 (P. J. de Ananás);

24.250 E-doc n. 07010574607202356 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005270 (P. J. de Ananás);

24.251 E-doc n. 07010574611202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005272 (P. J. de Ananás);

24.252 E-doc n. 07010574609202345 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005271 (P. J. de Ananás);

24.253 E-doc n. 07010574604202312 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005269 (P. J. de Ananás);

24.254 E-doc n. 07010574603202378 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005268 (P. J. de Ananás);

24.255 E-doc n. 07010574643202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010556 (P. J. de Formoso do Araguaia);

24.256 E-doc n. 07010574642202375 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000173 (21ª P. J. da Capital);

24.257 E-doc n. 07010574649202397 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000256 (21ª P. J. da Capital);

24.258 E-doc n. 07010574663202391 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004255 (19ª P. J. da Capital);

24.259 E-doc n. 07010574658202388 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000176 (21ª P. J. da Capital);

24.260 E-doc n. 07010574880202381 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000758 (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP);

24.261 E-doc n. 07010575511202313 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000508 (4ª P. J. de Porto Nacional);

24.262 E-doc n. 07010575326202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005357 (3ª P. J. de Guaraí);

24.263 E-doc n. 07010575320202343 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005340 (22ª P. J. da Capital);

24.264 E-doc n. 07010575364202373 - Procedimento Administrativo n. 2023.0005370 (7ª P. J. de Araguaína);

24.265 E-doc n. 07010575374202317 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000395 (5ª P. J. de Araguaína);

24.266 E-doc n. 07010575300202372 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000372 (9ª P. J. de Gurupi);

24.267 E-doc n. 07010575336202356 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004230 (6ª P. J. de Gurupi);

24.268 E-doc n. 07010575376202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000397 (5ª P. J. de Araguaína);

25 Expedientes de remessa, para ciência, informando Judicialização de Ações em Procedimentos Extrajudiciais:

25.1 E-doc n. 07010566138202318 – Procedimento Administrativo n. 2021.0003563 (2ª P. J. de Colméia);

25.2 E-doc n. 07010566391202355 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003573 (2ª P. J. de Colméia);

25.3 E-doc n. 07010566289202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004726 (3ª P. J. de Guaraí);

25.4 E-doc n. 07010566175202318 – Procedimento Preparatório n. 2023.0003310 (22ª P. J. da Capital);

25.5 E-doc n. 07010566457202315 – Inquérito Civil Público n. 2021.0008190 (6ª P. J. de Gurupi);

25.6 E-doc n. 07010569166202371 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001175 (6ª P. J. de Gurupi);

25.7 E-doc n. 07010570579202314 – Procedimento Preparatório n. 2022.0001829 (P. J. de Wanderlândia);

25.8 E-doc n. 07010570578202353 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001830 (P. J. de Wanderlândia);

25.9 E-doc n. 07010570577202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001825 (P. J. de Wanderlândia);

25.10 E-doc n. 07010571488202381 – Notícia de Fato n. 2023.0004876 (2ª P. J. de Guaraí);

25.11 E-doc n. 07010571622202342 – Procedimento Administrativo n. 2023.0002278 (9ª P. J. de Araguaína);

25.12 E-doc n. 07010571598202341 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008938 (9ª P. J. de Araguaína);

25.13 E-doc n. 07010572843202338 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002913 (9ª P. J. de Araguaína);

25.14 E-doc n. 07010572173202351 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005062 (1ª P. J. de Taguatinga);

25.15 E-doc n. 07010572549202326 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008852 (15ª P. J. da Capital);

25.16 E-doc n. 07010574554202373 – Inquérito Civil Público n. 2022.0001976 (7ª P. J. de Porto Nacional);

25.17 E-doc n. 07010574725202364 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000767 (P. J. de Wanderlândia);

25.18 E-doc n. 07010575148202328 – Notícia de Fato n. 2023.0000311 (7ª P. J. de Porto Nacional);

26 Expedientes de remessa, para ciência, de cópias das Promoções de Arquivamentos de Procedimentos Extrajudiciais com determinação de remessa dos autos ao CSMP:

26.1 E-doc n. 07010565459202389 – Inquérito Civil Público n. 2021.0005818 (P. J. de Natividade);

26.2 E-doc n. 07010565639202361 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006245 (P. J. de Formoso do Araguaia);

26.3 E-doc n. 07010565465202336 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000935 (1ª P. J. de Cristalândia);

26.4 E-doc n. 07010565554202382 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008163 (2ª P. J. de Colméia);

26.5 E-doc n. 07010566345202356 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007988 (2ª P. J. de Colméia);

26.6 E-doc n. 07010566993202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003465 (2ª P. J. de Colméia);

26.7 E-doc n. 07010567300202315 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008399 (7ª P. J. de Porto Nacional);

26.8 E-doc n. 07010567266202362 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000946 (2ª P. J. de Colméia);

26.9 E-doc n. 07010567992202385 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002935 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

26.10 E-doc n. 07010568281202328 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006524 (P. J. de Xambioá);

- 26.11 E-doc n. 07010568889202352 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002935 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 26.12 E-doc n. 07010567952202333 - Procedimento Preparatório n. 2022.0004505 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.13 E-doc n. 07010568215202358 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007053 (6ª P. J. de Araguaína);
- 26.14 E-doc n. 07010565647202315 - Procedimento Preparatório n. 2021.0003422 (P. J. de Formoso Araguaia);
- 26.15 E-doc n. 07010566793202351 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003955 (14ª P. J. de Araguaína);
- 26.16 E-doc n. 07010569991202375 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005183 (P. J. de Alvorada);
- 26.17 E-doc n. 07010571503202391 - Inquérito Civil Público n. 2022.0003120 (2ª P. J. de Araguatins);
- 26.18 E-doc n. 07010572605202322 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007475 (P. J. de Alvorada);
- 26.19 E-doc n. 07010573168202364 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005540 (9ª P. J. da Capital);
- 26.20 E-doc n. 07010573019202311 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000033 (2ª P. J. de Colméia);
- 26.21 E-doc n. 07010571751202331 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003696 (P. J. de Natividade);
- 26.22 E-doc n. 07010571802202324 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007756 (12ª P. J. de Araguaína);
- 26.23 E-doc n. 07010573746202362 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005485 (P. J. de Wanderlândia);
- 26.24 E-doc n. 07010573744202373 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003898 (P. J. de Wanderlândia);
- 26.25 E-doc n. 07010573695202379 - Procedimento Preparatório n. 2021.0002694 (2ª P. J. de Colméia);
- 26.26 E-doc n. 07010574058202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001327 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 26.27 E-doc n. 07010574368202334 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007675 (9ª P. J. da Capital);
- 26.28 E-doc n. 07010574543202393 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005802 (P. J. de Porto Natividade);
- 26.29 E-doc n. 07010574539202325 - Inquérito Civil Público n. 2019.0000834 (P. J. de Natividade);
- 26.30 E-doc n. 07010574461202349 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001007 (P. J. de Wanderlândia);
- 26.31 E-doc n. 07010574929202311 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005889 (9ª P. J. da Capital);
- 26.32 E-doc n. 07010574969202347 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009707 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 26.33 E-doc n. 07010575669202385 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006737 (9ª P. J. da Capital);
- 26.34 E-doc n. 07010575663202316 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003204 (9ª P. J. da Capital);
- 27 Expedientes de remessa, para ciência, de cópias das Promoções de Arquivamentos de Procedimentos Extrajudiciais:
- 27.1 E-doc n. 07010568657202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007036 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.2 E-doc n. 07010568612202321 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005127 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.3 E-doc n. 07010569108202347 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003774 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.4 E-doc n. 07010568986202345 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009065 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.5 E-doc n. 07010568376202341 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002674 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.6 E-doc n. 07010568397202367 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002670 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.7 E-doc n. 07010568267202324 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001867 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.8 E-doc n. 07010568181202318 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008308 (6ª P. J. de Gurupi);
- 27.9 E-doc n. 07010568179202322 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001011 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.10 E-doc n. 07010568210202325 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009317 (19ª P. J. da Capital);
- 27.11 E-doc n. 07010568219202336 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001865 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.12 E-doc n. 07010568127202356 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010459 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.13 E-doc n. 07010568825202351 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001231 (P. J. de Natividade);
- 27.14 E-doc n. 07010568806202325 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001569 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.15 E-doc n. 07010568803202391 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009740 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.16 E-doc n. 07010568800202358 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003111 (P. J. de Natividade);
- 27.17 E-doc n. 07010568715202391 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006089 (P. J. de Wanderlândia);
- 27.18 E-doc n. 07010565943202316 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007955 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.19 E-doc n. 07010566354202347 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006891 (8ª P. J. de Araguaína);
- 27.20 E-doc n. 07010566261202312 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002821 (P. J. de Wanderlândia);
- 27.21 E-doc n. 07010566262202367 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002081 (P. J. de Wanderlândia);
- 27.22 E-doc n. 07010566415202376 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003356 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.23 E-doc n. 07010566439202325 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009509 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.24 E-doc n. 07010566567202379 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005613 (30ª P. J. da Capital);
- 27.25 E-doc n. 07010566498202311 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007138 (15ª P. J. da Capital);
- 27.26 E-doc n. 07010566483202335 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001012 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.27 E-doc n. 07010566848202321 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002739 (19ª P. J. da Capital);
- 27.28 E-doc n. 07010567678202319 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006087 (P. J. de Wanderlândia);

- 27.29 E-doc n. 07010567907202389 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009199 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.30 E-doc n. 07010567880202324 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001748 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.31 E-doc n. 07010567921202382 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006211 (10ª P. J. da Capital);
- 27.32 E-doc n. 07010567940202317 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006280 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.33 E-doc n. 07010567941202353 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006284 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.34 E-doc n. 07010567942202314 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006286 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.35 E-doc n. 07010567943202342 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006546 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.36 E-doc n. 07010567945202331 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006549 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.37 E-doc n. 07010568107202385 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010388 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.38 E-doc n. 07010568104202341 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010386 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.39 E-doc n. 07010567961202324 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006866 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.40 E-doc n. 07010567953202388 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006556 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.41 E-doc n. 07010567959202355 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010282 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.42 E-doc n. 07010567949202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006553 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.43 E-doc n. 07010567985202383 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003778 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.44 E-doc n. 07010568112202398 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008664 (5ª P. J. de Araguaína);
- 27.45 E-doc n. 07010567983202394 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010285 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.46 E-doc n. 07010567980202351 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010283 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.47 E-doc n. 07010567944202397 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006547 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.48 E-doc n. 07010568550202356 - Procedimento Administrativo n. 2022.0003670 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.49 E-doc n. 07010565157202319 - Notícia de Fato n. 2023.0003084 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.50 E-doc n. 07010565194202319 - Notícia de Fato n. 2023.0004054 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.51 E-doc n. 07010565152202388 - Notícia de Fato n. 2023.0001223 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.52 E-doc n. 07010565149202364 - Notícia de Fato n. 2023.0003491 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.53 E-doc n. 07010565960202345 - Notícia de Fato n. 2023.0000192 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.54 E-doc n. 07010565958202376 - Notícia de Fato n. 2023.0000185 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.55 E-doc n. 07010566477202388 - Notícia de Fato n. 2021.0008643 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.56 E-doc n. 07010566892202331 - Notícia de Fato n. 2023.0004182 (19ª P. J. da Capital);
- 27.57 E-doc n. 07010567487202331 - Notícia de Fato n. 2023.0002037 (3ª P. J. de Guaraí);
- 27.58 E-doc n. 07010567990202396 - Notícia de Fato n. 2023.0000502 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.59 E-doc n. 07010568508202335 - Notícia de Fato n. 2023.0004390 (2ª P. J. de Araguatins);
- 27.60 E-doc n. 07010568341202311 - Notícia de Fato n. 2023.0002963 (3ª P. J. de Guaraí);
- 27.61 E-doc n. 07010568278202312 - Notícia de Fato n. 2023.0002588 (P. J. de Xambioá);
- 27.62 E-doc n. 07010568136202347 - Notícia de Fato n. 2023.0004396 (19ª P. J. da Capital);
- 27.63 E-doc n. 07010568150202341 - Notícia de Fato n. 2023.0003548 (19ª P. J. da Capital);
- 27.64 E-doc n. 07010568145202338 - Notícia de Fato n. 2023.0003789 (19ª P. J. da Capital);
- 27.65 E-doc n. 07010568811202338 - Notícia de Fato n. 2023.0004251 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.66 E-doc n. 07010568809202369 - Notícia de Fato n. 2023.0003727 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.67 E-doc n. 07010565253202359 - Procedimento Administrativo n. 2018.0006311 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.68 E-doc n. 07010565102202317 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008406 (6ª P. J. de Gurupi);
- 27.69 E-doc n. 07010565307202386 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001462 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.70 E-doc n. 07010565110202347 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000759 (3ª P. J. de Guaraí);
- 27.71 E-doc n. 07010565198202313 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010853 (2ª P. J. de Guaraí);
- 27.72 E-doc n. 07010565371202367 - Procedimento Administrativo n. 2018.0000587 (15ª P. J. da Capital);
- 27.73 E-doc n. 07010565329202346 - Procedimento Administrativo n. 2018.0006357 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.74 E-doc n. 07010565372202311 - Procedimento Administrativo n. 2021.000543 (15ª P. J. da Capital);
- 27.75 E-doc n. 07010565502202314 - Procedimento Administrativo n. 2019.0004218 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.76 E-doc n. 07010565770202328 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001117 (P. J. de Natividade);
- 27.77 E-doc n. 07010565768202359 - Procedimento Administrativo n. 2019.0004573 (P. J. de Natividade);
- 27.78 E-doc n. 07010565786202331 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002426 (P. J. de Natividade);
- 27.79 E-doc n. 07010565614202367 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006536 (30ª P. J. da Capital);
- 27.80 E-doc n. 07010565612202378 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006535 (30ª P. J. da Capital);
- 27.81 E-doc n. 07010565843202381 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007267 (2ª P. J. de Guaraí);

- 27.82 E-doc n. 07010565936202314 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003174 (30ª P. J. da Capital);
- 27.83 E-doc n. 07010565941202319 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002185 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.84 E-doc n. 07010565954202398 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008021 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.85 E-doc n. 07010567939202384 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006279 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.86 E-doc n. 07010567946202386 - Procedimento Administrativo n. 2022.0006552 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.87 E-doc n. 07010568114202387 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010458 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.88 E-doc n. 07010566277202325 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000144 (15ª P. J. da Capital);
- 27.89 E-doc n. 07010567126202394 - Procedimento Preparatório n. 2021.0001908 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 27.90 E-doc n. 07010573247202375 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008806 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 27.91 E-doc n. 07010573205202334 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005907 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.92 E-doc n. 07010573279202371 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006041 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.93 E-doc n. 07010573216202314 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006038 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.94 E-doc n. 07010573091202322 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007842 (19ª P. J. da Capital);
- 27.95 E-doc n. 07010573445202339 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001662 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.96 E-doc n. 07010573286202372 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006036 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.97 E-doc n. 07010573395202391 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007590 (6ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.98 E-doc n. 07010571286202338 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002971 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.99 E-doc n. 07010571225202371 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009705 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.100 E-doc n. 07010571517202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007229 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.101 E-doc n. 07010571906202339 - Notícia de Fato n. 2023.0004669 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.102 E-doc n. 07010572230202317 - Notícia de Fato n. 2023.0001353 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.103 E-doc n. 07010572379202381 - Notícia de Fato n. 2023.0001307 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.104 E-doc n. 07010572599202311 - Notícia de Fato n. 2023.0003791 (9ª P. J. da Capital);
- 27.105 E-doc n. 07010572611202381 - Notícia de Fato n. 2023.0004818 (19ª P. J. da Capital);
- 27.106 E-doc n. 07010572634202394 - Notícia de Fato n. 2023.0000034 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.107 E-doc n. 07010573014202372 - Notícia de Fato n. 2023.0000065 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.108 E-doc n. 07010573268202391 - Notícia de Fato n. 2023.0001304 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.109 E-doc n. 07010573270202361 - Notícia de Fato n. 2023.0001314 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.110 E-doc n. 07010573263202368 - Notícia de Fato n. 2023.0001305 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.111 E-doc n. 07010573252202388 - Notícia de Fato n. 2023.0003844 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.112 E-doc n. 07010573191202359 - Notícia de Fato n. 2023.0005081 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.113 E-doc n. 07010569809202386 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009018 (CAOCCID);
- 27.114 E-doc n. 07010569562202314 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001497 (27ª P. J. da Capital);
- 27.115 E-doc n. 07010569875202356 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009217 (19ª P. J. da Capital);
- 27.116 E-doc n. 07010569855202385 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003099 (19ª P. J. da Capital);
- 27.117 E-doc n. 07010570427202311 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005239 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.118 E-doc n. 07010570373202378 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000661 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.119 E-doc n. 07010570555202349 - Procedimento Administrativo n. 2021.0010052 (10ª P. J. de Araguaína);
- 27.120 E-doc n. 07010570585202355 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000719 (P. J. de Wanderlândia);
- 27.121 E-doc n. 07010570720202362 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008719 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.122 E-doc n. 07010570671202368 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008715 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.123 E-doc n. 07010570934202339 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010520 (19ª P. J. da Capital);
- 27.124 E-doc n. 07010570790202311 - Procedimento Administrativo n. 2019.0004086 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.125 E-doc n. 07010571331202354 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005404 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.126 E-doc n. 07010571079202383 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005602 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.127 E-doc n. 07010569869202315 - Notícia de Fato n. 2023.0003777 (19ª P. J. da Capital);
- 27.128 E-doc n. 07010570252202326 - Notícia de Fato n. 2023.0003918 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.129 E-doc n. 07010570250202337 - Notícia de Fato n. 2022.0010963 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.130 E-doc n. 07010570374202312 - Notícia de Fato n. 2023.0000114 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.131 E-doc n. 07010570320202357 - Notícia de Fato n. 2023.0003618 (19ª P. J. da Capital);
- 27.132 E-doc n. 07010570318202388 - Notícia de Fato n. 2023.0003609 (19ª P. J. da Capital);
- 27.133 E-doc n. 07010570495202364 - Notícia de Fato n. 2023.0000052 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.134 E-doc n. 07010570832202313 - Notícia de Fato n. 2023.0004101 (19ª P. J. da Capital);

- 27.135 E-doc n. 07010570829202316 - Notícia de Fato n. 2023.0003589 (19ª P. J. da Capital);
- 27.136 E-doc n. 07010570855202328 - Notícia de Fato n. 2023.0003647 (19ª P. J. da Capital);
- 27.137 E-doc n. 07010571290202312 - Notícia de Fato n. 2023.0000841 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.138 E-doc n. 07010571294202384 - Notícia de Fato n. 2021.0009108 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 27.139 E-doc n. 07010571591202321 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008118 (P. J. de Natividade);
- 27.140 E-doc n. 07010571886202312 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001008 (27ª P. J. da Capital);
- 27.141 E-doc n. 07010571844202365 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006620 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.142 E-doc n. 07010571661202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002784 (19ª P. J. da Capital);
- 27.143 E-doc n. 07010571819202381 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004553 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.144 E-doc n. 07010571984202333 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009619 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.145 E-doc n. 07010571989202366 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009617 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.146 E-doc n. 07010571993202324 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009616 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.147 E-doc n. 07010571982202344 - Procedimento Administrativo n. 2022.00096520 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.148 E-doc n. 07010571986202322 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009618 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.149 E-doc n. 07010571996202368 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009615 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.150 E-doc n. 07010572086202319 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002842 (2ª P. J. de Colméia);
- 27.151 E-doc n. 07010572466202337 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007702 (7ª P. J. de Araguaína);
- 27.152 E-doc n. 07010572357202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0009632 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.153 E-doc n. 07010572295202346 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003531 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.154 E-doc n. 07010572655202318 - Procedimento Administrativo n. 2019.0006575 (P. J. de Wanderlândia);
- 27.155 E-doc n. 07010572703202361 - Procedimento Administrativo n. 2022.0003740 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.156 E-doc n. 07010572910202314 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000756 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.157 E-doc n. 07010571526202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005781 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.158 E-doc n. 07010571407202341 - Procedimento Administrativo n. 2022.0005881 (9ª P. J. de Araguaína);
- 27.159 E-doc n. 07010573776202379 - Notícia de Fato n. 2023.0004175 (19ª P. J. da Capital);
- 27.160 E-doc n. 07010574520202389 - Notícia de Fato n. 2023.0004074 (P. J. de Natividade);
- 27.161 E-doc n. 07010574531202369 - Notícia de Fato n. 2023.0001721 (P. J. de Natividade);
- 27.162 E-doc n. 07010574529202391 - Notícia de Fato n. 2023.0001642 (P. J. de Natividade);
- 27.163 E-doc n. 07010574956202378 - Notícia de Fato n. 2023.0001969 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.164 E-doc n. 07010574896202393 - Notícia de Fato n. 2023.0002946 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.165 E-doc n. 07010574892202313 - Notícia de Fato n. 2023.0002620 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.166 E-doc n. 07010574054202331 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000962 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 27.167 E-doc n. 07010574052202342 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002597 (5ª P. J. de Araguaína);
- 27.168 E-doc n. 07010574043202351 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000960 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 27.169 E-doc n. 07010574034202361 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000959 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 27.170 E-doc n. 07010574101202347 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005852 (1ª P. J. de Cristalândia);
- 27.171 E-doc n. 07010574546202327 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003815 (P. J. de Natividade);
- 27.172 E-doc n. 07010574545202382 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007764 (P. J. de Natividade);
- 27.173 E-doc n. 07010574541202311 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005602 (P. J. de Natividade);
- 27.174 E-doc n. 07010574533202358 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007386 (P. J. de Natividade);
- 27.175 E-doc n. 07010574522202378 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000536 (P. J. de Natividade);
- 27.176 E-doc n. 07010574528202345 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001641 (P. J. de Natividade);
- 27.177 E-doc n. 07010574415202341 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005175 (P. J. de Wanderlândia);
- 27.178 E-doc n. 07010574379202314 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002157 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 27.179 E-doc n. 07010574174202339 - Procedimento Administrativo n. 2018.0000106 (3ª P. J. de Araguaína);
- 27.180 E-doc n. 07010574179202361 - Procedimento Administrativo n. 2018.0005389 (3ª P. J. de Araguaína);
- 27.181 E-doc n. 07010574635202373 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009143 (21ª P. J. da Capital);
- 27.182 E-doc n. 07010574711202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000365 (19ª P. J. da Capital);
- 27.183 E-doc n. 07010574717202318 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006565 (2ª P. J. de Miranorte);
- 27.184 E-doc n. 07010575095202345 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002991 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 27.185 E-doc n. 07010575063202341 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000490 (19ª P. J. da Capital);
- 27.186 E-doc n. 07010575059202381 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001435 (19ª P. J. da Capital);
- 27.187 E-doc n. 07010574984202395 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006931 (P. J. de Wanderlândia);

27.188 E-doc n. 07010573535202321 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002236 (2ª P. J. de Colméia);

27.189 E-doc n. 07010573573202382 - Procedimento Administrativo n. 2020.00006207 (14ª P. J. de Araguaína);

27.190 E-doc n. 07010573526202339 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007396 (2ª P. J. de Colméia);

27.191 E-doc n. 07010573522202351 - Procedimento Administrativo n. 2022.0003965 (2ª P. J. de Colméia);

27.192 E-doc n. 07010573460202387 - Procedimento Administrativo n. 2019.0008148 (2ª P. J. de Colméia);

27.193 E-doc n. 07010573781202381 - Procedimento Administrativo n. 2022.0008598 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

27.194 E-doc n. 07010573721202369 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007962 (P. J. de Paranaíba);

27.195 E-doc n. 07010573788202311 - Procedimento Administrativo n. 2018.0009904 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

27.196 E-doc n. 07010573784202315 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009880 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

27.197 E-doc n. 07010573768202322 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002047 (19ª P. J. da Capital);

27.198 E-doc n. 07010573594202314 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010826 (2ª P. J. de Guaraí);

27.199 E-doc n. 07010573641202311 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003566 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

27.200 E-doc n. 07010573660202331 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001819 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

27.201 E-doc n. 07010573852202346 - Procedimento Administrativo n. 2022.0007835 (6ª P. J. de Gurupi);

27.202 E-doc n. 07010575404202387 - Notícia de Fato n. 2023.0004154 (15ª P. J. da Capital);

27.203 E-doc n. 07010575339202391 - Notícia de Fato n. 2023.0004631 (2ª P. J. de Guaraí);

27.204 E-doc n. 07010575858202358 - Notícia de Fato n. 2023.0003391 (4ª P. J. de Porto Nacional);

27.205 E-doc n. 07010575381202319 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003056 (27ª P. J. da Capital);

27.206 E-doc n. 07010575229202328 - Procedimento Administrativo n. 2022.0011150 (9ª P. J. de Araguaína);

27.207 E-doc n. 07010575283202373 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000229 (9ª P. J. de Araguaína);

27.208 E-doc n. 07010575399202311 - Procedimento Administrativo n. 2018.0010439 (27ª P. J. da Capital);

27.209 E-doc n. 07010575902202321 - Procedimento Administrativo n. 2018.0003215 (24ª P. J. da Capital);

27.210 E-doc n. 07010575771202381 - Procedimento Administrativo n. 2022.0010925 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

27.211 E-doc n. 07010575754202343 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002227 (P. J. de Arapoema);

27.212 E-doc n. 07010575702202377 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009449 (9ª P. J. de Araguaína);

27.213 E-doc n. 07010575633202318 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009447 (9ª P. J. de Araguaína);

28 Expedientes comunicando aditamento de Portarias de

instauração de Procedimento Extrajudicial:

28.1 E-doc n. 07010571790202338 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004261 (P. J. de Alvorada);

28.2 E-doc n. 07010571631202333 - Procedimento Administrativo n. 2018.0004317 (14ª P. J. de Araguaína);

28.3 E-doc n. 07010572484202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0002550 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

28.4 E-doc n. 07010570792202318 - Procedimento Preparatório n. 2023.0004462 (23ª P. J. da Capital);

28.5 E-doc n. 07010574253202341 - Inquérito Civil Público n. 2022.0007926 (14ª P. J. de Araguaína);

28.6 E-doc n. 07010574516202311 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001039 (6ª P. J. de Gurupi);

28.7 E-doc n. 07010574509202319 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000813 (6ª P. J. de Gurupi);

28.8 E-doc n. 07010574512202332 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004601 (6ª P. J. de Gurupi);

28.9 E-doc n. 07010574507202321 - Procedimento Administrativo n. 2023.0000827 (6ª P. J. de Gurupi);

28.10 E-doc n. 07010574254202394 - Procedimento Administrativo n. 2023.0004501 (6ª P. J. de Gurupi);

28.11 E-doc n. 07010574802202386 - Procedimento Administrativo n. 2023.0001904 (6ª P. J. de Gurupi);

29 Expedientes informando declínio de atribuição de Procedimento Extrajudicial entre Promotorias de Justiça:

29.1 E-doc n. 07010568665202341 - Determina remessa da Notícia de Fato n. 2023.0004505 à Promotoria de Justiça de Novo Acordo (22ª P. J. da Capital);

29.2 E-doc n. 07010571595202316 - Determina remessa do Inquérito Civil Público n. 2019.0003889 à Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins (P. J. de Natividade);

29.3 E-doc n. 07010571584202328 - Determina remessa da Notícia de Fato n. 2022.0011114 ao Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP (P. J. de Natividade);

29.4 E-doc n. 07010567652202354 - Determina remessa do Inquérito Civil Público n. 2018.0010273 ao Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública -GAESP (P. J. de Natividade);

29.5 E-doc n. 07010573394202345 - Determina remessa do Inquérito Civil Público n. 2021.0000718 à Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Bico do Papagaio (P. J. de Wanderlândia);

29.6 E-doc n. 07010573390202367 - Determina remessa do Inquérito Civil Público n. 2021.0001321 à Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Bico do Papagaio (P. J. de Wanderlândia);

29.7 E-doc n. 07010571481202368 - Determina remessa do Procedimento Preparatório n. 2023.0004668 à 9ª Promotoria de Justiça da Capital (22ª P. J. da Capital);

30 Expedientes comunicando conversão de Procedimentos Extrajudiciais:

30.1 E-doc n. 07010569292202325 - Procedimento Preparatório n. 2019.0005753 em Inquérito Civil Público (14ª P. J. de Araguaína);

30.2 E-doc n. 07010567086202381 - Conversão do Procedimento Preparatório n. 2022.0004630 em Inquérito Civil Público (23ª P. J. da Capital);

31 Expedientes informando digitalização de autos físicos e inclusão no sistema de procedimento extrajudicial eletrônico – E-ext:

31.1 E-doc n. 07010572616202311 - Inquérito Civil Público n. 002/2012 cadastrado no E-ext sob o n. 2023.0005029 (P. J. de Wanderlândia);

31.2 E-doc n. 07010574241202315 - Procedimento Administrativo n. 2016/9166 cadastrado no E-ext sob o n. 2023.0005229 (1ª P. J. de Araguaína);

32 Expedientes comunicando autuação de Notícia de Fato:

32.1 E-doc n. 07010566034202397 - Notícia de Fato n. 2023.0004261 (P. J. de Alvorada);

32.2 E-doc n. 07010566037202321 - Notícia de Fato n. 2023.0004262 (P. J. de Alvorada);

32.3 E-doc n. 07010567235202311 - Notícia de Fato n. 2023.0004413 (2ª P. J. de Colméia);

32.4 E-doc n. 07010573327202321 - Notícia de Fato n. 2023.0005100 (2ª P. J. de Colméia);

33 Expedientes de remessa de decisão de prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Extrajudiciais:

33.1 E-doc n. 07010569083202381 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001224 (5ª P. J. de Araguaína);

33.2 E-doc n. 07010569080202348 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007250 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

33.3 E-doc n. 07010569178202311 - Procedimento Administrativo n. 2017.0002428 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

33.4 E-doc n. 07010569390202362 - Procedimento Administrativo n. 2017.0000848 (2ª P. J. de Guaraí);

33.5 E-doc n. 07010569393202312 - Procedimento Administrativo n. 2017.0000878 (2ª P. J. de Guaraí);

33.6 E-doc n. 07010569259202311 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001229 (5ª P. J. de Araguaína);

33.7 E-doc n. 07010569258202351 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001228 (5ª P. J. de Araguaína);

33.8 E-doc n. 07010569254202372 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001227 (5ª P. J. de Araguaína);

33.9 E-doc n. 07010569252202383 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008772 (5ª P. J. de Araguaína);

33.10 E-doc n. 07010569243202392 – Inquérito Civil Público n. 2017.0003978 (6ª P. J. de Araguaína);

33.11 E-doc n. 07010569206202384 - Procedimento Administrativo n. 2017.0002406 (13ª P. J. de Araguaína);

33.12 E-doc n. 07010566426202356 - Notícia de Fato n. 2023.0003020 (2ª P. J. de Colméia);

33.13 E-doc n. 07010566418202318 - Notícia de Fato n. 2023.0002896 (2ª P. J. de Colméia);

33.14 E-doc n. 07010569401202312 - Notícia de Fato n. 2023.0003304 (2ª P. J. de Guaraí);

33.15 E-doc n. 07010565315202322 - Inquérito Civil Público n. 2019.0000823 (2ª P. J. de Colméia);

33.16 E-doc n. 07010565132202315 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006773 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

33.17 E-doc n. 07010565464202391 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000933 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio

Araguaia);

33.18 E-doc n. 07010565366202354 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004749 (P. J. de Goiatins);

33.19 E-doc n. 07010565365202318 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007345 (P. J. de Goiatins);

33.20 E-doc n. 07010565364202365 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002217 (P. J. de Goiatins);

33.21 E-doc n. 07010565363202311 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001873 (P. J. de Goiatins);

33.22 E-doc n. 07010565919202379 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005183 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.23 E-doc n. 07010566529202316 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008593 (7ª P. J. de Porto Nacional);

33.24 E-doc n. 07010566506202311 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001976 (7ª P. J. de Porto Nacional);

33.25 E-doc n. 07010566505202367 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009364 (7ª P. J. de Porto Nacional);

33.26 E-doc n. 07010566770202345 - Inquérito Civil Público n. 2020.0001114 (24ª P. J. da Capital);

33.27 E-doc n. 07010566421202323 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004134 (2ª P. J. de Colméia);

33.28 E-doc n. 07010567120202317 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002248 (6ª P. J. de Gurupi);

33.29 E-doc n. 07010567091202393 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000340 (28ª P. J. da Capital);

33.30 E-doc n. 07010567387202312 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004050 (12ª P. J. de Araguaína);

33.31 E-doc n. 07010567360202311 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000109 (12ª P. J. de Araguaína);

33.32 E-doc n. 07010567402202314 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001097 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.33 E-doc n. 07010567472202372 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001323 (P. J. de Wanderlândia);

33.34 E-doc n. 07010567397202341 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003149 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.35 E-doc n. 07010567260202395 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002218 (7ª P. J. de Gurupi);

33.36 E-doc n. 07010567444202355 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006336 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.37 E-doc n. 07010567518202353 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001391 (P. J. de Wanderlândia);

33.38 E-doc n. 07010567567202396 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001414 (P. J. de Wanderlândia);

33.39 E-doc n. 07010567559202341 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001413 (P. J. de Wanderlândia);

33.40 E-doc n. 07010567526202316 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000499 (P. J. de Wanderlândia);

33.41 E-doc n. 07010567885202357 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009300 (P. J. de Wanderlândia);

33.42 E-doc n. 07010567716202317 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001450 (P. J. de Wanderlândia);

33.43 E-doc n. 07010567861202314 - Inquérito Civil Público n.

2019.0004910 (9ª P. J. da Capital);

33.44 E-doc n. 07010567857202331 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000010 (9ª P. J. da Capital);

33.45 E-doc n. 07010567858202384 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005455 (9ª P. J. da Capital);

33.46 E-doc n. 07010567856202395 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000247 (9ª P. J. da Capital);

33.47 E-doc n. 07010567854202312 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004376 (9ª P. J. da Capital);

33.48 E-doc n. 07010567935202312 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009990 (P. J. de Xambioá);

33.49 E-doc n. 07010567934202351 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005224 (P. J. de Xambioá);

33.50 E-doc n. 07010567931202318 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005222 (P. J. de Xambioá);

33.51 E-doc n. 07010568110202315 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006397 (9ª P. J. da Capital);

33.52 E-doc n. 07010568542202318 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001707 (6ª P. J. de Gurupi);

33.53 E-doc n. 07010568544202315 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001708 (6ª P. J. de Gurupi);

33.54 E-doc n. 07010566270202311 - Procedimento Administrativo n. 2020.0000965 (P. J. de Wanderlândia);

33.55 E-doc n. 07010566337202318 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005476 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.56 E-doc n. 07010567236202356 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003969 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

33.57 E-doc n. 07010567702202311 - Procedimento Administrativo n. 2017.0000437 (9ª P. J. de Araguaína);

33.58 E-doc n. 07010567686202349 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006088 (P. J. de Wanderlândia);

33.59 E-doc n. 07010567933202315 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007000 (1ª P. J. de Arraias);

33.60 E-doc n. 07010567957202366 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003574 (2ª P. J. de Colméia);

33.61 E-doc n. 07010567958202319 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003460 (2ª P. J. de Colméia);

33.62 E-doc n. 07010567954202322 - Procedimento Administrativo n. 2021.0004068 (2ª P. J. de Colméia);

33.63 E-doc n. 07010568094202344 - Procedimento Administrativo n. 2019.0006995 (1ª P. J. de Arraias);

33.64 E-doc n. 07010568765202377 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002853 (9ª P. J. da Capital);

33.65 E-doc n. 07010568709202332 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002052 (P. J. de Wanderlândia);

33.66 E-doc n. 07010568682202388 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008596 (3ª P. J. de Guaraí);

33.67 E-doc n. 07010568866202348 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001225 (5ª P. J. de Araguaína);

33.68 E-doc n. 07010568526202317 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006264 (6ª P. J. de Gurupi);

33.69 E-doc n. 07010568521202394 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004990 (9ª P. J. da Capital);

33.70 E-doc n. 07010568384202398 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002638 (P. J. de Xambioá);

33.71 E-doc n. 07010568165202317 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006551 (9ª P. J. da Capital);

33.72 E-doc n. 07010568767202366 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001903 (9ª P. J. da Capital);

33.73 E-doc n. 07010568602202394 - Inquérito Civil Público n. 2022.0007443 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.74 E-doc n. 07010568762202333 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003329 (9ª P. J. da Capital);

33.75 E-doc n. 07010569177202351 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004719 (9ª P. J. da Capital);

33.76 E-doc n. 07010569173202372 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003787 (9ª P. J. da Capital);

33.77 E-doc n. 07010569174202317 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003788 (9ª P. J. da Capital);

33.78 E-doc n. 07010569104202369 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007859 (2ª P. J. de Colméia);

33.79 E-doc n. 07010569032202351 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001595 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

33.80 E-doc n. 07010569181202319 - Inquérito Civil Público n. 2016.0000062 (9ª P. J. da Capital);

33.81 E-doc n. 07010569180202374 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000161 (9ª P. J. da Capital);

33.82 E-doc n. 07010569184202352 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001133 (9ª P. J. da Capital);

33.83 E-doc n. 07010568861202315 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000775 (5ª P. J. de Araguaína);

33.84 E-doc n. 07010569189202385 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003790 (9ª P. J. da Capital);

33.85 E-doc n. 07010569427202352 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001397 (8ª P. J. de Gurupi);

33.86 E-doc n. 07010569424202319 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001396 (8ª P. J. de Gurupi);

33.87 E-doc n. 07010569192202315 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004849 (9ª P. J. da Capital);

33.88 E-doc n. 07010569278202321 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002777 (14ª P. J. de Araguaína);

33.89 E-doc n. 07010569219202353 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002366 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.90 E-doc n. 07010569289202311 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004238 (14ª P. J. de Araguaína);

33.91 E-doc n. 07010569288202367 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000487 (14ª P. J. de Araguaína);

33.92 E-doc n. 07010569286202378 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008824 (14ª P. J. de Araguaína);

33.93 E-doc n. 07010569287202312 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009942 (14ª P. J. de Araguaína);

33.94 E-doc n. 07010569285202323 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009624 (14ª P. J. de Araguaína);

33.95 E-doc n. 07010569253202328 - Inquérito

Civil Público n. 2019.0003321 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.96 E-doc n. 07010565454202356 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007664 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.97 E-doc n. 07010565450202378 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007665 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.98 E-doc n. 07010565441202387 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006871 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.99 E-doc n. 07010565901202377 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007439 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.100 E-doc n. 07010566064202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007452 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

33.101 E-doc n. 07010566111202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006880A (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.102 E-doc n. 07010566136202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006885 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.103 E-doc n. 07010566206202322 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006857 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.104 E-doc n. 07010566199202369 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006878 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.105 E-doc n. 07010566212202381 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006862 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.106 E-doc n. 07010566197202371 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007666 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.107 E-doc n. 07010566226202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006867 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.108 E-doc n. 07010566240202313 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006884 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.109 E-doc n. 07010566220202326 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005818 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.110 E-doc n. 07010566761202354 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005327 (14ª P. J. de Araguaína);

33.111 E-doc n. 07010566744202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005811 (14ª P. J. de Araguaína);

33.112 E-doc n. 07010566751202319 - Procedimento Preparatório n. 2022.0005947 (14ª P. J. de Araguaína);

33.113 E-doc n. 07010566731202348 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007189 (14ª P. J. de Araguaína);

33.114 E-doc n. 07010566723202318 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007603 (14ª P. J. de Araguaína);

33.115 E-doc n. 07010567382202381 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007611 (12ª P. J. de Araguaína);

33.116 E-doc n. 07010567417202382 - Procedimento Preparatório n. 2022.0004100 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.117 E-doc n. 07010567257202371 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007288 (7ª P. J. de Gurupi);

33.118 E-doc n. 07010568074202373 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000605 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.119 E-doc n. 07010568039202354 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000599 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.120 E-doc n. 07010568063202393 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000601 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.121 E-doc n. 07010568069202361 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000603 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.122 E-doc n. 07010568018202339 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007355 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.123 E-doc n. 07010568023202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007357 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.124 E-doc n. 07010568014202351 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006491 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.125 E-doc n. 07010568016202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006831 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.126 E-doc n. 07010568995202336 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007819 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.127 E-doc n. 07010569375202314 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007752 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.128 E-doc n. 07010569197202321 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007896 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.129 E-doc n. 07010569195202332 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007820 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.130 E-doc n. 07010569193202343 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007822 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.131 E-doc n. 07010569225202319 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000660 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.132 E-doc n. 07010569222202377 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000604 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.133 E-doc n. 07010569220202388 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000600 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.134 E-doc n. 07010569221202322 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000602 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.135 E-doc n. 07010565928202361 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007372 (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública);

33.136 E-doc n. 07010565849202359 – Inquérito Civil Público n. 2018.0008507 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.137 E-doc n. 07010566444202338 - Procedimento Administrativo n. 2018.0006159 (1ª P. J. de Arraias);

33.138 E-doc n. 07010569031202313 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006704 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

33.139 E-doc n. 07010568855202368 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007663 (1ª P. J. da Capital);

33.140 E-doc n. 07010568259202388 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007614 (P. J. de Xambioá);

33.141 E-doc n. 07010568266202381 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007531 (P. J. de Xambioá);

33.142 E-doc n. 07010568116202376 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007593 (5ª P. J. de Araguaína);

33.143 E-doc n. 07010568607202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007255 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.144 E-doc n. 07010568703202365 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007389 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.145 E-doc n. 07010568708202398 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007755 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.146 E-doc n. 07010568706202315 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007469 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.147 E-doc n. 07010568716202334 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007813 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.148 E-doc n. 07010568718202323 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008159 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.149 E-doc n. 07010568722202391 - Procedimento Preparatório n. 2022.0009763 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.150 E-doc n. 07010571760202321 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004376 (9ª P. J. da Capital);

33.151 E-doc n. 07010571758202352 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000247 (9ª P. J. da Capital);

33.152 E-doc n. 07010571749202361 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000010 (9ª P. J. da Capital);

33.153 E-doc n. 07010571746202328 - Inquérito Civil Público n. 2020.0001278 (9ª P. J. da Capital);

33.154 E-doc n. 07010571745202383 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001773 (9ª P. J. da Capital);

33.155 E-doc n. 07010571685202315 – Procedimento Preparatório n. 2023.0001156 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.156 E-doc n. 07010571610202318 – Inquérito Civil Público n. 2019.0000205 (9ª P. J. da Capital);

33.157 E-doc n. 07010571616202395 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007850 (15ª P. J. da Capital);

33.158 E-doc n. 07010571587202361 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005318 (9ª P. J. da Capital);

33.159 E-doc n. 07010571664202383 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008062 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.160 E-doc n. 07010571670202331 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008080 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.161 E-doc n. 07010571793202371 – Procedimento Preparatório n. 2022.0007924 (P. J. de Xambioá);

33.162 E-doc n. 07010571800202335 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003936 (12ª P. J. de Araguaína);

33.163 E-doc n. 07010571810202371 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000959 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.164 E-doc n. 07010571813202312 – Inquérito Civil Público n. 220.0004334 (21ª P. J. de Colméia);

33.165 E-doc n. 07010571811202315 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000961 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.166 E-doc n. 07010571867202371 – Inquérito Civil Público n. 2020.0002627 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.167 E-doc n. 07010570380202371 - Notícia de Fato n. 2023.0003334 (2ª P. J. de Colméia);

33.168 E-doc n. 07010569618202314 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000125 (9ª P. J. da Capital);

33.169 E-doc n. 07010569646202331 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007925 (9ª P. J. da Capital);

33.170 E-doc n. 07010569590202315 - Inquérito Civil Público n. 2016.0000031 (9ª P. J. da Capital);

33.171 E-doc n. 07010569650202316 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002586 (9ª P. J. da Capital);

33.172 E-doc n. 07010569513202365 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001203 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.173 E-doc n. 07010569556202341 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004485 (1ª P. J. de Arraias);

33.174 E-doc n. 07010569572202333 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000966 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.175 E-doc n. 07010569569202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002472 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.176 E-doc n. 07010569568202375 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002471 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.177 E-doc n. 07010569571202399 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002473 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.178 E-doc n. 07010569703202382 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006444 (9ª P. J. da Capital);

33.179 E-doc n. 07010569670202371 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005813 (9ª P. J. da Capital);

33.180 E-doc n. 07010569667202357 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000341 (9ª P. J. da Capital);

- 33.181 E-doc n. 07010569723202353 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006619 (9ª P. J. da Capital);
- 33.182 E-doc n. 07010569720202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000860 (10ª P. J. da Capital);
- 33.183 E-doc n. 07010569725202342 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001904 (10ª P. J. da Capital);
- 33.184 E-doc n. 07010570128202361 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006014 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.185 E-doc n. 07010570387202391 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004066 (2ª P. J. de Colméia);
- 33.186 E-doc n. 07010570433202352 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001958 (14ª P. J. de Araguaína);
- 33.187 E-doc n. 07010570377202356 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001360 (9ª P. J. da Capital);
- 33.188 E-doc n. 07010570282202332 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002389 (6ª P. J. de Araguaína);
- 33.189 E-doc n. 07010570713202361 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000190 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.190 E-doc n. 07010570650202342 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008604 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 33.191 E-doc n. 07010570943202321 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008293 (28ª P. J. da Capital);
- 33.192 E-doc n. 07010570941202331 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006841 (28ª P. J. da Capital);
- 33.193 E-doc n. 07010570942202385 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008937 (9ª P. J. da Capital);
- 33.194 E-doc n. 07010570906202311 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003363 (9ª P. J. da Capital);
- 33.195 E-doc n. 07010570922202312 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003364 (9ª P. J. da Capital);
- 33.196 E-doc n. 07010570924202311 - Inquérito Civil Público n. 2020.0003899 (P. J. de Ananás);
- 33.197 E-doc n. 07010570925202348 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008728 (9ª P. J. da Capital);
- 33.198 E-doc n. 07010570923202359 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004763 (P. J. de Ananás);
- 33.199 E-doc n. 07010570894202325 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009274 (9ª P. J. da Capital);
- 33.200 E-doc n. 07010570881202356 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007975 (9ª P. J. da Capital);
- 33.201 E-doc n. 07010570900202344 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008398 (9ª P. J. da Capital);
- 33.202 E-doc n. 07010570877202398 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002858 (9ª P. J. da Capital);
- 33.203 E-doc n. 07010570961202311 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000856 (9ª P. J. da Capital);
- 33.204 E-doc n. 07010570966202334 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001311 (9ª P. J. da Capital);
- 33.205 E-doc n. 07010570958202398 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009023 (9ª P. J. da Capital);
- 33.206 E-doc n. 07010571208202333 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003056 (9ª P. J. da Capital);
- 33.207 E-doc n. 07010571162202352 - Inquérito Civil Público n. 2023.0002244 (23ª P. J. da Capital);
- 33.208 E-doc n. 07010571157202341 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003630 (23ª P. J. da Capital);
- 33.209 E-doc n. 07010571165202396 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008726 (23ª P. J. da Capital);
- 33.210 E-doc n. 07010571139202368 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003422 (9ª P. J. da Capital);
- 33.211 E-doc n. 07010571133202391 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006669 (9ª P. J. da Capital);
- 33.212 E-doc n. 07010571166202331 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007114 (23ª P. J. da Capital);
- 33.213 E-doc n. 07010571195202319 - Inquérito Civil Público n. 015/2017 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.214 E-doc n. 07010571216202381 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003103 (9ª P. J. da Capital);
- 33.215 E-doc n. 07010571285202393 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003697 (9ª P. J. da Capital);
- 33.216 E-doc n. 07010571277202347 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003292 (9ª P. J. da Capital);
- 33.217 E-doc n. 07010571308202361 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005212 (9ª P. J. da Capital);
- 33.218 E-doc n. 07010571298202362 - Inquérito Civil Público n. 2019.0000386 (9ª P. J. da Capital);
- 33.219 E-doc n. 07010571292202395 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007252 (9ª P. J. da Capital);
- 33.220 E-doc n. 07010571350202381 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002716 (9ª P. J. da Capital);
- 33.221 E-doc n. 07010571376202329 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002729 (9ª P. J. da Capital);
- 33.222 E-doc n. 07010571377202373 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002923 (9ª P. J. da Capital);
- 33.223 E-doc n. 07010571385202311 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008062 (9ª P. J. da Capital);
- 33.224 E-doc n. 07010571350202381 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002716 (9ª P. J. da Capital);
- 33.225 E-doc n. 07010571343202389 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000319 (9ª P. J. da Capital);
- 33.226 E-doc n. 07010571346202312 - Inquérito Civil Público n. 035/2015 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.227 E-doc n. 07010571371202312 - Inquérito Civil Público n. 003/2017 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.228 E-doc n. 07010571366202393 - Inquérito Civil Público n. 019/2017 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.229 E-doc n. 07010571327202396 - Inquérito Civil Público n. 010/2015 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.230 E-doc n. 07010571522202316 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008504 (9ª P. J. da Capital);
- 33.231 E-doc n. 07010571469202353 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003872 (9ª P. J. da Capital);
- 33.232 E-doc n. 07010571463202386 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000138 (9ª P. J. da Capital);
- 33.233 E-doc n. 07010571400202321 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002516 (9ª P. J. da Capital);

- 33.234 E-doc n. 07010571392202311 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000009 (9ª P. J. da Capital);
- 33.235 E-doc n. 07010571528202393 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001028 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 33.236 E-doc n. 07010571608202349 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000093 (9ª P. J. da Capital);
- 33.237 E-doc n. 07010571944202391 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005472 (9ª P. J. da Capital);
- 33.238 E-doc n. 07010571942202319 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003069 (9ª P. J. da Capital);
- 33.239 E-doc n. 07010571943202347 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002214 (9ª P. J. da Capital);
- 33.240 E-doc n. 07010571799202349 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004050 (12ª P. J. de Araguaína);
- 33.241 E-doc n. 07010572168202347 - Inquérito Civil Público n. 015/2015 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.242 E-doc n. 07010571980202355 - Inquérito Civil Público n. 008/2014 (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.243 E-doc n. 07010572112202392 - Inquérito Civil Público n. 008/2014-B (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.244 E-doc n. 07010572238202367 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002817 (23ª P. J. da Capital);
- 33.245 E-doc n. 07010572152202334 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009182 (12ª P. J. de Araguaína);
- 33.246 E-doc n. 07010572131202319 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006132 (12ª P. J. de Araguaína);
- 33.247 E-doc n. 07010572127202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003628 (12ª P. J. de Araguaína);
- 33.248 E-doc n. 07010572242202325 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002825 (23ª P. J. da Capital);
- 33.249 E-doc n. 07010572234202389 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003761 (23ª P. J. da Capital);
- 33.250 E-doc n. 07010572360202333 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001021 (9ª P. J. da Capital);
- 33.251 E-doc n. 07010572354202386 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009469 (9ª P. J. da Capital);
- 33.252 E-doc n. 07010572366202319 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007843 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 33.253 E-doc n. 07010572317202378 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007394 (5ª P. J. de Araguaína);
- 33.254 E-doc n. 07010572618202318 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000067 (9ª P. J. da Capital);
- 33.255 E-doc n. 07010572626202348 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006129 (9ª P. J. da Capital);
- 33.256 E-doc n. 07010572606202377 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007438 (9ª P. J. da Capital);
- 33.257 E-doc n. 07010572501202318 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007414 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 33.258 E-doc n. 07010572578202398 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009874 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.259 E-doc n. 07010572621202315 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005029 (P. J. de Wanderlândia);
- 33.260 E-doc n. 07010572650202387 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008986 (9ª P. J. da Capital);
- 33.261 E-doc n. 07010572673202391 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003121 (9ª P. J. da Capital);
- 33.262 E-doc n. 07010572672202347 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000654 (P. J. de Wanderlândia);
- 33.263 E-doc n. 07010572675202381 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005882 (23ª P. J. da Capital);
- 33.264 E-doc n. 07010572688202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004672 (2ª P. J. de Colméia);
- 33.265 E-doc n. 07010572897202311 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001667 (9ª P. J. da Capital);
- 33.266 E-doc n. 07010572901202323 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001508 (9ª P. J. da Capital);
- 33.267 E-doc n. 07010572889202357 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001854 (9ª P. J. da Capital);
- 33.268 E-doc n. 07010572876202388 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002736 (9ª P. J. da Capital);
- 33.269 E-doc n. 07010572841202349 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000574 (9ª P. J. da Capital);
- 33.270 E-doc n. 07010572828202391 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003330 (9ª P. J. da Capital);
- 33.271 E-doc n. 07010572839202371 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002539 (9ª P. J. da Capital);
- 33.272 E-doc n. 07010572749202389 - Inquérito Civil Público n. 008/2014-C (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.273 E-doc n. 07010572887202368 - Inquérito Civil Público n. 008/2014-E (7ª P. J. de Gurupi);
- 33.274 E-doc n. 07010572895202312 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004671 (2ª P. J. de Colméia);
- 33.275 E-doc n. 07010572779202395 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004708 (2ª P. J. de Colméia);
- 33.276 E-doc n. 07010572766202316 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006536 (2ª P. J. de Colméia);
- 33.277 E-doc n. 07010572742202367 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009262 (9ª P. J. da Capital);
- 33.278 E-doc n. 07010572777202312 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007660 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 33.279 E-doc n. 07010572871202355 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006718 (2ª P. J. de Colméia);
- 33.280 E-doc n. 07010572919202325 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008261 (9ª P. J. da Capital);
- 33.281 E-doc n. 07010572938202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000680 (P. J. de Wanderlândia);
- 33.282 E-doc n. 07010572940202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000705 (P. J. de Wanderlândia);
- 33.283 E-doc n. 07010573078202373 - Inquérito Civil Público n. 2019.0008180 (9ª P. J. da Capital);
- 33.284 E-doc n. 07010573079202318 - Inquérito Civil Público n. 2019.0008243 (9ª P. J. da Capital);
- 33.285 E-doc n. 07010573180202379 - Inquérito Civil Público

n. 2018.0008261 (9ª P. J. da Capital);

33.286 E-doc n. 07010573148202393 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004053 (9ª P. J. da Capital);

33.287 E-doc n. 07010571181202389 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002577 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.288 E-doc n. 07010571132202346 - Procedimento Administrativo n. 006/2015 (7ª P. J. de Gurupi);

33.289 E-doc n. 07010571181202389 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002577 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.290 E-doc's n. 07010571357202319 e 07010572362202322 - Procedimento Administrativo n. 003/2016 (7ª P. J. de Gurupi);

33.291 E-doc n. 07010572310202356 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001983 (5ª P. J. de Araguaína);

33.292 E-doc n. 07010572311202317 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001945 (5ª P. J. de Araguaína);

33.293 E-doc n. 07010572690202329 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000907 (9ª P. J. de Araguaína);

33.294 E-doc n. 07010572774202362 - Procedimento Administrativo n. 2021.0004588 (2ª P. J. de Colméia);

33.295 E-doc n. 07010573000202359 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007332 (1ª P. J. de Taguatinga);

33.296 E-doc n. 07010573398202323 - Procedimento Administrativo n. 2023.0003762 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.297 E-doc n. 07010573295202363 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009043 (3ª P. J. de Guaraí);

33.298 E-doc n. 07010573309202349 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009307 (14ª P. J. de Araguaína);

33.299 E-doc n. 07010569772202396 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002433 (15ª P. J. da Capital);

33.300 E-doc n. 07010569771202341 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004987 (15ª P. J. da Capital);

33.301 E-doc n. 07010569763202311 - Procedimento Administrativo n. 2017.0001230 (5ª P. J. de Araguaína);

33.302 E-doc n. 07010570243202335 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002579 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.303 E-doc n. 07010570361202343 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002561 (9ª P. J. de Gurupi);

33.304 E-doc n. 07010570367202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002564 (9ª P. J. de Gurupi);

33.305 E-doc n. 07010570363202332 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002562 (9ª P. J. de Gurupi);

33.306 E-doc n. 07010570365202321 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002563 (9ª P. J. de Gurupi);

33.307 E-doc n. 07010570489202315 - Procedimento Administrativo n. 2020.0006760 (2ª P. J. de Colméia);

33.308 E-doc n. 07010570553202351 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007414 (P. J. de Wanderlândia);

33.309 E-doc n. 07010570484202384 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002560 (9ª P. J. de Gurupi);

33.310 E-doc n. 07010571179202318 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002576 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.311 E-doc n. 07010571178202365 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002575 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.312 E-doc n. 07010571184202312 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002580 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.313 E-doc n. 07010571183202378 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002578 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.314 E-doc n. 07010571177202311 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002574 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.315 E-doc n. 07010572524202322 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000964 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.316 E-doc n. 07010572515202331 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000896 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.317 E-doc n. 07010572511202353 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007870 (5ª P. J. de Araguaína);

33.318 E-doc n. 07010572704202312 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006945 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

33.319 E-doc n. 07010572922202349 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000954 (15ª P. J. da Capital);

33.320 E-doc n. 07010573256202366 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009221 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

33.321 E-doc n. 07010573316202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007926 (14ª P. J. de Araguaína);

33.322 E-doc n. 07010573317202395 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003010 (14ª P. J. de Araguaína);

33.323 E-doc n. 07010573402202353 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001141 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.324 E-doc n. 07010573414202388 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001145 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.325 E-doc n. 07010573372202385 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001131 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.326 E-doc n. 07010573404202342 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001143 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.327 E-doc n. 07010573401202317 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001139 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.328 E-doc n. 07010573397202389 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001135 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.329 E-doc n. 07010573400202364 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001137 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.330 E-doc n. 07010573392202356 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001133 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.331 E-doc n. 07010570404202391 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007486 (14ª P. J. de Araguaína);

33.332 E-doc n. 07010570486202373 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008474 (2ª P. J. de Colméia);

33.333 E-doc n. 07010570799202321 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008012 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.334 E-doc n. 07010570995202312 - Procedimento Preparatório n. 2022.0003665 (28ª P. J. da Capital);

33.335 E-doc n. 0701057113202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007970 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.336 E-doc n. 07010571094202321 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007933 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.337 E-doc n. 07010571097202365 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007934 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.338 E-doc n. 07010571089202319 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007931 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.339 E-doc n. 07010571101202395 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007968 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.340 E-doc n. 07010571083202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007421 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.341 E-doc n. 07010571150202328 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008041 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.342 E-doc n. 07010571315202361 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007496 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.343 E-doc n. 07010571314202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007466 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.344 E-doc n. 07010571313202372 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007464 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.345 E-doc n. 07010571289202371 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006492 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.346 E-doc n. 07010571302202392 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007356 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.347 E-doc n. 07010571304202381 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007358 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.348 E-doc n. 07010571297202318 - Procedimento Preparatório n. 2022.0006940 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.349 E-doc n. 07010571309202312 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007360 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.350 E-doc n. 07010571351202325 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008326 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.351 E-doc n. 07010571340202345 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008160 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.352 E-doc n. 07010571326202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008158 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.353 E-doc n. 07010571317202351 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007814 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.354 E-doc n. 07010571381202331 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008490 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.355 E-doc n. 07010571378202318 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008488 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.356 E-doc n. 07010571452202312 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000895 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.357 E-doc n. 07010571459202318 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000897 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.358 E-doc n. 07010572078202356 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008082 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.359 E-doc n. 07010572522202333 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000962 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.360 E-doc n. 07010572319202367 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007864 (5ª P. J. de Araguaia);

33.361 E-doc n. 07010573310202373 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005921 (14ª P. J. de Araguaia);

33.362 E-doc n. 07010573311202318 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003024 (14ª P. J. de Araguaia);

33.363 E-doc n. 07010573304202316 - Inquérito Civil Público n. 2020.0001323 (14ª P. J. de Araguaia);

33.364 E-doc n. 07010573399202378 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000766 (P. J. de Wanderlândia);

33.365 E-doc n. 07010569535202325 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007825 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.366 E-doc n. 07010569511202376 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007895 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.367 E-doc n. 07010570165202379 - Inquérito Civil Público n. 2022.0008677 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.368 E-doc n. 07010570064202314 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007936 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.369 E-doc n. 07010570071202316 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007935 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.370 E-doc n. 07010570059202395 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008115 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.371 E-doc n. 07010570078202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007972 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.372 E-doc n. 07010570075202388 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007969 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.373 E-doc n. 07010570085202313 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007938 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do

Alto e Médio Araguaia);

33.374 E-doc n. 07010570378202317 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007898 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.375 E-doc n. 07010570402202318 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007770 (14ª P. J. de Araguaína);

33.376 E-doc n. 07010573174202311 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007069 (9ª P. J. da Capital);

33.377 E-doc n. 07010573170202333 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006662 (9ª P. J. da Capital);

33.378 E-doc n. 07010573147202349 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009719 (9ª P. J. da Capital);

33.379 E-doc n. 07010573143202361 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002567 (9ª P. J. da Capital);

33.380 E-doc n. 07010573134202371 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001537 (9ª P. J. da Capital);

33.381 E-doc n. 07010573132202381 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000106 (9ª P. J. da Capital);

33.382 E-doc n. 07010573124202334 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000024 (9ª P. J. da Capital);

33.383 E-doc n. 07010573123202391 - Inquérito Civil Público n. 2020.0008054 (9ª P. J. da Capital);

33.384 E-doc n. 07010573227202311 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007214 (7ª P. J. de Gurupi);

33.385 E-doc n. 07010573255202311 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001598 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

33.386 E-doc n. 07010573254202377 - Inquérito Civil Público n. 2022.0000685 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

33.387 E-doc n. 07010573438202337 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005413 (P. J. de Wanderlândia);

33.388 E-doc n. 07010573326202386 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009628 (14ª P. J. de Araguaína);

33.389 E-doc n. 07010573321202353 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000480 (14ª P. J. de Araguaína);

33.390 E-doc n. 07010573323202342 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009950 (14ª P. J. de Araguaína);

33.391 E-doc n. 07010573320202317 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002980 (14ª P. J. de Araguaína);

33.392 E-doc n. 07010573318202331 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009944 (14ª P. J. de Araguaína);

33.393 E-doc n. 07010573312202362 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000578 (14ª P. J. de Araguaína);

33.394 E-doc n. 07010575039202319 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008090 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.395 E-doc n. 07010575038202366 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002134 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.396 E-doc n. 07010575037202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001144 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.397 E-doc n. 07010575036202377 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001142 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.398 E-doc n. 07010575031202344 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001132 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.399 E-doc n. 07010575035202322 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001140 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.400 E-doc n. 07010575033202333 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001136 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.401 E-doc n. 07010575032202399 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001134 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.402 E-doc n. 07010574974202351 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005397 (15ª P. J. da Capital);

33.403 E-doc n. 07010575034202388 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001138 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.404 E-doc n. 07010574987202329 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001380 (P. J. de Wanderlândia);

33.405 E-doc n. 07010574989202318 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001381 (P. J. de Wanderlândia);

33.406 E-doc n. 07010574997202364 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009350 (P. J. de Wanderlândia);

33.407 E-doc n. 07010575001202338 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003058 (P. J. de Wanderlândia);

33.408 E-doc n. 07010574986202384 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001322 (P. J. de Wanderlândia);

33.409 E-doc n. 07010574992202331 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004228 (P. J. de Wanderlândia);

33.410 E-doc n. 07010574985202331 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000701 (P. J. de Wanderlândia);

33.411 E-doc n. 07010575000202393 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003812 (P. J. de Wanderlândia);

33.412 E-doc n. 07010574990202342 - Inquérito Civil Público n. 2021.02000440 (P. J. de Wanderlândia);

33.413 E-doc n. 07010575011202373 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002074 (P. J. de Wanderlândia);

33.414 E-doc n. 07010575012202318 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003789 (P. J. de Wanderlândia);

33.415 E-doc n. 07010575016202312 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001377 (P. J. de Wanderlândia);

33.416 E-doc n. 07010575015202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001379 (P. J. de Wanderlândia);

33.417 E-doc n. 07010575021202317 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000765 (P. J. de Wanderlândia);

33.418 E-doc n. 07010575029202375 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007846 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.419 E-doc n. 07010575030202316 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001130 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.420 E-doc n. 07010574948202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007618 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.421 E-doc n. 07010574947202387 – Procedimento Administrativo n. 2021.0001717 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.422 E-doc n. 07010574915202381 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002186 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.423 E-doc n. 07010574942202354 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007617 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.424 E-doc n. 07010574937202341 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001784 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

33.425 E-doc n. 07010575154202385 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001071 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.426 E-doc n. 07010575178202334 – Inquérito Civil Público n. 2017.0002214 (9ª P. J. de da Capital);

33.427 E-doc n. 07010573824202329 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007162 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.428 E-doc n. 07010573824202329 – Inquérito Civil Público n. 2019.0007162 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.429 E-doc n. 07010574570202366 - Notícia de Fato n. 2023.0004336 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.430 E-doc n. 07010574754202326 - Notícia de Fato n. 2023.0004056 (2ª P. J. de Guaraí);

33.431 E-doc n. 07010573642202358 - Inquérito Civil Público n. 021/2017 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

33.432 E-doc n. 07010573629202315 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004496 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.433 E-doc n. 07010573612202341 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005288 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.434 E-doc n. 07010573892202398 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008224 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.435 E-doc n. 07010573888202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001382 (P. J. de Wanderlândia);

33.436 E-doc n. 07010573725202347 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006299 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.437 E-doc n. 07010573884202341 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001435 (P. J. de Wanderlândia);

33.438 E-doc n. 07010573895202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006541 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.439 E-doc n. 07010573604202311 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005910 (2ª P. J. de Colméia);

33.440 E-doc n. 07010573547202354 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005806 (2ª P. J. de Colméia);

33.441 E-doc n. 07010573542202321 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002600 (2ª P. J. de Colméia);

33.442 E-doc n. 07010573545202365 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001502 (2ª P. J. de Colméia);

33.443 E-doc n. 07010573571202393 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005124 (14ª P. J. de Araguaína);

33.444 E-doc n. 07010573516202311 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000457 (12ª P. J. de Araguaína);

33.445 E-doc n. 07010573551202312 - Inquérito Civil Público n. 2023.0005098 (14ª P. J. de Araguaína);

33.446 E-doc n. 07010573824202329 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007162 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.447 E-doc n. 07010573849202322 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007166 (4ª P. J. de Porto Nacional);

33.448 E-doc n. 07010574569202331 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007822 (P. J. de Wanderlândia);

33.449 E-doc n. 07010574676202361 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001759 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.450 E-doc n. 07010574785202387 - Procedimento Administrativo n. 2022.0003254 (9ª P. J. de Araguaína);

33.451 E-doc n. 07010575197202361 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000366 (1ª P. J. de Miranorte);

33.452 E-doc n. 07010573529202372 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007722 (2ª P. J. de Colméia);

33.453 E-doc n. 07010573675202314 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009098 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

33.454 E-doc n. 07010574045202341 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002515 (1ª P. J. de Cristalândia);

33.455 E-doc n. 07010574130202317 - Procedimento Administrativo n. 2019.0006473 (15ª P. J. da Capital);

33.456 E-doc n. 07010574413202351 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007821 (P. J. de Wanderlândia);

33.457 E-doc n. 07010574412202314 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007824 (P. J. de Wanderlândia);

33.458 E-doc n. 07010574410202317 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007819 (P. J. de Wanderlândia);

33.459 E-doc n. 07010573687202322 - Procedimento Administrativo n. 2020.0001823 (2ª P. J. de Pedro Afonso);

33.460 E-doc n. 07010573723202358 - Procedimento Administrativo n. 2018.0005237 (P. J. de Paranã);

33.461 E-doc n. 07010573722202311 - Procedimento Administrativo n. 2018.0006938 (P. J. de Paranã);

33.462 E-doc n. 07010573729202325 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000339 (P. J. de Paranã);

33.463 E-doc n. 07010573727202336 - Procedimento Administrativo n. 2019.0002239 (P. J. de Paranã);

33.464 E-doc n. 07010573724202319 - Procedimento Administrativo n. 2018.0005504 (P. J. de Paranã);

33.465 E-doc n. 07010573700202343 - Procedimento Administrativo n. 2020.0000863 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

33.466 E-doc n. 07010573531202341 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007787 (12ª P. J. de Araguaína);

33.467 E-doc n. 07010573530202313 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008186 (12ª P. J. de Araguaína);

33.468 E-doc n. 07010573878202394- Procedimento Preparatório n. 2022.0004082 (P. J. de Wanderlândia);

33.469 E-doc n. 07010573704202321 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007444 (14ª P. J. de Araguaína);

33.470 E-doc n. 07010573987202311 - Procedimento Preparatório n. 2022.0000575 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.471 E-doc n. 07010574018202378 - Procedimento Preparatório

n. 2022.0007126 (P. J. de Wanderlândia);

33.472 E-doc n. 07010574122202362 - Procedimento Preparatório n. 2022.0007162 (1ª P. J. de Cristalândia);

33.473 E-doc n. 07010574354202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001337 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.474 E-doc n. 07010574355202365 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001339 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.475 E-doc n. 07010574357202354 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001341 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.476 E-doc n. 07010574358202315 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001343 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.477 E-doc n. 07010574361202312 - Procedimento Preparatório n. 202.0001345 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.478 E-doc n. 07010574409202392 - Procedimento Preparatório n. 2023.0011125 (P. J. de Wanderlândia);

33.479 E-doc n. 07010574765202314 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001419 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.480 E-doc n. 07010574764202361 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001417 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.481 E-doc n. 07010574762202372 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008235 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.482 E-doc n. 07010574760202383 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008181 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

33.483 E-doc n. 07010574874202323 - Procedimento Preparatório n. 2023.0000974 (22ª P. J. da Capital);

33.484 E-doc n. 07010573760202366 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000740 (P. J. de Wanderlândia);

33.485 E-doc n. 07010573759202331 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002839 (P. J. de Wanderlândia);

33.486 E-doc n. 07010573757202342 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002811 (P. J. de Wanderlândia);

33.487 E-doc n. 07010573806202347 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005176 (P. J. de Wanderlândia);

33.488 E-doc n. 07010573761202319 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000740 (P. J. de Wanderlândia);

33.489 E-doc n. 07010573874202314 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004742 (P. J. de Wanderlândia);

33.490 E-doc n. 07010573978202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001320 (P. J. de Wanderlândia);

33.491 E-doc n. 07010573905202329 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000764 (P. J. de Wanderlândia);

33.492 E-doc n. 07010573939202313 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001319 (P. J. de Wanderlândia);

33.493 E-doc n. 07010573961202363 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001794 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

33.494 E-doc n. 07010573942202337 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004579 (P. J. de Ananás);

33.495 E-doc n. 07010574027202369 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000730 (1ª P. J. de Cristalândia);

33.496 E-doc n. 07010574299202369 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001617 (1ª P. J. de Arraias);

33.497 E-doc n. 07010574260202341 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000277 (9ª P. J. da Capital);

33.498 E-doc n. 07010574373202347 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006669 (9ª P. J. da Capital);

33.499 E-doc n. 07010574567202342 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000587 (P. J. de Wanderlândia);

33.500 E-doc n. 07010574566202314 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000650 (P. J. de Wanderlândia);

33.501 E-doc n. 07010574568202397 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005193 (P. J. de Wanderlândia);

33.502 E-doc n. 07010574565202353 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000651 (P. J. de Wanderlândia);

33.503 E-doc n. 07010574562202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000586 (P. J. de Wanderlândia);

33.504 E-doc n. 07010574560202321 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000738 (P. J. de Wanderlândia);

33.505 E-doc n. 07010574561202375 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000668 (P. J. de Wanderlândia);

33.506 E-doc n. 07010574559202312 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001392 (P. J. de Wanderlândia);

33.507 E-doc n. 07010574558202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001391 (P. J. de Wanderlândia);

33.508 E-doc n. 07010574629202316 - Inquérito Civil Público n. 2020.0003556 (P. J. de Wanderlândia);

33.509 E-doc n. 07010574652202319 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000655 (P. J. de Wanderlândia);

33.510 E-doc n. 07010574843202372 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000706 (P. J. de Wanderlândia);

33.511 E-doc n. 07010574782202343 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001378 (P. J. de Wanderlândia);

33.512 E-doc n. 07010574756202315 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000717 (P. J. de Wanderlândia);

33.513 E-doc n. 07010574757202361 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000585 (P. J. de Wanderlândia);

33.514 E-doc n. 07010574769202394 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001414 (P. J. de Wanderlândia);

33.515 E-doc n. 07010574767202311 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000499 (P. J. de Wanderlândia);

33.516 E-doc n. 07010574768202341 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001413 (P. J. de Wanderlândia);

33.517 E-doc n. 07010574765202314 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001419 (P. J. de Wanderlândia);

33.518 E-doc n. 07010574727202353 - Inquérito Civil Público n. 2018.0002680 (5ª P. J. de Porto Nacional);

33.519 E-doc n. 07010574753202381 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002900 (7ª P. J. de Gurupi);

33.520 E-doc n. 07010574910202359 - Inquérito Civil Público

- n. 2019.0007211 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.521 E-doc n. 07010574908202381 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007209 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.522 E-doc n. 07010574909202324 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007210 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.523 E-doc n. 07010574906202391 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007208 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.524 E-doc n. 07010574898202382 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007206 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.525 E-doc n. 07010574899202327 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007207 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.526 E-doc n. 07010575189202314 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001606 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.527 E-doc n. 07010573699202357 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008409 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 33.528 E-doc n. 07010573726202391 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008465 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 33.529 E-doc n. 07010573810202313 - Procedimento Preparatório n. 2022.0008468 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 33.530 E-doc n. 07010575483202326 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006013 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.531 E-doc n. 07010575350202351 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001449 (P. J. de Wanderlândia);
- 33.532 E-doc n. 07010575400202315 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003793 (27ª P. J. da Capital);
- 33.533 E-doc n. 07010575510202361 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003524 (5ª P. J. de Araguaína);
- 33.534 E-doc n. 07010575343202358 - Inquérito Civil Público n. 2017.3.29.28.0176 (9ª P. J. da Capital);
- 33.535 E-doc n. 07010575263202319 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000895 (8ª P. J. de Gurupi);
- 33.536 E-doc n. 07010575242202387 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008558 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.537 E-doc n. 07010575553202346 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006376 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.538 E-doc n. 07010575760202317 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006311 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.539 E-doc n. 07010575888202364 - Inquérito Civil Público n. 2021.00041 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 33.540 E-doc n. 07010575414202312 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001342 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.541 E-doc n. 07010575275202327 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008356 (P. J. de Novo Acordo);
- 33.542 E-doc n. 07010575371202375 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003614 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.543 E-doc n. 07010575416202311 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001346 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.544 E-doc n. 07010575213202315 - Procedimento Preparatório n. 2021.0003304 (14ª P. J. de Araguaína);
- 33.545 E-doc n. 07010575415202367 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001344 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.546 E-doc n. 07010575417202356 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001418 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.547 E-doc n. 07010575413202378 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001340 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.548 E-doc n. 07010575412202323 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001338 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.549 E-doc n. 07010575411202389 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001336 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);
- 33.550 E-doc n. 07010575276202371 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001698 (22ª P. J. da Capital);
- 33.551 E-doc n. 07010575700202388 - Procedimento Preparatório n. 2023.0001706 (22ª P. J. da Capital);
- 33.552 E-doc n. 07010575258202391 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007557 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.553 E-doc n. 07010575291202311 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007432 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.554 E-doc n. 07010575338202345 - Procedimento Administrativo n. 2019.0008314 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.555 E-doc n. 07010575356202327 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007513 (1ª P. J. de Miranorte);
- 33.556 E-doc n. 07010575248202354 - Procedimento Administrativo n. 2018.0008791 (1ª P. J. de Miranorte);
- 33.557 E-doc n. 07010575634202346 - Procedimento Administrativo n. 2022.0003047 (3ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 33.558 E-doc n. 07010575665202313 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002934 (2ª P. J. de Guaraí);
- 33.559 E-doc n. 07010575697202319 - Procedimento Administrativo n. 2019.0001891 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 33.560 E-doc n. 07010575461202366 - Inquéritos Cíveis Públicos n. 2016.3.29.09.0162 e 2016.3.29.28.0224 (9ª P. J. da Capital);
- 34 Expedientes de remessa de Recomendação expedida em Procedimento Extrajudicial:
- 34.1 E-doc n. 07010568935202313 – Procedimento Administrativo n. 2023.0004542 (5ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 34.2 E-doc n. 07010569916202312 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007403 (P. J. de Natividade);
- 34.3 E-doc n. 07010571831202396 – Procedimento Administrativo n. 2021.0005937 (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP);
- 35 E-doc n. 07010568400202342 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia de Despacho determinado a anexação da Notícia de Fato n. 2023.0003218 no Inquérito Civil Público n. 2019.0009754 (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 36 E-doc n. 07010573315202312 – Interessada: 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia de Despacho exarado no bojo do Inquérito Civil Público n. 2022.0000960 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

37 E-doc n. 07010571533202312 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia de Despacho exarado no bojo do Procedimento Preparatório n. 2022.0008037 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

38 E-doc n. 07010566590202363 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Encaminha, para ciência, cópia despacho de Declínio de Atribuição do Procedimento Preparatório n. 2022.0003236 ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Tocantins e determina remessa dos Autos ao Conselho Superior (Secretário José Demóstenes de Abreu);

39 E-doc n. 07010572912202311 - Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Comunica declínio de atribuição do Procedimento Administrativo n. 2022.0009625 e determina a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Pirraça/PA (Secretário José Demóstenes de Abreu);

40 E-doc n. 07010573525202394 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Comunica anexação da Notícia de Fato n. 2023.0000465 ao Inquérito Civil Público n. 2022.0002355 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

41 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Luciano Cesar Casaroti:

41.1 Autos CSMP n. 1041/2018 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público n. 1/2015;

41.2 E-ext n. 2019.0003150 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.3 E-ext n. 2019.0004921 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.4 E-ext n. 2019.0008219 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.5 E-ext n. 2020.000699 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.6 E-ext n. 2020.0003246 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.7 E-ext n. 2020.0004708 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.8 E-ext n. 2020.0004808 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.9 E-ext n. 2021.0001390 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.10 E-ext n. 2021.0007132 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.11 E-ext n. 2021.0008833 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.12 E-ext n. 2022.0000925 – Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

41.13 E-ext n. 2022.0001469 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.14 E-ext n. 2022.0002790 – Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Recurso administrativo interposto contra decisão de Arquivamento de Notícia de Fato;

41.15 E-ext n. 2022.0003803 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.16 E-ext n. 2022.0003994 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.17 E-ext n. 2022.0005136 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.18 E-ext n. 2022.0005599 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.19 E-ext n. 2022.0007233 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.20 E-ext n. 2022.0007422 - Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.21 E-ext n. 2022.0007489 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.22 E-ext n. 2022.0007557 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

41.23 E-ext n. 2022.0009088 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu:

42.1 Autos CSMP n. 564/2019 – Interessada: 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público n. 7/2017;

42.2 E-ext n. 2017.0000235 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.3 E-ext n. 2017.0000864 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguacema. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.4 E-ext n. 2017.0001058 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.5 E-ext n. 2017.0003702 – Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.6 E-ext n. 2018.0000097 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.7 E-ext n. 2018.0004991 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.8 E-ext n. 2018.0005474 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.9 E-ext. n. 2018.0006909 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.10 E-ext n. 2018.0007922 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.11 E-ext n. 2018.0009380 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguacema. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.12 E-ext n. 2019.0000079 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.13 E-ext n. 2019.0002996 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.14 E-ext n. 2019.0003946 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.15 E-ext n. 2020.0001297 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.16 E-ext n. 2020.0001446 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.17 E-ext n. 2020.0002725 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.18 E-ext n. 2020.0006321 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.19 E-ext n. 2021.0002078 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguacema. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.20 E-ext n. 2021.0003732 – Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.21 E-ext n. 2021.0004339 – Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.22 E-ext n. 2021.0004709 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.23 E-ext n. 2021.0005502 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.24 E-ext n. 2021.0009389 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.25 E-ext n. 2021.0010131 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.26 E-ext n. 2022.0000725 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.27 E-ext n. 2022.0001550 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42.28 E-ext n. 2022.0003696 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42.29 E-ext n. 2022.0004249 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42.30 E-ext n. 2022.0004347 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

42.31 E-ext n. 2022.0004796 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42.32 E-ext n. 2022.0007402 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42.33 E-ext n. 2022.0008487 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

42.34 E-ext n. 2023.0000060 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Recurso administrativo interposto contra indeferimento de Notícia de Fato;

42.35 E-ext n. 2023.0000160 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

43 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antônio Alves Bezerra:

43.1 E-ext n. 2017.0002070 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.2 E-ext n. 2017.0002260 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.3 E-ext n. 2017.0002950 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.4 E-ext n. 2018.0009487 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.5 E-ext n. 2019.0004075 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.6 E-ext n. 2019.0007066 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.7 E-ext n. 2020.0002772 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.8 E-ext n. 2020.0003829 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.9 E-ext n. 2021.0005965 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.10 E-ext n. 2021.0006287 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.11 E-ext n. 2021.0009589 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.12 E-ext n. 2022.0000727 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

43.13 E-ext n. 2022.0002367 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

43.14 E-ext n. 2022.0003356 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

43.15 E-ext n. 2022.0006415 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

43.16 E-ext n. 2022.0006950 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia.. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

43.17 E-ext n. 2022.0009248 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi Assunto: Recurso administrativo interposto contra de arquivamento de Notícia de Fato;

44 Apreciação de feitos remanescentes da relatoria do Procurador de Justiça João Rodrigues Filho apresentado pela Conselheiro Maria Cotinha Bezerra Pereira:

44.1 E-ext n. 2022.0005846 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Arraias. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato;

45 Apreciação de feitos da relatoria do Moacir Camargo de Oliveira:

45.1 Autos CSMP n. 4/2023 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público n. 2017/13718;

45.2 E-ext n. 2017.0000648 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.3 E-ext n. 2018.0005190 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.4 E-ext n. 2018.0005230 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.5 E-ext n. 2018.0005481 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.6 E-ext n. 2018.0005540 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.7 E-ext n. 2018.0005613 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.8 E-ext n. 2018.0006501 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.9 E-ext n. 2018.0008576 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.10 E-ext n. 2018.0009937 – Interessada: Promotoria de Justiça de Itacajá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.11 E-ext n. 2019.0001499 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.12 E-ext n. 2019.0001567 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.13 E-ext n. 2019.0003103 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.14 E-ext n. 2019.0006297 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguacema. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.15 E-ext n. 2020.0000659 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.16 E-ext n. 2020.0003072 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.17 E-ext n. 2020.0003720 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.18 E-ext n. 2020.0004868 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.19 E-ext n. 2020.0005183 – Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.20 E-ext n. 2020.0006392 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.21 E-ext n. 2020.0007546 – Interessada: 30ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.22 E-ext n. 2021.0000089 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.23 E-ext n. 2021.0000658 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Declínio de atribuição de Inquérito Civil Público;

45.24 E-ext n. 2021.0003465 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.25 E-ext n. 2021.0005361 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.26 E-ext n. 2021.0007033 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.27 E-ext n. 2021.0007346 – Interessada: Promotoria de Justiça de Peixe. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.28 E-ext n. 2021.0007595 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.29 E-ext n. 2021.0008071 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.30 E-ext n. 2021.0008771 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.31 E-ext n. 2021.0009137 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.32 E-ext n. 2022.0000217 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.33 E-ext n. 2022.0000723 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.34 E-ext n. 2022.0000888 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.35 E-ext n. 2022.0001760 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.36 E-ext n. 2022.0001978 – Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.37 E-ext n. 2022.0002382 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.38 E-ext n. 2022.0003079 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.39 E-ext n. 2022.0003120 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.40 E-ext n. 2022.0003697 – Interessada: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

45.41 E-ext n. 2022.0004375 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.42 E-ext n. 2022.0005789 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.43 E-ext n. 2022.0006522 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.44 E-ext n. 2022.0006874 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.45 E-ext n. 2022.0007881 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Assunto: Recurso administrativo interposto contra indeferimento de Notícia de Fato;

45.46 E-ext n. 2022.0008472 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

45.47 E-ext n. 2022.0010534 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

46 Outros assuntos.

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 7 de junho de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Inquérito Civil Público n. 2022.0005711, oriundos da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, visando apurar possíveis danos à Ordem Urbanística decorrente de suposta irregularidade na desafetação, alteração de uso do solo e alienação das APMs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da Orla 14. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 5 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Inquérito Civil Público n. 2019.0006763, oriundos da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, visando apurar possível lesão à Ordem Urbanística de Palmas em razão do Decreto n. 1.779/2019, de 29 de Agosto de 2019, que determinou a desafetação de APM's e alterou suas respectivas destinações (uso do solo), sem a realização de prévia audiência pública com a população e sem estudos técnicos que recomendassem a medida. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo

interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 5 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Procedimento Preparatório n. 2022.0005485, oriundos da Promotoria de Justiça de Wanderlândia, visando apurar eventuais ilegalidades decorrentes das irregularidades apontadas no Relatório de Inspeção n. 28/2022, elaborado a partir de vistoria realizada em 09.11.2021, pela equipe técnica do CaoSAÚDE, nos locais de armazenamento e distribuição das vacinas contra a Covid-19, no Município de Wanderlândia. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 5 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Procedimento Preparatório n. 2022.0003898, oriundos da Promotoria de Justiça de Wanderlândia, visando apurar eventuais ilegalidades decorrentes das irregularidades apontadas no Relatório de Inspeção n. 2/2022, elaborado a partir da vistoria realizada em 09/11/2021 pela equipe técnica do CAOSAÚDE, nos locais de armazenamento e aplicação das vacinas contra a Covid-19 no município de Darcinópolis. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo

interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 5 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Inquérito Civil Público n. 2021.0005802, oriundos da Promotoria de Justiça de Natividade, visando apurar providências adotadas quanto à construção de ponte no córrego Riacho da Sela Natividade. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 5 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Procedimento Preparatório n. 2023.0003247, oriundos da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, visando apurar descarte irregular de resíduos de serviços de saúde (RSS), do Hospital Regional de Guaraí. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 6 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação Promoção de Arquivamento, os autos do Procedimento Preparatório n. 2022.0007675, oriundos da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, visando apurar eventual ilegalidade praticada pelo Plano de Assistência em Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – SERVIR, decorrente da demora na vistoria a fim de inclusão da beneficiária na condição de dependente, Eurides Couto, para a prestação de serviço de Assistência domiciliar em Saúde (Home Care). Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 6 de junho de 2023.
José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DA
BACIA DO ALTO E MÉDIO ARAGUAIA**

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2687/2023

Procedimento: 2022.0009770

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com esteio nas disposições contidas no art. 127, caput, e art. 129, e incisos da Constituição Federal e ainda,

CONSIDERANDO a existência de procedimentos tramitando nessa Promotoria de Justiça Regional Ambiental, para apurar danos ambientais decorrentes da utilização indiscriminada de recursos naturais e intervenção humana na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso e do Rio Araguaia;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar, individualmente, a regularidade ambiental de grandes empreendimentos agroindustriais que se beneficiam de recursos naturais na Bacia do Araguaia e demais cursos hídricos da Região para fins empresariais, principalmente quanto à manutenção das Áreas de Preservação Permanentes, da Reserva Legal, regularidade do Cadastro Ambiental Rural, da Outorga das Atividades Empresarias/Agrícolas, da Outorga de Utilização de Recursos Hídricos e Canais de Irrigação, dentre outras limitações constitucionais e legais ambientais à utilização da

propriedade privada;

CONSIDERANDO que a propriedade privada deve cumprir a sua função social, utilizando adequadamente os recursos naturais disponíveis, preservando o meio ambiente e assegurando a sua função ecológica;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e outros textos normativos preveem vários instrumentos jurídicos ambientais, dentre eles, padrões ambientais, zoneamento ambiental, licenciamento ambiental, avaliações de impacto ambiental, áreas de preservação permanente, reserva legal, unidades de conservação ou áreas protegidas, responsabilidade civil pelo dano ambiental, sanções administrativas e penais, incentivos econômicos e termos de ajustamento de conduta;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.651/2012, que instituiu o Código Florestal, tem como princípio o desenvolvimento sustentável na utilização e proteção dos recursos naturais, através de boas práticas agronômicas, enaltecendo a função estratégica econômica da agropecuária, visando à preservação das florestas, formas de vegetação nativa, da biodiversidade, dos solos, recursos hídricos e integridade dos sistemas climáticos, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.651/2012, em seu art. 29, parágrafo único, instituiu o Cadastro Ambiental Rural – CAR, com a finalidade de compor sistema nacional “para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento”;

CONSIDERANDO que há Parecer Técnico nº 055/2022 do Centro de Apoio Operacional de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente - CAOMA, analisando o conjunto de barramentos/elevatórias margens do Rio Pium, objetivando verificar as condições hídricas da Bacia e subsidiar esses empreendimentos de maneira a conferir as respectivas adequações às agendas ambientais do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que o referido Parecer Técnico evidencia as propriedades com passivos de áreas ambiental protegidas, Área de Preservação Permanente e/ou Área de Reserva Legal, além de possíveis fraudes em autorizações de exploração vegetal pelo órgão ambiental estadual;

CONSIDERANDO que, nos autos do Procedimento Preparatório nº 2022.0005458 - Barramentos Elevatórias Rio Pium, evento 10, foi determinada a instauração de Procedimentos individualizados para investigar os imóveis com deficit de áreas ambientalmente protegidas e fraudes em autorizações de exploração vegetal pelo órgão ambiental estadual;

CONSIDERANDO que na propriedade, Lote 03 e 06, tendo como proprietários(a) Etyenne Miranda Pereira, CPF: 273.200.****; Karyne Miranda Pereira, CPF: 273.237.**** e Reyton Luiz Pereira Filho, CPF: 068.672.****, apresenta passivos em Área de Reserva Legal, denotando possíveis irregularidades ambientais;

CONSIDERANDO também o fim do prazo para a conclusão do presente Procedimento Preparatório, sem exaurimento do seu objeto;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa

da ordem jurídica e do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Constituição Federal, artigo 127, caput), notadamente o meio ambiente.

RESOLVE:

INSTAURAR Inquérito Civil Público, com o seguinte objeto, averiguar a regularidade ambiental da propriedade, Lote 03 e 06, área de aproximadamente 1.379 ha, Município de Pium, tendo como interessados(a), Etyenne Miranda Pereira, Karynne Miranda Pereira e Reyton Luiz Pereira Filho, determinando, desde já, a adoção das seguintes providências;

- 1) Autue-se, com as providências de praxe;
- 2) Comunique-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins dando ciência da instauração do presente Inquérito Civil Público;
- 3) Comunique-se à Promotoria de Justiça local, para ciência da atuação da Promotoria Regional Ambiental do Araguaia;
- 4) Notifique-se o(a) interessado(a), por meio do seu Procurador Jurídico, evento 23, para ciência da conversão do presente procedimento e, caso entenda necessário, apresentar manifestação e juntar documentos, no prazo de 15 dias, antes da propositura de Ações Cíveis ou Criminais;
- 5) Proceda-se com o cumprimento da solicitação da parte interessada, evento 23, para liberação de acesso aos autos;
- 6) Publique-se no Diário Oficial a presente Portaria de Instauração.

Anexos

Anexo I - Parecer Técnico N° 055_2022.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/ffabf6066a60feb5f84f7b80460203ca

MD5: ffabf6066a60feb5f84f7b80460203ca

Formoso do Araguaia, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES JÚNIOR
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL AMBIENTAL DA BACIA DO
ALTO E MÉDIO ARAGUAIA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

920047 - EDITAL DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0003801

O Promotor de Justiça, Dr. Eduardo Guimarães Vieira Ferro, em substituição perante a Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, NOTIFICA o Representante anônimo acerca do ARQUIVAMENTO da representação registrada nesta Promotoria de Justiça como Notícia de Fato nº 2023.0003801,

em 17 de abril de 2023 e registrada sob o nº 07010559910202329, relatando Irregularidades em Recapagem Asfáltica no Município de Talismã/TO. Salienta-se que o Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões, perante esta Promotoria de Justiça de Alvorada, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento deste (artigo 5º, § 1º, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO).

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Notícia de Fato instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 17.04.2023, sob o Protocolo nº 07010559910202329, relatando Irregularidades em Recapagem Asfáltica no Município de Talismã

O referido procedimento foi instaurado a partir de denúncia sigilosa (anônima), da qual relata que:

“PREFEITURA MUNICIPAL DE TALISMÃ USANDO AS SUA MAQUINAS A FAZER UMA RECAPAGEM ASFÁLTICA COM UMA EMPRESA CONTRATADA A FAZERA RECAPAGEM, PREFEITURA VEM AJUDANDO ESSA EMPRESA COM AS MÁQUINAS PÚBLICA, COMO PA CARREGADEIRA E RETRO ESCAVADEIRA. EMPRESA PEGA O SERVIÇO E PEGA AS MÁQUINAS DA PREFEITURA”.

É o breve relatório.

Inicialmente, cabe ponderar, que o art. 4º, da Resolução Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP no 174/2017 alterada pela Resolução no 189/2018, com a redação alterada pela Resolução nº 189, de 18 de junho de 2018, prevê que a Notícia de Fato será ARQUIVADA quando:

I – o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado; (Redação alterada pela Resolução no 189, de 18 de junho de 2018);

II – a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior ou de Câmara de Coordenação e Revisão; (Redação alterada pela Resolução no 189, de 18 de junho de 2018); III – for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la. (Redação alterada pela Resolução no 189, de 18 de junho de 2018).

No caso em debate, vale ressaltar que, a presente representação, que culminou na autuação deste procedimento, foi formulada anonimamente, porém, os fatos já estão sendo investigados na Notícia de Fato nº 2023.0003477, desse modo, não há necessidade de haver dois procedimentos com o mesmo objeto de investigação. Assim, torna-se desnecessária a manutenção deste expediente, já que não existem outras medidas a serem tomadas por este órgão ministerial, tendo em vista que o fato narrado já está sendo objeto de investigação.

De tal modo, não vislumbrando a existência de irregularidades aptas

a dar prosseguimento ao presente feito, com fundamento nos artigos 4º, Inciso I da Resolução nº 174/2017/CNMP e 5º da Resolução nº 005/2018/CSMP/TO, determino ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO e, em consonância com a Súmula no 03 do CSMP/TO, deixo de enviar os autos para homologação.

Determino que, conforme preconiza o § 1º, do art. 4º, I, da Resolução Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP nº 174/2017, com a redação alterada pela Resolução no 189, de 18 de junho de 2018, seja promovida a cientificação editalícia do noticiante, a respeito da presente promoção de arquivamento, devendo, contudo, ser efetuada por intermédio do DOMP – Diário Oficial do Ministério Público, por se cuidar de representação anônima, não sendo possível procedê-la por correio eletrônico, deixando consignado que, acaso tenha interesse, poderá recorrer, no prazo de 10 dias, a contar da data da cientificação.

Decorrido o prazo sem manifestação, a presente Notícia de Fato deverá ser arquivada eletronicamente, por intermédio do sistema extrajudicial denominado E-EXT, ficando registrada no respectivo sistema, em ordem cronológica, deixando a documentação à disposição dos órgãos correccionais, conforme preconiza o art. 5º, da Resolução Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP nº 174/2017, com a redação alterada pela Resolução no 189, de 18 de junho de 2018.

Havendo recurso devidamente protocolizado, venham-me conclusos os autos, para os fins do § 3º, do art. 4º, da Resolução Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP nº 174/2017, com a redação alterada pela Resolução no 189, de 18 de junho de 2018.

Cumpra-se

Alvorada, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

920047 - EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DA DENÚNCIA

Procedimento: 2023.0000260

O Promotor de Justiça, Dr. Eduardo Guimarães Vieira Ferro, junto à Promotoria de Justiça de Alvorada/TO, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO, NOTIFICA o REPRESENTANTE ANÔNIMO, para que, no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), complemente sua representação formulada por meio do sistema do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 13.01.2023, sob o Protocolo nº 07010535417202313 - relatando Descumprimento de Jornada de Trabalho e Acúmulo de Cargos por Professora nos Municípios de

Talismã e Alvorada/TO, sob pena de arquivamento, apresentando os indícios de prova da irregularidade informada.

DESPACHO DE COMPLEMENTAÇÃO

Trata-se de Notícia de Fato instaurado âmbito desta Promotoria de Justiça, com fulcro no teor da denúncia anônima, encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em 13.01.2023, sob o Protocolo nº 07010535417202313 - relatando Descumprimento de Jornada de Trabalho e Acúmulo de Cargos por Professora nos Municípios de Talismã e Alvorada, o qual consubstanciou in verbis:

“Meretíssimo Doutor Promotor de Justiça de Alvorada, Como professora de carreira da rede municipal de ensino me sinto lesada eu e meus colegas professores concursados. Acontece que a Senhora Meyre Lucia Nunes servidora concursada do município de Talisma - Professora de nível superior com licenciatura plena na folha do FUNDEB 70 com 40 horas com salário de R\$ 3.690,70 no município de Talisma, só recebe do município de Talismã há mais de 06 anos sem sequer ir ao município, investigue a escola que a mesma leciona lá? Só assina a folha de pontos. Não bastasse isso ela veio para Alvorada e está contratada também com 40 horas com salário de R\$ 4.579,68 o maior salário da educação com gratificações no FUNDEB 70%.também. Como uma mesma professora pode está em 02 municípios recebendo por 80 horas. Em Alvorada ela recebe a sobra do FUNDEB, mais de 27 mil entre 2021 e 2022, tirando o dinheiro que é nosso, já que a mesma é contrário precário temporário. Nós professores por medo de perseguição pedimos que o senhor solicite a devolução dos valores recebidos indevidamente pela senhora Meyre Lucia do município de Alvorada e Talismã. Nos ajude, nós concursados estamos pedindo socorro e ganhamos menos que ela que chegou ano passado para desempenhar a mesma função. Esse ano nossa sobra só deu 5 mil por causa desses contratos que não trabalham, ela é prima do nosso prefeito de Alvorada. (Doc. anexos)”.

Para aferir justa causa na deflagração de procedimento de investigação no âmbito desta Promotoria de Justiça foi determinado:

Expedição de ofícios nos (Evs. 13/16) aos Prefeitos dos Municípios de Alvorada e Talismã/TO e à Secretária de Educação dos Municípios de Alvorada e Talismã/TO, solicitando, no prazo de 10 (dez) dias úteis: a) informações a respeito dos relatos apresentados na denúncia; b) cópias dos contracheques de Meyre Lucia Nunes dos anos de janeiro de 2017 à dezembro de 2022; c) cópia do contrato de trabalho temporário firmado entre Meyre Lucia Nunes e o Município de Alvorada e Talismã-TO referente os anos de janeiro de 2017 à dezembro de 2022.

Secretária de Educação do Município de Talismã/TO juntou resposta no (Ev. 10) informando que a servidora Meyre Lúcia Nunes na condição de funcionária do quadro efetivo do Município de Talismã, no cargo de Professora Licenciatura Plena/pós graduada, com carga horária de 25 horas semanais, a mesma presta serviço na Escola Municipal Vila União, cumprindo a carga horária citada, no período matutino, como professora regente em sala de aula. Que

desconhece-se o fato da servidora não comparecer ao local de trabalho. A escola Municipal Vila União onde a servidora está lotada, se coloca a disposição para qualquer eventual averiguação. (anexo do Decreto nº 53/2028, Termo de Posse em Cargo de Provimento Efetivo, Ficha Funcional de Identificação).

Os demais ofícios não foram respondidos, especialmente os de Alvorada/TO.

Assim, determinou-se novamente ofícios ao Prefeito e ao Secretário de Educação do Município de Alvorada/TO (Ev. 5 e 7).

Nos (Eventos 14 e 15) foram oficiados Prefeito Municipal de Alvorada e à Secretária de Educação do Município de Alvorada/TO, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informações a respeito dos relatos apresentados na denúncia.

Prefeito Municipal de Talismã/TO no (Ev 17), informou que: Como dito no Ofício Resposta OFÍCIO SEMEC no 005/2023, a servidora compõe o quadro de funcionários estáveis desde meados de 2008 quando de sua aprovação em concurso público. A servidora labora 25 horas semanais na Escola Municipal Vila União cumprindo sua carga horária normalmente, sendo que até o momento, por parte de alunos, pais e demais pessoas que com ela convivem no local de trabalho, não existe nenhuma conduta desabonadora relatada a esta Administração. Resta informar que não existe contrato de trabalho temporário firmado entre esta

Administração e a servidora nos anos de 2017 a dezembro de 2022, sendo que o vínculo da servidora é estatutário.

Prefeito Municipal de Alvorada encaminhou resposta no (Ev. 18), informando que a presente denúncia não traz informações verdadeiras, não se passando de mais uma denúncia infundada. A servidora pública municipal Meyre Lúcia Nunes é concursada no município de Alvorada/TO, com data de admissão no dia 14 de outubro de 2008, não sendo "contrato temporário" como descreve na denúncia. Esteve de licença para o trato de interesse particular durante o período de fevereiro/2017 a dezembro/2020, conforme fichas financeiras anexas. Após retorno de licença foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Liomar de Souza Barros. No que diz respeito ao recebimento das sobras do FUNDEB nos finais de ano, o pagamento é realizado de maneira igualitária de acordo com a respectiva carga horária exercida pelo servidor (Doc. anexo).

Secretária de Educação do Município de Alvorada/TO, juntou resposta dos ofícios nºs 15 e 45/2023 no (Ev. 19), informando que: A servidora Meyre Lúcia Nunes é servidora efetiva do quadro da Secretaria de Educação deste Município e que de fevereiro/2017 a dezembro/2020, estava de licença particular. A partir de dezembro/2022 ocupou o cargo de coordenadora pedagógica no CMEI. Portanto, nesse período a servidora não recebeu salários e não existe contrato temporário. A Servidora Meyre Lúcia Nunes está prestando serviço para Secretária Municipal de Educação da cidade de Goiânia/GO, com todos os direitos e vantagens de seu cargo, e sem ânus para

origem, a partir desta data até 31 de dezembro de 2023 (ofício nº 234/2022. Datado em 13/09/20233. conforme documentos anexo.

É o relato do essencial.

Ante o quanto se tem veiculado nos Ev. 10, 17, 18 e 19, notifique-se o denunciante anônimo, via Diário Oficial, para que complemente a denúncia enviada sob pena de arquivamento (art. 5º, inc. IV, da Res. n. 005/2018/CSMP/TO).

Cumpra-se.

Alvorada, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÇU

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2701/2023

Procedimento: 2023.0005664

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições previstas no art. 129, incs. II e III, da Constituição Federal, 26, inc. I, da Lei 8.625/93, 8º, §1º, da Lei 7.347/85 e 61, inc. I, da Lei Complementar Estadual 051/08 e das Resoluções 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a existência da Notícia de Fato 2023.0005664, instaurada a partir de representação formulada por moradores das adjacências do Salão Paroquial da Igreja Católica de Araguaçu, via abaixo assinado, relatando em síntese, a realização de eventos/festas com "som automotivo", dentre outras, no Salão Paroquial da Igreja Católica de Araguaçu, administrado pelo Rev.do, Pe. JAIRO BARBOSA MOREIRA, sendo que, devido a suposta enorme poluição sonora vêm perturbando o sossego dos moradores das adjacências do local, requerendo providências;

CONSIDERANDO que no Salão Paroquial da Igreja Católica de Araguaçu, acontecerá o evento/festa denominado CELEBRATION PARTY 3ª EDIÇÃO que será realizado no próximo sábado, dia 10/06/2023, e que, diligenciado, o Chefe do Executivo Municipal de Araguaçu, Sr. JARBAS RIBEIRO IVO, em resposta a solicitação de informações deste Parquet, juntou resposta insuficiente, não atendendo ao quanto solicitada em sua integralidade, ao passo que se resumiu a informar que o evento supracitado foi autorizado, por não haver vedação pelo Município, deixando de juntar documentação relativa à autorização do evento e cópias da legislação municipal que rege eventos dessa natureza, dentre outros solicitados.

CONSIDERANDO que tais eventos, podem incidir em condutas ilícitas, infração penal e crime, conforme dispostos no art. 1.277 do Código Civil, art. 42, inc. III da Lei de Contravenções Penais e art. 54 da Lei de Crimes Ambientais, respectivamente, in verbis:

Código Civil: Art. 1.277. O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.

Lei de Contravenções Penais: Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios: (...) III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos.

Lei de Crimes Ambientais: Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

CONSIDERANDO que a Administração Pública está adstrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), bem como da motivação, finalidade e interesse público;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a proteção e defesa da ordem jurídica, nos termos do art. 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público, nos termos do art. 129, inc. III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, com pena de detenção, de três meses a três anos, negar execução a lei federal, estadual ou municipal, considerando a infringência dos dispositivos legais acima citados, conforme o art. 1º, inc. XIV e § 1º do Decreto-Lei 201/1967;

CONSIDERANDO que constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos, sujeito ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com cassação do mandato, omitir-se ou negligenciar na defesa de interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura, considerando os interesses dos munícipes afetados, bem como a poluição (sonora) observada no centro da cidade, conforme o art. 4º, inc. VIII do Decreto-Lei 201/1967;

RESOLVE:

Converter a presente Notícia de Fato em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a vista da imprescindibilidade da realização de outros atos para apurar responsabilidade civil e/ou criminal, bem como apurar e coibir realização de evento que venha a caracterizar-se como ilícito, qual seja, Festa de “Som Automotivo” no Salão Paroquial da Igreja Católica de Araguaçu, cuja fiscalização é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Araguaçu/TO, determinando, para tanto, as

seguintes providências:

1. Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;
2. Junte-se a estes autos documentos que o acompanham;
3. Expeça-se ofício ao Chefe do Executivo Municipal de Araguaçu/TO, Exmo. Sr. JARBAS RIBEIRO IVO (via e-mail de sua Procuradoria Jurídica), encaminhando cópia da presente portaria, informando sobre a instauração do presente Inquérito Civil Público e informando sobre as condutas ilícitas, infração cível, contravenção penal e crime, previstas no art. 1.277 do Código Civil, art. 42, inc. III da Lei de Contravenções Penais e art. 54 da Lei de Crimes Ambientais, CASO NÃO TENHA SIDO OBSERVADA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, inclusive o Código de Postura, e as disposições normativas citadas, ou caso haja eventuais abusos NÃO COIBIDOS ou NÃO IMPEDIDOS por fiscalização do Município de Araguaçu/TO, INCLUSIVE NO ATO DE AUTORIZAÇÃO DO EVENTO ou durante sua realização, além do quanto previsto na "Lei de Crimes de Responsabilidade", art. 1º, inc. XIV, § 1º, e art. 4º, inc. VIII, ambos do Decreto-Lei 201/1967; e, REQUISITANDO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a urgência do caso (evento agendado para o dia 10/06/2023), inclusive considerando que não foram atendidas as solicitações anteriores (Ofício 087/2023-GAB/PJ. Ref. Notícia de Fato2023.0005664), O SEGUINTE:
 - a) cópias da legislação municipal vigente que autorize festas/eventos de “som automotivo” e outros, seja legislação específica, Código de Postura e/ou outra legislação específica; e,
 - b) Informação sobre o responsável pela fiscalização do evento em questão, com encaminhamento de sua ficha funcional e atribuições elencadas na lei.
 - c) Informações sobre os organizadores do evento em questão, com nomes e dados pessoais conforme fornecidos ao Poder Público no ato do pedido de autorização do evento.
4. Expeça-se ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Araguaçu/TO, Sr. Josué Pereira da Silva (via e-mail de sua Procuradoria Jurídica), encaminhando cópia da presente portaria, para que tome ciência dos fatos aqui elencados, e que adote as providências que achar pertinentes considerando-se a eventual omissão e/ou negligência do Chefe do Executivo na defesa de interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura, considerando os interesses dos munícipes afetados, bem como a poluição (sonora) observada no centro da cidade, conforme o art. 4º, inc. VIII do Decreto-Lei 201/1967;
5. Expeça-se novamente ofício ao Rev.do Pe. JAIRO BARBOSA MOREIRA, encaminhando cópia da presente portaria, informando sobre a instauração do presente Inquérito Civil Público que visa analisar a legalidade do evento a ser realizado no Salão Paroquial de Araguaçu/TO, salão que sob responsabilidade da Igreja Católica e locado a terceiro, dado que eventuais ilegalidades e/ou abusos poderão resultar na caracterização de infrações cíveis e penais, previstas no art. 1.277 do Código Civil, art. 42, inc. III da Lei de

Contravenções Penais e art. 54 da Lei de Crimes Ambientais.

6. Expeça-se ofício ao representante, Sr. Sirvo Diniz Linhares Júnior, encaminhando cópia da presente portaria para que tome ciência.

7. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público (via aba de comunicações);

8. Afixe-se cópia da presente portaria no local de costume, bem como remessa, via sistema, para publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, conforme art. 12, inc. V, c/c art. 22, ambos da Resolução 005/2018/CSMP/TO;

Cumpra-se.

Araguaçu, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
EDUARDO GUIMARÃES VIEIRA FERRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÇU

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/2686/2023

Procedimento: 2023.0005788

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas funções na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício";

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea "d" da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição

Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a Lei 14.443/2022 reduziu de 25 para 21 anos a idade mínima de homens e mulheres para a esterilização voluntária, sem a exigência do consentimento do cônjuge para realização da laqueadura e vasectomia;

CONSIDERANDO que a nova lei permite a realização da laqueadura durante o parto, desde que a mulher solicite o procedimento com 60 dias de antecedência da data prevista para o nascimento, observadas as devidas condições médicas;

CONSIDERANDO que entre a manifestação da vontade e a cirurgia, a pessoa interessada passará por aconselhamento por equipe médica quando receberá orientações sobre as vantagens, desvantagens, riscos e eficácia do procedimento, com o objetivo de evitar esterilizações precoces;

CONSIDERANDO que o procedimento de laqueadura pode ser feito tanto em casos de cesariana quanto em parto normal;

CONSIDERANDO que diante de risco de vida ou à saúde da mulher ou do bebê, permanece válida a indicação da Lei 9.263, que prevê o consentimento expresso do cônjuge;

CONSIDERANDO que é mais econômico para o Sistema Único de Saúde - SUS preparar a equipe para realizar a laqueadura durante o parto, inclusive o natural, sem a necessidade do procedimento ser feito em outra oportunidade;

Considerando que, pelo Sistema Único de Saúde, encontra-se disponível para as mulheres procedimento de esterilização durante o parto apenas na modalidade de parto cirúrgico (cesareana), não sendo, portanto, ofertado o serviço na região macro-norte para a modalidade parto normal;

Considerando que, em reunião administrativa, realizada no dia 27 de abril de 2023, o Hospital e Maternidade Dom Orione demonstrou interesse em também ofertar o serviço na modalidade de parto normal, desde que realizada através de técnica cirúrgica denominada videolaparoscopia e que a Secretaria Estadual de Saúde demonstrou interesse em contratualizar o serviço pela técnica indicada, porém ainda não há pactuação formalizada entre os entes envolvidos;

Considerando que, mesmo após o período de 180 (cento e oitenta) dias de vacatio legis, o Poder Público ainda não organizou o serviço, não definiu o fluxo e a Lei 14.443/2022 continua sem aplicabilidade plena, constituindo violação ao direito fundamental subjetivo das mulheres usuárias do SUS.

RESOLVE:

instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fundamento no art. 60, VI da LC Estadual 51/08, diante do que preceituam os artigos 08º e 9º, da Resolução nº 174/2017, do CNMP, bem como os artigos 23 e 24, da Resolução nº 005/2018 do CSMP, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da Lei 14.443/22 na realização do procedimento de laqueadura tubária.

Determino, inicialmente, as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se no livro eletrônico de registro específico;
- b) Comunique-se a instauração deste Procedimento Administrativo, imediatamente, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Aguarde-se a resposta ao Ofício conjunto NUAMAS e 5ª PJ/Arn nº 001/2023 do Ministério Público e da Defensoria Pública, em anexo, que requisita informações ao Município de Araguaína, Hospital e Maternidade Dona Regina e o Estado do Tocantins;
- d) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- e) Na oportunidade indico a Assessora Ministerial Giovana Lima Nascimento, lotada nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Cumpra-se.

Anexos

Anexo I - Ofício Conj 001 2023 MPE e DPE - Lei de Esterilização multiplas-assinado.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/65828c2abd0a539b4266250f0eb222d1

MD5: 65828c2abd0a539b4266250f0eb222d1

Araguaína, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
BARTIRA SILVA QUINTEIRO
05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/2688/2023

Procedimento: 2023.0000638

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas funções na 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa

da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício";

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea "d" da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que o papanicolou é um exame utilizado para detectar alterações nas células do colo do útero, sendo a principal estratégia para identificar lesões e proporcionar diagnósticos precoces, ou seja, antes da mulher apresentar sintomas;

CONSIDERANDO que o exame papanicolou é recomendado para mulheres com idade entre 25 e 64 anos e que já iniciaram a atividade sexual;

CONSIDERANDO que a mamografia é um exame realizado nas mamas para identificar o câncer de mama precocemente e possibilitar maiores chances de recuperação para o paciente.

CONSIDERANDO a Sociedade Brasileira de Mastologia recomenda que todas as mulheres a partir dos 40 anos realizem a mamografia anualmente como meio de diagnóstico precoce do câncer de mama,

CONSIDERANDO que o câncer de mama é a neoplasia maligna de maior incidência e maior causa de mortes entre mulheres no Brasil;

CONSIDERANDO que a chance de cura do câncer de mama é de 90% quando a doença é diagnosticada precocemente.

RESOLVE:

instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fundamento no art. 60, VI da LC Estadual 51/08, diante do que preceituam os

artigos 08º e 9º, da Resolução nº 174/2017, do CNMP, bem como os artigos 23 e 24, da Resolução nº 005/2018 do CSMP, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a oferta de exames de mamografia e papanicolau no município de Araguaína.

Determino as seguintes providências:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, anotando-se no livro eletrônico de registro específico;
- b) Comunique-se a instauração deste Procedimento Administrativo, imediatamente, ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Inicialmente, aguarde-se a resposta da Diligência 17443/2023, encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde de Araguaína;
- d) Publique-se a presente portaria no placar desta Promotoria de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- e) Na oportunidade indico a Assessora Ministerial Giovana Lima Nascimento, lotada nesta 5ª Promotoria de Justiça, para secretariar o presente feito.

Cumpra-se.

Araguaína, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
BARTIRA SILVA QUINTEIRO
05ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2689/2023

Procedimento: 2022.0003769

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, titular da 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições previstas no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 12 e seguintes da Resolução nº 005/2018, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outras, ações em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as informações contidas no Procedimento Preparatório de mesma numeração, revelando o suposto desvio de finalidade do veículo tipo VAN, destinado ao transporte escolar do Município de Nova Olinda/TO;

CONSIDERANDO as informações percebidas pela municipalidade (ev.10, 11 e 22) e a necessidade de complementação dessas informações visando a efetiva instrução do feito;

CONSIDERANDO que as condutas noticiadas podem configurar ato de improbidade administrativa lesivo aos princípios reitores da Administração e ao erário, nos termos da Lei 8.429/92, sujeitando o infrator e demais partícipes às sanções previstas na legislação indicada, bem como à reparação de eventual dano ao erário;

CONSIDERANDO, por fim, a impossibilidade de seguimento das investigações em sede de Notícia de Fato, diante da impropriedade do procedimento e esgotamento do prazo para a conclusão, sem a juntada de documentos imprescindíveis para deslinde dos fatos;

RESOLVE:

Converter o Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de averiguar a utilização indevida de veículo do transporte escolar, supostamente destinado para outras finalidades no Município de Nova Olinda/TO.

- 1) registre-se e autue-se a presente portaria, instruindo-a com a documentação mencionada;
- 2) designo os servidores lotados na 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína para secretariar o feito;
- 3) cientifique-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e a Ouvidoria do Ministério Público da instauração do Inquérito Civil, com cópia da presente portaria, para os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e artigo 19, §2º, Incisos I e II, da Resolução nº 003/2008 do CSMP/TO;
- 4) afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína lavrando-se a respectiva certidão;
- 5) reitere-se a diligência expedida ao evento 20 encaminhando como anexo a denúncia de ev. 1, no prazo de 10 (dez) dias para resposta.

Após, conclusos.

Cumpra-se.

Araguaína, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA
14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

920057 - EDITAL

Procedimento: 2018.0000587

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, dá ciência aos interessados, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo nº 2018.0000587, instaurado para acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado do Tocantins e o Supermercado Campeão LTDA – EPP, inscrito no CNPJ sob o n. 07.411.623/0001-04, no intuito de resguardar os direitos dos consumidores quanto à venda de produtos de gêneros alimentícios, de acordo com as normas de vigilância sanitária, parâmetros de qualidade definidos na legislação consumerista e demais legislações atinentes à matéria, conforme art. 28 da Resolução CSMP nº 005/2018.

Palmas, 29 de maio de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO GRISI NUNES
15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/2696/2023

Procedimento: 2023.0000576

PORTARIA Nº 38/2023 DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 25, inciso IV e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em especial devendo zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis (art. 23, inciso III, da Resolução CSMP nº 005/2018);

CONSIDERANDO que, por não vislumbramos neste caso propriamente uma situação de ilícito, mas sim a tutela de interesses individuais indisponíveis, o presente procedimento preparatório não se afigura como o instrumento mais apropriado para lidar com situações de acompanhamento da Rede de Proteção;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, disciplinou o Procedimento Administrativo no artigo 8º, nos seguintes termos: “I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico”;

CONSIDERANDO que, analisando o presente feito, percebo que ele se insere na situação prevista nos incisos III, art. 8º, do ato normativo supracitado;

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato nº 2023.0000576, no âmbito desta Promotoria de Justiça, instaurada com o objetivo de apurar a situação de vulnerabilidade da adolescente L.V.M.O.

CONSIDERANDO que está prestes a ocorrer o esgotamento do prazo da Notícia de Fato, conforme determina o art. 4º da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, sem o cumprimento de todas as diligências necessárias;

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo para investigar os fatos relatados, pelo que determino:

- I – Afixação da portaria no local de costume;
- II – Publicação deste ato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- III – Comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Cumpra-se.

Palmas, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
SIDNEY FIORI JÚNIOR
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/2697/2023

Procedimento: 2023.0000788

PORTARIA Nº 39/2023 DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 25,

inciso IV e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em especial devendo zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis (art. 23, inciso III, da Resolução CSMP nº 005/2018);

CONSIDERANDO que, por não vislumbramos neste caso propriamente uma situação de ilícito, mas sim a tutela de interesses individuais indisponíveis, o presente procedimento preparatório não se afigura como o instrumento mais apropriado para lidar com situações de acompanhamento da Rede de Proteção;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, disciplinou o Procedimento Administrativo no artigo 8º, nos seguintes termos: "I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico";

CONSIDERANDO que, analisando o presente feito, percebo que ele se insere na situação prevista nos incisos III, art. 8º, do ato normativo supracitado;

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato nº 2023.0000788, no âmbito desta Promotoria de Justiça, instaurada com o objetivo de apurar a situação de negligência e violência institucional contra a adolescente A.G.L.N.L.

CONSIDERANDO que está prestes a ocorrer o esgotamento do prazo da Notícia de Fato, conforme determina o art. 4º da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público, sem o cumprimento de todas as diligências necessárias;

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo para investigar os fatos relatados, pelo que determino:

- I – Afixação da portaria no local de costume;
- II – Publicação deste ato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- III – Comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Cumpra-se.

Palmas, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
SIDNEY FIORI JÚNIOR
21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/2693/2023

Procedimento: 2023.0005797

PORTARIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, que exerce suas atribuições na 27ª Promotoria de Justiça de Palmas, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou dois sistemas de acesso à Justiça, sendo um deles o sistema de acesso à Justiça por adjudicação, viabilizado por decisões judiciais liminares ou finais (art. 5º, XXXV, da CR/1988), e o outro o sistema de acesso à Justiça pela resolução consensual dos conflitos, controvérsias e problemas (Preâmbulo e art. 4º, inciso VII, da CR/1988);

CONSIDERANDO que os direitos e as garantias constitucionais fundamentais são valores fundantes da Constituição e do Estado em uma democracia, compondo o conjunto essencial;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CRFB/88 (art. 129, II, CF/88);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei nº 8.080/90: "A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício";

CONSIDERANDO que o artigo 6º inciso I, alínea "d" da Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde -, incluiu no campo de atuação do Sistema Único de Saúde a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva, cujo sentido é repetido pelo artigo 26, I, b, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que é imprescindível a priorização do modelo de Ministério Público de atuação extrajurisdicional para a efetividade da função resolutiva;

CONSIDERANDO que a divisão de competências no SUS, não pode constituir óbice para a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, editou em 04 de julho de 2017 a Resolução n. 174, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

Faz-se necessário a instauração, no âmbito desta Promotoria de Justiça, de um Procedimento Administrativo no qual devam ser praticados os atos relativos à apuração de fato que enseje a tutela de interesses individual;

Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deve ser instaurado o procedimento de investigação pertinente ou encaminhada a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato 2023.000XXXX encaminhada à 27ª Promotoria de Justiça pelo Conselho Tutelar da Região Sul I de Palmas - Tocantins, noticiando que o paciente M.D.C.R, de 08 (oito) anos de idade, necessita de consulta em Reabilitação Intelectual/Neurológica. No entanto, em 04 de abril de 2023, a Secretária de Saúde do Estado informou através do Ofício 2447/2023/SES/GASEC que aguarda liberação para encaminhamento ao serviço de saúde. Além disso, não há previsão para a referida consulta pela gestão de saúde, de acordo com a denúncia.

O presente Procedimento Administrativo possui prazo de 01 (um) ano para encerramento, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada (artigo 11, da Resolução 174/2017, do CNMP);

Antes de seu encerramento, todavia, deve ser elaborado relatório para envio ao Conselho Superior do Ministério Público, devendo ser cientificado o noticiante da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a cientificação será realizada, preferencialmente, por correio eletrônico. (artigo 12, 13 e ss, da Resolução 174/2017 – CNMP);

Em vista dos fundamentos expostos e considerando as informações e documentos acostados, tem-se por pertinente instaurar-se o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando averiguar a ausência de disponibilidade do Estado e pelo Município de Palmas, para consulta em reabilitação Intelectual-Neurológica ao paciente M.D.C.R.

Isto posto é a presente Portaria para determinar inicialmente:

Autue-se o procedimento, registrando-se no E-Ext;

Junte-se a estes autos Termo de Declarações e eventuais documentos que o acompanham;

Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e encaminhe-se a Portaria na íntegra para a Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais para publicação (Informativo: CNMP 002/2017);

Nomeie o Analista Ministerial Wellington Gomes de Miranda como secretário deste feito;

Oficie o NatJus Estadual e Municipal a prestar informações no prazo de 03 (três) dias.

Ao final, cientifique-se o noticiante da decisão de arquivamento, caso ocorra, nos termos do artigo 13, da Resolução nº 174/2017, do CNMP.

Gabinete da 27ª Promotoria de Justiça de Palmas/TO, data no campo de inserção do evento.

Palmas, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
ARAINA CESAREA FERREIRA DOS SANTOS D ALESSANDRO
27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FILADÉLFIA

920054 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Procedimento: 2018.0005523

Trata-se os autos de inquérito Civil Público instaurado com a finalidade de apurar notícia anônima encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público (Protocolo nº 07010221086201871), noticiando que o atual gestor do município de Filadélfia, Sr. Ivanilzo Gonçalves de Alencar abandonou o novo prédio da Prefeitura de Filadélfia, construído pelo Consórcio Estreito e Energia e, realizou reformas desnecessárias no antigo prédio, mesmo tendo conhecimento que referido prédio será demolido, pois supostamente pertence ao CESTE.

Considerando o vencimento do prazo, e por haver diligências imprescindíveis pendentes de resposta a fim de melhor esclarecer os fatos objeto do presente procedimento, necessária sua prorrogação.

Diante disso, nos termos do artigo 13 da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO, prorrogo a conclusão do Inquérito Civil por mais 1 (um) ano, comunicando-se ao E. Conselho Superior.

Cumpra-se.

Filadélfia, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FILADÉLFIA

920054 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DILIGÊNCIA

Procedimento: 2019.0005853

Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado visando acompanhar o compromisso de ajustamento de conduta nº 01/2019.

Considerando o vencimento do prazo, e por haver informações imprescindíveis pendentes de resposta a fim de melhor analisar os fatos objeto do presente procedimento, necessária sua prorrogação.

Diante disso, PRORROGO a validade do presente Procedimento Administrativo por mais 01 (um) ano, com fundamento no artigo 26 da Resolução CSMP nº 005/2018, a comunicação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, acerca da prorrogação do prazo do presente procedimento.

Para dar andamento ao procedimento, determino, que reitere-se a diligência presente no evento 6.

Cumpra-se.

Filadélfia, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FILADÉLFIA

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2698/2023

Procedimento: 2023.0005802

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Ordem Urbanística e Meio Ambiente.

Objeto: "Apurar o bloqueio das ruas N e P e a supressão das ruas O, Q, R e S nas imediações da represa Água na Boca, no córrego Dois Irmãos, no Setor Jardim Tropical em Gurupi".

Representante: Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CAOMA.

Representados: Município de Gurupi-TO

Área de atuação: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e Precatórios.

Documento de Origem: Relatório de Vistoria nº. 018/2023 – CAOMA.

Data da Instauração: 06/06/2023

Data prevista para finalização: 06/06/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do meio ambiente e do patrimônio urbanístico (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei n.º 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais, o meio ambiente, o patrimônio público e urbanístico, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar Estadual n.º 51, de 02.01.2008, art. 60, inc. VII);

CONSIDERANDO o que dispõem as Resoluções nº. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nº. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a constatação da equipe técnica do CAOMA ao elaborar o Relatório de Vistoria nº. 018/2023, quanto a existência de bloqueio das Ruas N e P e a supressão das ruas O, Q, R e S nas imediações da represa Água na Boca, no córrego Dois Irmãos, no Setor Jardim Tropical em Gurupi;



CONSIDERANDO que as ruas são bens de uso comum do povo,

e por isso são inalienáveis e afetados ao interesse público como preconiza o art. 99 do Código civil;

CONSIDERANDO que é ilegal a instalação de portões ou cancelas em vias públicas, pois estas não podem ser interditadas por particulares, sem prévia autorização do Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que já existe ação civil pública com objetivo de desocupar e preservar a APP do córrego Dois Irmãos, autos nº. 5000268-46.2008.8.27.2722;

CONSIDERANDO as disposições da Recomendação CGMP nº. 029/2015, sobre a correta utilização da tabela de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, especificamente o item 1.41;

CONSIDERANDO a necessidade de comprovar a ocupação irregular e, por conseguinte, a desocupação da via pública;

RESOLVE:

Instaurar o presente Inquérito Civil tendo por objeto “Apurar o bloqueio das ruas N e P e a supressão das ruas O, Q, R e S nas imediações da represa Água na Boca, no córrego Dois Irmãos, no Setor Jardim Tropical em Gurupi”.

Como providências iniciais, determina-se:

a baixa dos autos à Secretaria para realização das anotações de praxe;

a afixação de cópia da presente Portaria no mural de avisos da Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

nomear para secretariar os trabalhos um técnico ministerial ou analista ministerial lotado nas Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

a comunicação, à Presidência do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins-TO, acerca da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do item 3 da Recomendação CGMP n.º 029/2015;

autue-se como Inquérito Civil;

Oficie-se a Diretoria de Posturas, para que no prazo de 10 (dez) dias proceda vistoria no Jardim Tropical com intuito de constatar o bloqueio das Ruas N e P e a supressão das ruas O, Q, R e S nas imediações da represa Água na Boca, no córrego Dois Irmãos e encaminhe tudo o que constar;

Oficie-se ao Serviço de Registro de Imóveis para que no prazo de 10 (dez) dias informe se houve averbação naquele Fólio, de lei que desafetou as Ruas O, Q, R e S do loteamento Jardim Tropical, bem

como de alteração das quadras 16 a 24 do referido setor;

Oficie-se a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que no prazo de 10 (dez) dias informe se houve desafetação das Ruas O, Q, R e S do loteamento Jardim Tropical.

1-1.4 Procedimento Administrativo: “É o procedimento destinado ao acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos e instituições e de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil, instaurado pelo Ministério Público, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico” (cod. 910005).

Anexos

Anexo I - Relatório_Vistoria_018-2023_CAOMA_Ocupação_APP_Dois_Irmãos.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/3140a4f1128cbb102b6a3afcdec9a99c

MD5: 3140a4f1128cbb102b6a3afcdec9a99c

Gurupi, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2699/2023

Procedimento: 2023.0003056

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Ordem Urbanística e Meio Ambiente.

Objeto: “Apurar a criação de cavalos no Parque Residencial dos Cajueiros em Gurupi”.

Representante: Anônimo

Representados: Ronan Teles Terra

Área de atuação: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e Precatórios.

Documento de Origem: Notícia de Fato Eletrônico n.º 2023.0003056 – 7.ª PJG

Data da Conversão: 05/06/2023

Data prevista para finalização: 05/06/2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, no uso de suas

atribuições legais, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do meio ambiente e do patrimônio urbanístico (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei n.º 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais, o meio ambiente, o patrimônio público e urbanístico, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar Estadual n.º 51, de 02.01.2008, art. 60, inc. VII);

CONSIDERANDO o que dispõem as Resoluções n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e n.º 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o apurado na Notícia de Fato n.º 2023.0003056, que não localizou a criação de porcos e galinhas no local representado, mas indicou a criação de cavalos em imóvel localizado no setor Parque dos Cajueiros em Gurupi;

CONSIDERANDO que o art. 108, do referido diploma legal, veda a "... criação ou manutenção de quaisquer animais na zona urbana, exceto os domésticos, pássaros canoros ou ornamentais e os mantidos em zoológicos e outros locais devidamente licenciados";

CONSIDERANDO que Centro de Controle de Zoonoses – CCZ confirmou a materialidade da denúncia, notificou o Representado e concedeu prazo para a retirada dos animais o qual ainda não transcorreu;

CONSIDERANDO as disposições da Recomendação CGMP n.º 029/2015, sobre a correta utilização da tabela de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, especificamente o item 1.41;

RESOLVE:

Converter o Notícia de Fato n.º 2023.0003056 em Inquérito Civil tendo por objeto "Apurar a criação de cavalos no Parque Residencial dos Cajueiros em Gurupi".

Como providências iniciais, determina-se:

a baixa dos autos à Secretaria para realização das anotações de praxe;

a afixação de cópia da presente Portaria no mural de avisos da Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

nomear para secretariar os trabalhos um técnico ministerial ou analista ministerial lotado nas Promotorias de Justiça de Gurupi-TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

a comunicação, à Presidência do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins-TO, acerca da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do item 3 da Recomendação CGMP n.º 029/2015;

autue-se como Inquérito Civil;

Oficie-se ao Representado para que no prazo de 10 (dez) dias preste as informações que entender necessárias.

1-1.4 Procedimento Administrativo: "É o procedimento destinado ao acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos e instituições e de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil, instaurado pelo Ministério Público, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico" (cod. 910005).

Gurupi, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

920263 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Procedimento: 2023.0005150

Notificação de Arquivamento

Notícia de Fato n.º 2023.0005150 - 7PJG

A Promotora de Justiça, Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo, titular da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da lei 7.347/85 e art. 18, inciso § 1º, da resolução n.º 005/2018/CSMP/TO, NOTIFICA o denunciante anônimo acerca da decisão de ARQUIVAMENTO da representação feita via Ouvidoria MP/TO Protocolo n. 07010572292202311 e registrada como Notícia de Fato n.º 2023.0005150, a qual se refere à falta de calçamento no

passeio público do Setor Jardim Boulevard em Gurupi.

Salienta-se que a Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões, perante esta 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste (artigo 5º, § 1º, da Resolução n.º 005/2108/CSMP/TO e art. 4º, § 1º, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP).

920085 - PROMOÇÃO DE INDEFERIMENTO

Procedimento: 2023.0005150

Representante: Anônimo

Representado: Município de Gurupi

Objeto: Apurar a falta de calçada no passeio público do Setor Jardim Boulevard em Gurupi”.

Despacho.

Narra a representação a falta de calçada no passeio público do Setor Jardim Boulevard em Gurupi, o que dificultado a locomoção de pedestres e a responsabilidade pela construção seria do município.

Pois bem.

No caso em comento, se restringe saber se recai sobre o município a obrigação de fazer/construir as calçadas no passeio público em frente aos lotes particulares do loteamento Jardim Boulevard.

Sobre o assunto, o Código de Posturas do Município (Lei n.º. 1.086/94), traz os seguintes dispositivos, vejamos:

“Art. 95 - Os fechos divisórios e as calçadas devem ser mantidos permanentemente conservados e limpos, ficando o proprietário obrigado a repará-los quando necessário.

Art. 96 - Durante a construção ou reparação de calçadas, não será permitida a obstrução total do passeio público, devendo os serviços serem executados de maneira a permitir o livre trânsito de pedestres.

Parágrafo único - Não será permitido o emprego, nas calçadas, de material deslizante”. Grifei.

Por sua vez, estabelece a lei municipal n.º. 1.224/98, que estabelece o Código de Edificações de Gurupi, que a obrigação é do proprietário do imóvel, vejamos:

“Art. 291 – As multas aplicáveis aos proprietários de edificações, de forma especial, sem prejuízo das fixadas no artigo anterior, serão as seguintes:

(...)

IV - O valor equivalente a 10 (dez) UFIR., aos que deixarem de construir e conservar calçadas, aplicável por metro quadrado de área

de calçada não construída ou conservada, na forma estabelecida neste Código;

“Art. 316 – É obrigatória a construção, recuperação e conservação de calçadas fronteiriças aos terrenos, edificados ou não, localizados na zona urbana deste Município, nas vias e logradouros públicos dotadas de meio-fio e pavimentação.

§ 1º. - Os passeios deverão apresentar declividade de 3% (três por cento), do alinhamento para o meio-fio.

§ 2º. - A falta ou má conservação do passeio, de forma a dificultar o trânsito de pedestres ou possibilitar empoçamento de águas, sujeitará o proprietário ao pagamento de uma multa correspondente ao valor de 10 (dez) UFIR (Unidade de Referência Fiscal) por metro quadrado de passeio não construído ou não conservado, na forma prevista neste artigo e a juízo da autoridade competente.

§ 3º. - Salvo para possibilitar o acesso de veículos, é proibido o rebaixamento do meio-fio das calçadas, sob pena de aplicação, ao infrator, da multa de 100 (cem) a 200 (duzentos) UFIR- Unidade de Referência Fiscal, vigente à data de sua aplicação.

§ 4º. - As disposições deste artigo e seus parágrafos são aplicáveis aos imóveis pertencentes aos órgãos e entidades integrantes dos Governos da União e dos Estados.

§ 5º. - Em logradouro não dotado de meio-fio, poderá ser feita apenas a construção de passeio provisório de largura mínima de 0,75 (setenta e cinco centímetros), sendo exigida a substituição deste passeio pelo definitivo, desde que seja colocado meio-fio no logradouro.

Art. 317 - A Prefeitura poderá construir os fechos de alvenaria e/ou passeios previstos no artigo anterior e seus parágrafos, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao ressarcimento das despesas feitas pelo Município com tais serviços.

Da leitura dos artigos acima, observa-se que o proprietário do imóvel é o responsável pela construção e manutenção da calçada no passeio público.

Noutra linha, o Código de Edificações em seu art. 317, até permite que o Município construa o passeio público, “...ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao ressarcimento das despesas feitas pelo Município com tais serviços”.

Todavia, no entender deste órgão de execução, não há como exigir do Município a execução de tal obra sem interferir no mérito administrativo.

Isto posto, não vislumbro elementos mínimos de irregularidade a ensejar a atuação do Ministério Público, motivo pelo qual, com fundamento no art. 5ª, I, da Resolução n.º. 005/2018 do CNMP,

indefiro a representação e promovo o arquivamento deste feito, com a cientificação da representante, para caso queira, ofereça recurso ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 dias, nos termos do §1º, dispositivo supracitado.

Gurupi, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

920263 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Procedimento: 2023.0001703

Notificação de Arquivamento

Notícia de Fato nº 2023.0001703 - 7PJG

A Promotora de Justiça, Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo, titular da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da lei 7.347/85 e art. 18, inciso § 1º, da resolução n.º 005/2018/CSMP/TO, NOTIFICA o denunciante anônimo acerca da decisão de Indeferimento da representação feita via Ouvidoria MP/TO Protocolo n. 07010547717202345 e registrada como Notícia de Fato nº 2023.0001703, a qual se refere a existência de poluição sonora provocada pelo funcionamento da Serralheria Guanabara, localizada na Av. Guanabara, nº. 2025, St. Jardim Eldorado, em Gurupi.

Salienta-se que a Representante poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões, perante esta 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste (artigo 5º, § 1º, da Resolução n.º 005/2108/CSMP/TO e art. 4º, § 1º, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP).

920085 - PROMOÇÃO DE INDEFERIMENTO

Procedimento: 2023.0001703

Representante: Anônimo

Representado: Serralheria Estrutura Guanabara (Edmar Gomes Pereira)

Objeto: Apurar a existência de poluição sonora provocada pelo funcionamento da Serralheria Guanabara, localizada na Av. Guanabara, nº. 2025, St. Jardim Eldorado, em Gurupi”.

PROMOÇÃO DE INDEFERIMENTO DE REPRESENTAÇÃO

Trata-se de procedimento extrajudicial instaurado a partir de

representação anônima informando a existência de poluição sonora e do ar provocada pelo funcionamento da empresa Representada em razão da utilização de ferramentas elétricas e de pintura, além de utilizar o passeio público para suas atividades.

De início para apurar a veracidade da informação, foram oficiadas as Diretorias de Meio Ambiente e de Posturas para verificar a situação, ev. 06.

Em resposta a Diretoria de Posturas informou que procedeu fiscalização, constatou a irregularidade e notificou a Representada, a qual mudou suas instalações para o Parque Agroindustrial de Gurupi, encerrando a atividade irregular noticiada, ev. 08.

No ev. 09, foi certificado a falta de resposta da DIMA.

Vieram os autos concluso

Pois bem.

Com efeito, as diligências realizadas demonstraram que a irregularidade noticiada cessou e não existe mais, vez que a empresa se mudou para o PAIG.

Isto posto, não vislumbro elementos mínimos a ensejar a atuação deste órgão de execução e com fundamento no art. 5º, IV, da Resolução n.º 005/2018 do CNMP, promovo o arquivamento deste feito, com a cientificação do representante via diário oficial, para caso queira, ofereça recurso ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 dias, nos termos do §1º, dispositivo supracitado.

Gurupi, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

920263 - EDITAL

Procedimento: 2023.0004671

Notícia de Fato nº 2023.0004671 – 8ª PJG

Denúncia Ouvidoria n. 07010569501202331

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, Titular da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 18, § 1.º,

da Resolução nº 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, NOTIFICA o representante ANÔNIMO acerca da Promoção de Arquivamento proferida nos autos da Notícia de Fato nº 2023.0004671, a qual se refere a representação anônima feita via Ouvidoria do MPE/TO, nos termos da decisão abaixo.

Esclarecendo ao Representante que, caso queira, poderá interpor recurso, acompanhado das respectivas razões, perante esta Promotoria de Justiça de Gurupi, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data desta publicação (artigo 5º, § 1º, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO e art. 4º, § 1º, da Resolução nº 174/2017 do CNMP).

920109 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo: 2023.0004671

Trata-se de denúncia anônima manejada via Ouvidoria do MPE/TO, noticiando supostas irregularidades em procedimentos licitatórios promovidos pelo Município de Cariri do Tocantins.

A denúncia veio desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração formal, tendo em vista que o autor deste expediente sequer apresentou indícios de prova (ex: fotos, vídeos, cópias de documentos, postagens em redes sociais, nomes de eventuais testemunhas dos fatos, etc) das irregularidades informadas.

É o relatório necessário, decidido.

No âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, nos termos das Resoluções nº 23/2007 do CNMP e nº 005/2018 do CSMP, mesmo as denúncias anônimas tem potencial para deflagrar investigações de natureza cível, na forma de procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos, mas desde que obedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral.

Ocorre que a representação em apreço não atende aos requisitos das representações válidas, sendo, portanto, imprestável ao fim a que se destina, até mesmo para, de modo informal, investigar sua verossimilhança e consistência, sendo certo que, devidamente intimado para complementar a representação, seu autor deixou de fazê-lo, conforme certidão de evento 5, não havendo, portanto, justa causa que autorize este órgão ministerial a deflagrar uma investigação formal, particularmente através de inquérito civil público.

Diante do exposto, com fundamento no art. 5º, inciso IV da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO, promovo o arquivamento da representação.

Cientifique-se o representante anônimo, através de edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPE/TO, informando-lhe que, caso queira, poderá interpor recurso administrativo, acompanhado das respectivas razões, perante esta 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi,

no prazo de 10 dias (artigo 5º, § 1º, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO).

Acaso interposto recurso, volvam-me os autos conclusos, imediatamente, para eventual exercício do juízo de reconsideração do decisum.

Decorrido o prazo para interposição de recurso administrativo, arquivem-se os autos na origem, anotando-se em livro próprio.

Dê-se conhecimento da decisão, via e-mail, ao Município de Cariri do Tocantins/TO.

Gurupi, 22 de maio de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
ROBERTO FREITAS GARCIA
08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/2685/2023

Procedimento: 2023.0000707

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por sua Promotora de Justiça infra firmada, no exercício de suas atribuições previstas no art. 129, II e III, da Constituição da República, na Lei Complementar 51/2008, e

CONSIDERANDO a Resolução n. 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como, a Recomendação CGMP N. 029/2015, da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Tocantins, que definem o procedimento administrativo como instrumento adequado para a atividade de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas ou instituições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem como função a defesa dos interesses sociais (art. 127, caput), incluindo em seu bojo o direito à saúde;

CONSIDERANDO que se encontram dentre as funções institucionais do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Constituição da República preceitua que a Saúde é um direito de todos e dever do Estado, cabendo ao Poder Público a fiscalização e controle das ações e serviços de saúde (art. 196 e 197 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico de Supervisão n.

7067.2022 realizado pelo CAOCCID, de lavra da Superintendência de Vigilância em Saúde, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins, realizado no Município de Itacajá/TO, apontou irregularidades no setor da vigilância sanitária (Ev. 2);

CONSIDERANDO a expedição de ofício ao Município de Itacajá/TO, com o objetivo de apurar e corrigir a situação noticiada;

CONSIDERANDO que a resposta apresentada pela gestão municipal se mostrou insuficiente ao solicitado (ev. 8), malgrado o extenso lapso temporal para fornecimento das informações requeridas;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de diligências visando a obtenção de correções no funcionamento, organização e adequação do serviço de Vigilância Sanitária Municipal de Itacajá/TO, notadamente, a necessidade de complementação das informações prestadas no evento 8;

CONSIDERANDO o exaurimento do prazo regulamentar da Notícia de Fato sem o alcance inicial;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo visa acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas, inclusive, na área da saúde (art. 23, II, da Resolução CSMP n. 005/2018);

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO a fim de acompanhar a adequação do serviço de Vigilância Sanitária do Município de Itacajá à Portaria Estadual n. 828/2021/SES/GASEC, que estabelece as Diretrizes Organizativas e de Gestão do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária no Estado do Tocantins, com fundamento no art. 23, II, da Resolução CSMP n. 005/2018;

Para tanto, determino a realização das seguintes diligências:

1. Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Público acerca da instauração deste Procedimento Administrativo;
2. Publique-se esta Portaria no Diário Oficial do Ministério Público;
3. Cientifique-se o Município de Itacajá/TO acerca da instauração do presente procedimento, bem como, solicite-se a complementação das informações prestadas no evento 8, devendo encaminhar a documentação comprobatória do alegado, no prazo improrrogável de 05 cinco dias;
4. Designo os servidores lotados na Promotoria de Justiça de Itacajá para secretariarem o feito.

Cumpra-se.

Itacajá, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
JENIFFER MEDRADO RIBEIRO SIQUEIRA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAJÁ

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAGUATINS

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2692/2023

Procedimento: 2023.0001999

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em exercício perante a Promotoria de Justiça de Itaguatins, Curador dos princípios difusos, coletivos stricto sensu e individuais indisponíveis inerentes ao patrimônio público, e ainda com fundamento no comando constitucional que lhe impõe a defesa dos interesses difusos e coletivos, sociais e individuais indisponíveis (artigos 129, inciso III, da Constituição da República; 8º, § 1º, da Lei Federal nº. 7.347/85; 25, inciso IV e 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; inciso VII, do artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº. 52/2008, e ainda nas Resoluções nº. 23, de 17 de setembro de 2007 e 05/2018, de lavra respectivamente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins), converte a notícia de fato 2023.0001999 em inquérito civil visando apurar a legalidade da reeleição de Mauro do Bonfim à Presidência da Câmara de Vereadores de Axixá do Tocantins, quando violaria não apenas o artigo 57, §4º da Constituição Federal, quanto as conclusões da Ação Direta de Constitucionalidade nº. 6524/DF.

Sendo assim, determino de proêmio as seguintes diligências:

- 1) Autue-se a esta portaria, numerando-a em capa específica, registrando-se o presente procedimento em livro próprio bem como no sistema E-EXT, aqui seguindo a numeração automática, enviando-se cópia eletrônica deste ato ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, cumprindo determinação da Resolução nº. 05/2018-CSMP, prevista no seu artigo 9º;
- 2) formule extrato para veiculação no Diário Oficial do Estado, afixando-se no átrio do Edifício do Ministério Público cópia por 60 dias; e,
- 3) remeta-se cópia desta portaria ao Presidente da Câmara de Vereadores de Axixá do Tocantins às suas considerações.

Designo para secretariar os trabalhos os Técnicos Ministeriais lotados na Promotoria de Justiça de Itaguatins, ficando asseverado que conforme forem aportando documentos, sejam digitalizados.

Após o cumprimento de tais diligências, volvam os autos conclusos para novas deliberações.

Anexos

Anexo I - Reeleição Presidente da Câmara de Axixá 2022..pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/6d56fc76743a6bda33b9ef0927b932d6

MD5: 6d56fc76743a6bda33b9ef0927b932d6

Itaguatins, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
DÉCIO GUEIRADO JÚNIOR
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAGUATINS

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/2694/2023

Procedimento: 2023.0002606

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça em exercício perante a Promotoria de Justiça de Itaguatins, Curador dos princípios difusos, coletivos stricto sensu e individuais indisponíveis inerentes ao patrimônio público, e ainda com fundamento no comando constitucional que lhe impõe a defesa dos interesses difusos e coletivos, sociais e individuais indisponíveis (artigos 129, inciso III, da Constituição da República; 8º, § 1º, da Lei Federal nº. 7.347/85; 25, inciso IV e 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; inciso VII, do artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº. 52/2008, e ainda nas Resoluções nº. 23, de 17 de setembro de 2007 e 05/2018, de lavra respectivamente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins), converte, de ofício, a notícia de fato 2023.0002606 em inquérito civil visando apurar alegado desvirtuamento na modalidade de contratos temporários de servidores em Sítio Novo do Tocantins.

Sendo assim, determino de prôemio as seguintes diligências:

- 1) Autue-se a esta portaria, numerando-a em capa específica, registrando-se o presente procedimento em livro próprio bem como no sistema E-EXT, aqui seguindo a numeração automática, enviando-se cópia eletrônica deste ato ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, cumprindo determinação da Resolução nº. 05/2018-CSMP, prevista no seu artigo 9º;
- 2) formule extrato para veiculação no Diário Oficial do Estado, afixando-se no átrio do Edifício do Ministério Público cópia por 60 dias; e,
- 3) remeta-se cópia desta portaria ao Município de Sítio Novo do Tocantins, com a representação, às suas manifestações em 10 dias úteis.

Designo para secretariar os trabalhos os Servidores Ministeriais lotados na Promotoria de Justiça de Itaguatins, ficando asseverado que conforme forem aportando documentos, sejam digitalizados.

Após o cumprimento de tais diligências, volvam os autos conclusos para novas deliberações.

Anexos

Anexo I - IC - Excesso de contratos em Sítio Novo..pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/e6fa05ad1ad1453df468bec10f855254

MD5: e6fa05ad1ad1453df468bec10f855254

Itaguatins, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
DÉCIO GUEIRADO JÚNIOR
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAGUATINS

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

920109 - ARQUIVAMENTO

Procedimento: 2023.0004599

Decisão

Trata-se de Termo de Declaração do Sr. J.D.P, que compareceu na Sede das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins, no dia 08 de maio de 2023, relatando que o seu filho, M.S.P. havia pego um ônibus em Filadélfia/TO com destino a fazenda Santa Luzia no município de Cocalim/GO, mas desembarcou em Paraíso do Tocantins. E que ao chegar na cidade achava que estava sendo perseguido por 03 homens, por isso foi até a delegacia de policia de Paraíso registrar a ocorrência, mas logo em seguida saiu sem destino, e desde então não foi mais visto.

Ante o teor da denúncia aportada nesta Promotoria de Justiça, foi expedido ofício ao executivo municipal de Paraíso do Tocantins e de Pugmil/TO, no sentido de colaborar com a localização do Sr. M.S.P, no assentamento ou na cidade, e caso fosse localizado que recebesse atendimento médico e todo cuidado para não colocar a vida dele em risco, haja vista o mesmo ter problema de saúde, como síndrome do pânico e problema no coração. (evento 3 e 4).

No entanto, no dia 11/05/2023, este Parquet se reuniu com o Comando do Corpo de Bombeiros da Unidade de Paraíso do Tocantins para tratar do caso. E no dia 15/05/2023 realizou-se Audiência Presencial entre a 4ª Promotoria de Justiça, e os familiares do Sr. M.S.P. estando presente a esposa, o tio e o padastro, devidamente acompanhados pelas suas respectivas advogadas.

Por fim, no dia 17/05/2023 esta Promotoria de Justiça foi comunicada via WhatsApp pela Advogada da pessoa desaparecida, Dra. Iara Alencar, que o Sr. M.S.P., foi localizado e se encontra em atendimento no Hospital Regional de Paraíso do Tocantins, que em ato contínuo enviou ofício a esta Promotoria solicitando o Arquivamento do Procedimento nº 2023.0004599, em trâmite referente ao desaparecimento do senhor M.S.P.

Este é o relatório.

Desta maneira, tomando por base as informações costadas aos autos verifica-se que o presente caso encontra-se solucionado, sendo o arquivamento à medida que se impõe, com fundamentos nos artigos 4º da Resolução nº174/2017/CNMP e 5º da Resolução nº005/2018/CSMP/TO, em consonância com a Súmula nº03 do CSMP/TO, deixo de enviar os autos para homologação. Nesta ato está sendo feita a solicitação de publicação no Diário Oficial do MPTO.

Paraíso do Tocantins, 06 de junho de 2023

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS
04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Subprocurador-Geral de Justiça

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Chefe de Gabinete do PGJ

MARCELO ULISSES SAMPAIO
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

RICARDO ALVES PERES
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

LUCIANO CESAR CASAROTI
Presidente do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Procuradora de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Procuradora de Justiça

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUCIANO CESAR CASAROTI
Presidente do Conselho

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
Membro

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
Membro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
Corregedor-Geral

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

THAIS MASSILON BEZERRA CISI
Promotora de Justiça Assessora do Corregedor-Geral

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
Ouvidor

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Diretora-Geral do CESAF-ESMP

DIRETORIA DE EXPEDIENTE

ÁREA OPERACIONAL DE PUBLICIDADE DOS ATOS OFICIAIS - AOPAO

DANIELE BRANDÃO BOGADO
Diretora



A autenticidade do DOMP/TO poderá ser confirmada no link: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/docsverify/verify/> ou pelo Código QR por meio da chave que se encontra no rodapé da página.

Endereço: 202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, Palmas-TO, Fone: (63) 3216-7604

Disponível em: <https://www.mpto.mp.br/portal/servicos/diario-oficial>